



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

NEEMIAS ANTÓNIO NANQUE

**REVOLTAS E RESISTÊNCIAS DOS PAPEIS DA GUINÉ-BISSAU CONTRA O
COLONIALISMO PORTUGUÊS - 1886-1915**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2016**

NEEMIAS ANTÓNIO NANQUE

**REVOLTAS E RESISTÊNCIAS DOS PAPEIS DA GUINÉ-BISSAU CONTRA O
COLONIALISMO PORTUGUÊS - 1886-1915**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

Coorientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N171r

Nanque, Neemias António.

Revoltas e resistências dos Papéis da Guiné-Bissau contra o Colonialismo Português -
1886-1915 / Neemias António Nanque. - 2016.

82 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

Co-orientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá.

1. Colonização - Guiné-Bissau - História - 1886-1915. 2. Papel (Povo africano). 3. Portugal
- Colônias. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 966.5702

NEEMIAS ANTÓNIO NANQUE

**REVOLTAS E RESISTÊNCIAS DOS PAPEIS DA GUINÉ-BISSAU CONTRA O
COLONIALISMO PORTUGUÊS - 1886-1915**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto das Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em 25 de novembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

Presidente da Banca Examinadora e Orientador.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ismael Tcham

Membro Titular

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Fábio Baqueiro.

Membro Titular

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Dedico este trabalho a memória do meu pai, Imbunda Quilinandé Cá, Rei de Biombo, por me permitir orgulhar de quem sou e de quem serei. Sempre dizia: *upein plipp, ka n'dji peú bamb.*

Aos meus filhos, Temundó Neemias Nanque, Apilly Neemias Nanque, Ondjiónu Neemias Nanque e Bópiny Neemias Nanque pela responsabilidade de ser pai que vocês colocaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Invadiu a minha mente de adolescência/jovem a frase que em toda rodapé do meu celular eu era questionado para me explicar sobre ela. Alguns retornam mensagens referindo as minhas notas de rodapé. O slogan “era, sou e serei o tal Neemias que a Guiné-Bissau precisa” nada a ver com as mensagens retornadas.

A inspiração veio da consciência de um jovem que quer se libertar e se mostrar que a determinação e perseverança são armas que podem me conduzir à vitória. Na minha fase, poucos conseguem demolir os obstáculos que amontoaram sobre a fresca mente que tem pela frente muitos desafios.

Sou o mais atrasado para ter acesso à escola entre os meus colegas da época. Quando comecei a estudar era o mais velho da turma. Não foi fácil terminar os ensinamentos primários numa idade tão elevada. Mas consegui.

Rapidamente me destaquei no meio da igreja, revelando minha qualidade de liderança. Passei na liderança de adolescentes. Assumi a liderança dos jovens da minha igreja e mais tarde, entrei na liderança da Coordenação Nacional da Juventude Evangélica da Guiné-Bissau. Aos poucos comecei a participar das atividades da minha igreja. Toda igreja me via com bons olhos. Minha influência quase dominou todas as camadas da minha congregação.

No meio desta plausível caminhada acabei me enfraquecendo espiritualmente (como diz a lei evangélica). Os mais próximos de mim choravam quando o anúncio dizia: “Neemias António Nanque *stá na disciplina i ka pudi fasi ni um tarbadju li na igreja i suma na kordenason*”. Muitos foram averiguar e descobriram que era uma menina germinando no ventre da minha parceira antes do casamento. Em 23 de setembro de 2009 vi nos meus braços meu sangue de ossos e carne.

Os sonhos depositados em mim começaram a desmoronar-se. Meu brilhante percurso quebrou no meio do caminho. Meus ouvidos arrebataram que eu nunca atingirei os meus objetivos. Meu talento foi se embora. Expectativas se transformaram em lágrimas nas caras das pessoas esperanças em mim. Porque muitos que me antecederam ficaram pelo caminho. Foi no meio deste mundo de incerteza que me decidi firmar contra as barreiras da vida.

A este respeito, agradeço imensamente ao Altíssimo Deus pela vida e competência. Pois sem Ele, com certeza que a minha vida se resumiria em pó nos cemitérios do Reino de Biombo. Porque a salvação me oferece uma visão crítica em saber distinguir o bem e o mal. Em saber escolher a determinação e perseverança no meio de muitas ofertas.

Não posso ficar sem expressar um agradecimento carinhoso aos meus pais. Porque carrego em toda parte do meu corpo o retrato dos dois. Uma pele e cara da minha mãe e esses pés, altura e o corpo magrinho do meu pai. Além de status do príncipe que carrego até a morte.

À Marta Có (mais conhecida por Tia Marta) uma heroína. A mulher que não diferencia os sobrinhos dos filhos, para ela, todos são seus filhos. Foi a primeira pessoa que me ensinou a soletrar palavras bíblicas. Além disso, me devo um favor a essa mulher que sempre marcou a minha vida. Espero contar com ela por toda minha vida. Ela sempre diz: “sou a única aluna que não transita de classe. Ensinei seus irmãos e você veio, ainda estou aqui”.

Todo o meu percurso profissional intelectual seria inútil se não houvesse apoio incondicional de uma pessoa que faz de mim um homem de verdade. Razão essa que os meus agradecimentos são e serão eternos ao Dr. Paulo Gomes. Este meu trabalho testemunha o término do meu curso de Bacharelado em Humanidades. Era bom recordar que, se não for o apoio incondicional do Paulo Gomes nunca chegaria até aqui. Tudo quanto posso me reconhecer é sempre inferior ao apoio que me deu.

À Getúlia Cá que decidiu abrigar uma criança que corria pelas ruas em busca de um abrigo sem medir consequências. Uma pessoa que faz de mim um irmão. Meus agradecimentos à essa senhora é de profundo reconhecimento pela coragem de decidir assumir comigo este desafio de vir estudar no estrangeiro. Hoje sou de casa com toda honra.

Todos os meus esforços são alicerçados num pilar basilar em minha vida. Sempre digo que os meus filhos colocam em mim uma responsabilidade enorme de ser PAI. Juro assumir essa responsabilidade porque quero que eles tenham uma mordomia muito bem melhor que a minha. Quero que eles sejam homens e mulheres com todo orgulho.

Decidi encarar todos os obstáculos porque vi nas caras deles que eles precisam de minhas asas para se esquentar. Vi que eles confiam e sentem que têm pai igual a todos os outros meninos. Por isso, assumo quebrar barreiras para lhes abrir a porta do outro lado do horizonte.

Obrigado por terem aceitado sofrer por mim ao longo desta minha ausência. Às vezes mando lágrimas por saber que vocês estão a defender o bom nome do vosso pai. Por isso que se diz no nosso senso comum “*pape i pape son*”- pai é pai para sempre. Para tal, *bô kumé ku mon aós, amanhã bota kumé ku kudjer*.

Um especial agradecimento ao Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert pelo apoio dado na orientação deste trabalho. Todos nós sabemos como é difícil assistir uma criança nos seus primeiros meses de vida. Tudo que ela viu se achava conveniente para sua vida. Gerhard teve todo o amor e carinho de me mostrar o importante num trabalho acadêmico. Suas orientações

ficarão comigo por toda vida, num qualquer trabalho de gênero sempre vão prevalecer suas falas.

Do mesmo jeito, expresso a minha gratidão ao meu conterrâneo, Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá, pelo apoio prestado na qualidade de có-orientador deste magnífico trabalho.

Os agradecimentos também são extensivos aos meus irmãos: João Agostinho da Costa-Jean; Luís António Pontes-Tony e à ONG-Asas de Socorro pelo apoio concedido.

Muito obrigado Titia – Locarine Mendes Oncampo por ter suportado todo o meu eu. Você é uma pessoa de referência na minha vida e continuará. Uma parceira nesta vida tão dura de estudante e minha orientadora permanente. Muito obrigado no fundo do meu coração. O cantor guineense Azy Monenteiro diz: *bu sufrimentu kana sedu suma pago di baka na kau di tchur, bu kansera, bu fijus na pagau el*. Juro que te farei mulher mais feliz do mundo.

Reconheço que foram muitas e muitas pessoas que contribuíram para o meu firmamento nesta vida, seguindo a tradição africana que a aldeia toda é responsável pela educação de uma criança. Com base nisso, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram indireta ou diretamente para me empurrar para o lugar onde me encontro agora.

Enfim, agradeço imensamente o governo brasileiro liderado pelo PT, pela criação desta magnífica Universidade, por meio da qual estou me entrando na fileira dos homens de verdade.

Enquanto eu fosse vivo e houvesse um papel em Biombo havia de fazer guerra ao governo (português) e que, se morresse, e lá no outro mundo encontrasse brancos lhes havia de fazer guerra.

N'kanandé Ká, Rei de Biombo, 1915.

RESUMO

As resoluções da Conferência de Berlim editaram novas regras ao jogo entre os países imperialistas do século XIX. Este encontro de Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885 estabeleceu as regras que marcaram a divisão dos territórios africanos, separação dos povos, das sociedades e das culturas, que viviam nas zonas cobiçadas por esses países europeus. Todos os progressos que se viviam nos territórios africanos foram subjugados, obrigando os soberanos líderes africanos a submeterem tudo tanto quanto vale para aproveitamento europeu. Em resultado disso, Portugal ficou com os territórios que hoje são Angola, Moçambique, Guiné-Portuguesa (o nome da época), assim como os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe onde os portugueses chegaram no século XV. A ocupação efetiva dos três territórios continentais começa com a movimentação dos militares e a penetração dos portugueses para o seu interior, enquanto dantes os contatos se faziam apenas nas zonas costeiras. Neste sentido, o presente trabalho (TCC) espelha momentos durante os quais a etnia Papel se levantou em defesa e resistiu a todas as formas adoptadas pelos colonizadores portugueses para ocupar os territórios. Estes conflitos foram amontoados há muito tempo antes da reunião magna dos países europeus realizada no solo alemão em novembro de 1884 a fevereiro de 1885. O recorte feito a partir dessa data toma de referência o impacto das resoluções da Conferência de Berlim que acabou por vestir à Portugal de todas as legitimidades de dominar e explorar o território dos papeis considerado como seu.

Palavras-chave: Colonização - Guiné-Bissau - História - 1886-1915. Papel (Povo africano). Portugal - Colônias.

ABSTRACT

The resolutions of the Berlin Conference published new rules for the game between the imperialist countries of the nineteenth century. This meeting from November 1884 to February 1885 established the rules that marked the division of African territories, separation of cultures, societies and peoples living in areas coveted by European countries. All the progress that has been made in the African territories has been subjugated, forcing the sovereign African leaders to submit everything as much as for European use. As a result, the Portuguese regime stayed with the territories that today are Angola, Mozambique, Guinea-Portuguese (the name of the time), as well as the archipelagos of Cape Verde and São Tomé and Príncipe where the Portuguese arrived in the 15th century. Effective occupation of the three continental territories begins with the movement of the military and the penetration of the Portuguese to its interior, which before the contacts were made in the coastal zones. In this sense, the present work (TCC) reflects moments during which the paper ethnicity rose in defense and resisted all the forms adopted by the Portuguese colonizers to occupy the territories. These conflicts were crammed long before the meeting of the European countries fulfilled in German in November 1884 to February 1885. The cut made from that date takes reference to the impact of the resolutions of the Berlin Conference that ended up dressing Portugal of all the legitimacies of dominating and exploring the territory considered as his.

Keywords: Colonization - Guinea-Bissau - History - 1886-1915. Paper (African People). Portugal - Colonies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPÍTULO I	16
2.1	ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO PAÍS	16
2.2	BREVE HISTORIAL DO POVO PAPEL	18
2.2.1	Organização sócio-política	21
2.2.2	Economia	23
2.2.1.1	<i>João António Longa</i>	25
2.2.1.2	<i>M'nsémundja Ká</i>	26
2.2.1.3	<i>Klin-Nandé Ká “M'bundá”</i>	28
2.2.1.4	<i>João Vieira Indi “N'djomberu”</i>	31
2.2.2	Economia	32
2.2.3	Processo religioso	33
2.2.4	Processo de ensino e aprendizagem	36
2.3	CONDICIONALISMOS DA EXPANSÃO PORTUGUESA	37
2.4	PRIMEIROS CONTATOS COM O TERRITÓRIO DA ATUAL GUINÉ-BISSAU	39
2.5	REVOLTAS E RESISTÊNCIAS ANTES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM	44
3	CAPÍTULO II	51
3.1	REVOLTAS E RESISTÊNCIAS APÓS A CONFERÊNCIA DE BERLIM	51
3.2	LUTAS E DERROTAS POR PARTE DA METRÓPOLE	56
3.3	ALIANÇAS PORTUGUESAS COM ALGUNS POVOS LOCAIS	61
3.3.1	Grumetes	62
3.3.2	Abdul Indjai e seus auxiliares	65
3.4	FATORES DE REVOLTAS E RESISTÊNCIAS	69
3.4.1	Fator cultural	70
3.4.2	Fator posse da terra (Ozé)	72
3.4.3	Organização política	73
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
4.1	CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS	77

1 INTRODUÇÃO

O desafio intelectual de hoje quase nos obriga a produzir conhecimentos de dentro para fora, fazendo um paralelismo com as análises de fora para dentro. Como se diz na língua Papel, *só quem parte o braço, sabe a profundidade da dor*. Isto quer dizer que não vale apenas só, as sinalizações ao lado de fora ou a emissão de análises de ponto de vista estrangeira, mas sim, vale viver e reviver os momentos reais das sociedades africanas em geral. Partindo deste pressuposto, seremos capazes de encontrar equação para resolução do problema levantado por Hountondji (2008) segundo o qual, a “investigação científica em África é essencialmente ‘extravertida’, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas”, (FURTADO, 2012).

Até nos dias de hoje, algumas teorias tentam fazer análises sobre o Continente Africano e seus povos, partindo de uma suposição eurocêntrica, acabando por omitir certas contribuições que as realidades africanas poderiam ajudar no enriquecimento da historiografia humana. Portanto, no caso concreto da Guiné-Bissau, que em épocas anteriores era chamada dos Rios da Guiné de Cabo Verde; Guiné ou Guiné Portuguesa, os relatos dos navegadores, missionários e dos administradores não passavam de simples manifestos que visavam encorajar o governo de Portugal à continuar com suas ambições de dominar os outros.

Por meio deste trabalho, em apoio nas fontes escritas e orais disponíveis, se pode ganhar uma visão mais ampla sobre essas questões que constituem a preocupação central deste trabalho de pesquisa, nomeadamente: como vivia o povo Papel antes da chegada dos portugueses? Como era o sistema de poder desse povo? Como Portugal passava mais de trezentos anos pagando impostos para o rei de Bissau e depois, querendo obriga-lo a pagar os tributos? Como foi a reação desse povo, concernente a ideia europeia de ocupação efetiva de seus territórios? O que esteve na origem de tantas revoltas e resistências?

Para responder todas estas perguntas, o trabalho está dividido em dois grandes capítulos: primeiro, esboça sobre o povo Papel antes da chegada dos portugueses nos territórios, partindo da origem do povo até a formação de seus reinos, trazendo à tona certos progressos desse povo, omitidos por muitos pesquisadores; a seguir, discute-se um pouco mais sobre os motivos que levaram Portugal a escolher o caminho do mar como a única alternativa para sanear suas crises da época; para entender ainda mais sobre este tema, o trabalho faz uma contextualização sobre os primeiros contatos entre os portugueses e os papéis e no seu desfecho, assim, o capítulo

debruça sobre as primeiras revoltas e resistências dos povos contra as pretensões portuguesas antes da reunião que marca a separação dos povos e culturas africanas em Berlim em 1885.

No segundo capítulo, faz-se uma abordagem sobre os conflitos empreendidos por Portugal durante as tentativas de implantar as resoluções da Conferência de Berlim, das quais, a ocupação efetiva, para dar resposta, os povos tiveram que revoltar e resistir; ao longo deste capítulo, é possível compreender sobre as lutas e derrotas sofridas por Portugal, mostrando com isso, que a sujeição desse povo as ordens de Portugal não foi algo tão fácil para o regime português, tanto quanto algumas literaturas querem fazer crer; também o trabalho mostra como Portugal teve de utilizar alguns povos como auxiliares para poder dominar os outros, após de quase três séculos de lutas sem sucesso; por fim, a pesquisa reúne alguns fatos tidos como motores condutores de tantas revoltas e resistências por parte dos povos.

Por meio destes questionamentos divididos em dois capítulos, se pode desconstruir a ideia de que os líderes africanos eram incapazes de fazer face aos poderes coloniais e que foram rapidamente submetidos aos poderes imperialistas europeias. Com base nisso, o trabalho toma como referência cronológica os anos de 1886 até 1915. Partindo do pressuposto que Portugal só poderia se sagrar dono da atual Guiné-Bissau porque foi outorgado esse direito na Conferência de Berlim em 1885. Se não fosse esse marco importante no processo de colonização, Portugal podia também perder a Guiné, ao exemplo de muitos países costeiros onde os portugueses pisaram os pés primeiro, mas nunca se fixaram.

Porém, como é sabido, Portugal desencadeou uma série de guerras contra os povos da atual Guiné-Bissau, desde 1882 até 1936 com a última batalha contra os Bijagós, tendo como principal tarefa, submeter esses povos às ordens de Portugal e ao pagamento dos impostos. Para fazer valer essa pretensão, Portugal denomina essas operações sangrentas de pilhagens de “campanhas de pacificação”. Do início até 1915, depois da última guerra contra os povos de Biombo, Portugal assim podia dizer que conseguiu conquistar os territórios da Guiné, mas antes dessa data, todas as tentativas de foram sempre frustradas, pois, a presença portuguesa se resumia apenas numa presença de simples imigrantes nas terras estrangeiras.

No caso concreto do povo Papel, ao qual este trabalho faz um recorte para tratar exclusivamente, teve a sua última derrota em 1915, depois de uma longa resistência de 29 anos, iniciada em 1886. Como é óbvio, este trabalho teria exigido uma deslocação para Guiné-Bissau ou para Portugal, por serem os dois países onde se encontram com mais abundância as literaturas e documentos que tratam do tema, com destaque para o Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal.

Neste caso, a metodologia utilizada face às dificuldades de poder deslocar é a pesquisa qualitativa que se alicerça na revisão de literatura, basicamente em duas obras de René Pélissier: “*História da Guiné Portuguesa e Africanos na Senegâmbia 1841 – 1936*”, volume I e II (2001), dissertações e teses que tratam sobre a temática. Outra parte é suportada pelas entrevistas semi-estruturadas.

Em suma, este trabalho de conclusão de curso permite entender que o povo Papel nunca deseja ser subjugado na sua própria terra e nem tampouco, queria se submeter às ordens do colonialismo português e ao pagamento dos impostos. Para tal, todos os reinos foram mobilizados para fazer face a ideologia europeia da ocupação efetiva. Nesse viés, o trabalho considera de revoltas, todas as ações espontâneas desencadeadas pelos papéis contra as pretensões de Portugal; do mesmo modo, as resistências são tratadas aqui como as determinações dos papéis em continuar a luta para conter todas as formas utilizadas por Portugal para impor suas ordens e o pagamento dos impostos.

2 CAPÍTULO I

2.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO PAÍS

Antigamente, a Guiné era o espaço que compreendia geograficamente o território da Mauritânia até Angola. Este termo foi usado para os portugueses para designar a zona costeira e uma parte austral africana. O termo Guiné¹ detinha muitos significados e variados de acordo com o tempo. Em 1446 com a chegada do navegador português, Álvaro Fernandes denominaram o território de Rios de Guiné ou Rios de Guiné de Cabo Verde, Costa dos escravos, Costa do Ouro, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. Em meados do século XVIII, houve tentativas para designar a área por “Costa da Guiné”. Em algumas descrições do século XIX apareceu também o topónimo “Senegâmbia” que em relação à parte sul do Casamansa tomou a forma de “Senegâmbia meridional”. Só depois do acordo luso-francês de 1886 que delimitou as fronteiras atuais com o Senegal, é que se difunde exclusivamente a designação Guiné para o território que corresponde atual Guiné-Bissau, (SANTOS; SILVA, 2014).

Quando Portugal recebia pressões internacionais sobre suas colônias, introduziu algumas política novas, inclusive, a mudança de nomes de suas colonial. Foi a partir dessa política que atual Guiné-Bissau era chamada da Guiné Portuguesa ou território ultramarino português a partir da primeira metade do século XX. Entretanto, o nome da capital “Bissau” veio a substituir a “Portuguesa” a partir de 1973 depois da proclamação da sua independência. Este nome foi dado pelo novo Estado nacional como forma de separar-se de Portugal, sendo um território independente e para diferenciar-se da Guiné-Conacri ou simplesmente, Guiné, ao sul que já conquistou sua independência em 1958.

Em outras explicações retratadas nos livros didáticos do ensino primário na Guiné-Bissau, o nome Guiné está associado ao termo do povo Papel que significa preto. Segundo essas narrações, o primeiro encontro tido entre os navegadores portugueses com esse povo, se deu a margem do rio Cacheu, quando os portugueses encontraram as mulheres papeis em exercícios da atividade de pesca. O navegador se aproximou e perguntou: quem são vocês? Uma das mulheres respondeu e disse: *n' dô bô gina*, traduzindo literalmente “somos pretos”. O navegador exclamou, Guiné. A partir desse encontro o português passa a chamar o território de Guiné.

¹ Por Marcelo Andregueti

Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/por-que-guine-e-o-nome-de-tantos-paises-e-bichos-e-coisas/>. Acesso em 23/01/2016.

A mesma explicação se estende ao termo Bissau: *Inssau* no singular e *Bossau* no plural, a parte que compreende a atual capital – Bissau. Segundo essa narração, já com a penetração dos portugueses em Bissau e num encontro com as crianças, um português perguntou para as crianças que se encontravam a brincar em baixo de um polão, quem são vocês? Uma das crianças respondeu, *n'djió inssau*, sou de Ussau². Para interpretar aquilo que a criança diz, o português chamou o local de Bissau. Segundo as explicações de Américo Campos (2016), esta denominação provém do termo *Bôssassun*, que designava aos pertencentes de clã *N'nsassun* ou *Bôssassun* no plural. Em outras explicações, a auto apresentação que a criança fazia, não respondia exatamente ao local, mas sim, do clã que ela pertence. O dito popular Papel sempre fala que o povo desse clã gosta de exibir publicamente. Portanto, o termo Bissau – *Nandó* para os papéis, faz a menção à mulher que gerou o clã *Bôssassun*. Até nos dias atuais, se usa o termo Bissau-Nandó, traduzindo, significa *Bôssassun* provenientes da nossa mãe – *Nandó* neste caso é nossa mãe. É com base nestas explicações que surgiu o nome da atual República da Guiné-Bissau.

Assim, este país fica situado na Costa Ocidental do Continente Africano, limitado ao norte pelo Senegal e ao sul pela Guiné-Conacri, com uma superfície total de 36.125km². O país integra ainda o arquipélago dos Bijagós, constituído por cerca de dezenas de ilhas. De acordo com o censo populacional de 2009³, o país conta agora com uma população de 1.520.830 habitantes espalhados por oito regiões administrativas, nomeadamente: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Óio, Quinara, Tombali e mais o setor autónomo de Bissau, que é a capital.

O país conta com mais de quarenta (40) etnias, das quais, se destaca as etnias maioritárias configuradas em cinco grandes grupos étnicos espalhados em diferentes regiões do país, compondo o seguinte cenário: Balantas (27%), Fulas (22%), Mandingas (12%), Manjacos (11%), Papeis (10%) e outros grupos étnicos (18%), (Censo Populacional de 2009). Entretanto, esses grupos são divididos em duas estruturas: grupos da sociedade vertical e grupos da sociedade horizontal. Uma classificação antropológica utilizada por Amílcar Cabral, pai das independências da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde e que foi recuperada por Artemisa Odila Candé Monteiro. Os grupos com estruturas das sociedades verticais são: Mandingas, Fulas,

² Será desenvolvimento com mais profundidade no segundo capítulo tudo sobre os nomes que o povo papel tinha antes de adotar o nome Papel.

³ Instituto Nacional de Estatísticas. Recenseamento Geral da População e Habitação, Censo Populacional 2009, Guiné-Bissau, 2009. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/publicacao.htm>. Acesso em 24/03/2016.

Papeis, Manjacos, Bijagós e Mancanhas com forte experiência de poder estatal organizado. Ao passo que os grupos considerados de sociedades horizontais são: Balantas, Felúpes e Baiotes sem uma experiência de poder estatal organizado, (MONTEIRO, 2013, p. 99).

2.2 BREVE HISTORIOAL DO POVO PAPEL

É provável que as teorias do século XIX que diziam que “África não possuía história”, já não tenham pernas para andar e que “os povos africanos não tinham nada para mostrar”, querendo com isso legitimar a ideia de que a história dos povos africanos só teria começado com a chegada dos europeus. Hoje em dia, muita literatura nos oferece um entendimento sobre a existência das civilizações bem desenvolvidas e organizadas antes do tão indesejado encontro com os tripulantes estrangeiros.

No caso concreto da Guiné-Bissau da qual este trabalho está direcionado em tratar do povo Papel, que pouco se escrevia sobre esse povo, está aqui um paralelismo com os acontecimentos do reino de Kaabu, baseando-se nas afirmações da Moema Parente Augel (2007), sobre os Mandingas e Fulas no interior e Balantas, Manjacos e Papeis no litoral:

Existem diferenças marcantes entre os povos do litoral e do interior. Os primeiros já nos séculos XIII e XIV foram alvo de poder expansionista das etnias islâmicas de origem *mandé*, a chamada *malinkização* ou *mandinguização*.

Os Mandingas e os Fulas diferem fundamentalmente dos povos do litoral pela sua organização política, pois baseiam-se numa forma hierárquica de sociedades, com um poder central e clara divisão “vertical” de classes. Dedicam sobretudo ao comércio, enquanto as etnias costeiras eram compostas de agricultores, professavam uma religião natural, baseada no culto aos antepassados, e possuíam uma organização social horizontal⁴, onde a família era a única unidade política e económica. Uma das mais importantes etnias do litoral é o grupo étnico Balanta, com vários subgrupos, dedicados a criação de gado bovino e ao cultivo do arroz nas *bolanhas* alagadas, sendo o grupo étnico mais ativo e em expansão (AUGEL, 2007, p.77).

Apesar dos Fulas e Mandingas não serem originários da Guiné-Bissau, mas conseguiram, principalmente os Mandingas há muitos anos povoar esses territórios até formar o importante reino de *Kaabú* em 1230. Por isso que estas afirmações de Augel são úteis para reafirmar que na medida em que esses povos do interior desenvolviam suas civilizações, o mesmo acontecia com as etnias do litoral, apesar desses últimos não terem conquistados territórios afim de formar grandes impérios que outros detinham no passado.

⁴ Exceção dos Papeis, Manjacos, e Mancanhas que tinham um poder bem organizado durante a vigência do reino de Kaabú.

Por esta razão, é de extrema importância reunir alguns escritos para entender melhor o povo Papel para melhor enquadrar o posicionamento desta monografia. Nesta perspectiva, este presente tema vai trazer uma breve síntese sobre a originalidade do povo Papel, suas atividades econômicas, a organização social, o sistema político, religioso e processo de ensino e aprendizagem exercidos antes da primeira metade do século XV.

Portanto, verifica-se uma enorme dificuldade para achar documentos escritos que tratam exatamente da origem do grupo étnico⁵ Papel. Tudo que o trabalho reporta sobre a origem do povo Papel, tem uma maior parte suportada pelas informações passadas oralmente e um suporte em literatura até aqui disponível. Sem dúvida, este trabalho pode suscitar muitas controvérsias, mas é importante despertar a necessidade de produzir conhecimentos baseados em nossa realidade historiográfica.

Porém, essa dificuldade configura o país na lista dos territórios onde é difícil achar documentos escritos antes da chegada dos portugueses, com a exceção dos documentos escritos em árabe, o caso dos escritos sobre o Império do Mali e do Reino de *Kaabu*. Por isso, a recorrência a fonte oral pode contribuir de maneira geral no enriquecimento da pesquisa e no fomento à procura de informações sobre o tema em questão. Sendo mesmo a fonte oral criticada por vários escritores, este trabalho prefere ir ao encontro das teorias que defendem a preciosa fonte oral como um testemunho transmitido de uma geração à outra e suas características são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas.

Para tal, Joseph Ki-Zerbo (1982), traz uma abordagem esclarecedora sobre uma sociedade oral onde a presença da fala é importante:

Uma sociedade oral ou tradicional, reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderia chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. A tal tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas, (KI-ZERBO, 1982).

Ki-Zerbo mostra claramente que a falta de documentos escritos sobre um determinado acontecimento não pode nos induzir até ao ponto de ignorar todos os acontecimentos que marcaram presenças em certos lugares. Para quem é de um espaço de rara documentação antes

⁵ Grupo étnico é entendido como uma unidade tradicional de consciência de pessoas que se diferenciam de outras pelo fato de partilhar laços comuns de território, cultura, valores e tradição histórica.

dos primeiros contatos com os europeus é necessário enveredar por esta definição do Tierno Bokar, citado por Jan Vansina:

A escrita é uma coisa e o saber é outra. A escrita é a fotografia do saber, mas ela não é o saber em si. O saber é uma luz que está no homem. É a herança de tudo o que nossos ancestrais puderam conhecer e que nos transmitiram em germe, exatamente como o baobá, que já está contido em potência em sua semente, (VANSINA, 1982, p.139-179).

Alicerçando nessas obras que defendem a importância da oralidade para o reconhecimento da história em sociedades africanas, se encontram abertas as portas para a transformação da história do povo Papel da fonte oral para a fonte escrita.

Portanto, para a originalidade do povo Papel da Guiné-Bissau, existem duas correntes de opiniões diferentes: algumas defendem que “os papéis são autóctones dos territórios hoje ocupados”, (CARDOSO, 2003. p.153); enquanto que, têm outras defendem a originalidade dos papéis vinda do antigo Império do Gana, como Francisco Henriques da Silva e Mário Beja Santos:

As paulatinas alterações climáticas registadas, sobretudo no 3º milénio antes de Cristo, terão transformado o Sará, que era uma região relativamente fértil, num deserto árido e terão provocado a deslocação de populações do interior para a costa ocidental de África, designadamente para o território que mais tarde haveria de ser designado por Senegâmbia. O que é hoje a Guiné-Bissau terá presumivelmente integrado um dos grandes reinos sudaneses, designadamente o Império do Gana, ou de um dos seus muitos Estados vassallos, cujo núcleo central se situava numa vasta região, mais a Leste, entre o Mali e a Mauritânia, com a capital em Kumbi-Salé, na orla do deserto do Sará. O Império do Gana, cuja localização geográfica não tem nada que ver com a da atual República do mesmo nome, terá durado do ano 830 a 1235. Presume-se que o império ganês terá sido parcialmente destruído pelos Almorávidas, em 1076-1077 (SILVA; SANTOS, 2014, p.21).

Estas afirmações confirmam as suposições que afirmam que, provavelmente, o povo Papel é um ramo do tronco étnico Bantu. Até hoje na Guiné-Bissau existem narrações que confirmam a similitude das práticas tradicionais, sociais, religiosas e alguns costumes dos papéis com os povo do tronco tno-linguístico Bantu. Este fato em termo linguístico também há opiniões divergentes sobre a língua Papel: Silva e Santos defendem que “o grupo étnico-linguístico Papel deriva de línguas Semi-banta”, (SILVA; SANTOS, 2014. p.47). Enquanto que o site “ethnologue”,⁶ defende que a língua Papel deriva do tronco linguístico “Bak” de origem Níger-Congo, Atlântico Norte.

⁶ Sobre a origem da língua Papel: Disponível em: <https://www.ethnologue.com/country/GW/languages>. Acesso em: 01/11/2016.

Outra discussão importante levantada por Peter Kariby Mendy, dá conta que os papeis, manjacos e mancanhas eram único povo, porque,

O Manjaco e o brame não constituíram sempre duas tribos [...] Das duas afinidades de língua, usos e costumes – afinidades que se produzem também com o indígena papel – pode concluir-se, sem grande dificuldade, nem trabalho de profunda observação, que essas três tribos constituíram, em tempo a que não alcançam as suas tradições [...] uma única tribu, (MENDY, 1994, p. 83).

Peter Mendy justifica na sua afirmação que, depois de duas décadas, foi confirmada por António Carreira, depois de um estudo profundo, de “haver ampla evidência de que os Manjacos, Brames e Papeis pertencem ao mesmo grupo étnico”. Apesar de outras explicações terem apontados que os papeis e beafadas são irmãos, só pelo facto de partilharem alguns ritos religiosos semelhantes, este argumento perde certo interesse, visto que, além desses ritos, nada esses grupos têm mais em comum em termos linguístico, cultural e sócio-política. Portanto, o Manjaco, o Brames e o Papel em termos linguístico é possível perceber um ao outro em alguns casos e os processos político e religioso apresentam semelhanças entre as três etnias.

2.2.1 Organização sócio-política

Os papeis constituem cerca de 10% da população total da Guiné-Bissau, ocupando primordialmente o espaço correspondente à Bissau – capital e à todos os três setores Prábis, Safim e Quinhamel que compõem a região de Biombo, norte do país. A região é, ao contrário, um pouco homogénea do ponto de vista étnico: os papeis são a grande maioria, quase 92%, a que se junta um pequeno grupo de Balantas, que por ali foram originariamente atraídos pelo trabalho agrícola e pela fertilidade do solo da região.

Porém, atual capital Bissau há muito tempo antes da presença portuguesa era um lugar que concentrava o tronco desse povo, que segundo a tradição oral, o patrono dos papeis de nome *M'nkau* descendente de um poderoso Rei de Quinara teria vindo do sul do país acompanhado de suas seis esposas e uma irmã, cada uma dessas mulheres representava uma *djorson* (clã, kinh em Papel). Segundo afirmações de Quintino e Carreira:

[...] Na ilha de Bissau, conforme a lenda foi Meca descendente de um poderoso régulo de Quinara que aportou a ela, numa das suas excursões cinegéticas. Gostando do sítio, ali se fixou, fundando um reino, com o seu Muntchâke (feitiço), palavra que parece derivar de Utchâke, terra, chão, ou de Utchai, Irã. De Quinara trouxe a sua irmã mais velha, já casada, e as suas seis mulheres. A irmã garantia-lhe a sucessão, de acordo com a tradição tribal, segundo a qual é o sobrinho, filho da irmã uterina e não o filho da pessoa reinante, quem sucede no trono. Da irmã e das seis mulheres

provieram as sete gerações de que se compõe o grupo. [...] Intoná, outra mulher, gerou a família Indjókómó, que povoou o Alto do Crim, CARREIRA; QUINTINO 1964, p. 75-76 apud (SEMEDO, 2010. p. 119).

A mesma história explica ainda que o M'nkau foi o primeiro à chegar a ilha de Bissau quando andava de caça, gostando do lugar, ele resolveu aí instalar-se. Para o povoamento da ilha, M'nkau decidiu trazer suas seis mulheres e sua irmã mais velha, já casada. Como é tradição, a irmã garantia lhe a sucessão, segundo os costumes, é o sobrinho, filha da irmã mais velha, e não o filho do rei, quem sucede o trono, por isso que as sociedades papeis são matrilineares. M'nkau se tornou neste caso, o primeiro a povoar Bissau e patrono dos papeis, (CAMPOS, 2016, p.11).

Américo Campos (2016), na sua obra “história da cidade de Bissau até 1915”, recupera com mais amplitude, a lenda dos sete clãs (djorsons em crioulo e Kinh em papel), que se configura de seguinte forma:

- ❖ PDJENHUM, a irmã de M'nkau gerou o clã N'nsassun, no plural Bôssassun, donde se teria originado o nome Bissau. De facto, este clã ainda hoje habita na cidade de Bissau. Os indivíduos desta geração diziam-se bravos como a onça e, por isso, escolheram o apelido Nanque. Hoje também usam o apelido Ié. Ocupam posições de mando: são reis, fidalgos ou djagras em crioulo. O importante neste caso, é que, os restantes seis clãs ou gerações não reclamam de poder, porque cada clã tinha uma posição nesta composição étnica e o poder de mando é entregue aos Bôssassun;
- ❖ MALÁ, uma das seis mulheres, gerou o clã N'nsó, plural: Bôssó que povoou Bandé. As pessoas desta geração escolheram como totem o sapo – Có – porque se dedicavam à agricultura, andavam metidos na água como os sapos. Ndjirapa Có foi o primeiro desse clã a povoar Biombo;
- ❖ N'TOMÁ, outra mulher, gerou o clã N'ndjukumó, no plural Bôdjukumó, que povoou o Alto Crim. Tinham como totem a hiena – Cá – pois eram destemidos guerreiros, atacavam como as hienas;
- ❖ DJUKOM, a terceira mulher, gerou o clã N'nsafinté, no plural Bôsafinté, que povoou Safim. Usam como totem a lebre – Té – pois se gabavam de ser matreiros como a lebre;
- ❖ KLIKER, a quarta mulher, originou o clã N'níga, no plural Bôíga, que povoou Kliker (atualmente Calequir). Esta geração escolheu como totem a cabra do mato – Sá – pois afirmavam serem rápidos como este animal;
- ❖ N'TENDÈ, a quinta esposa, gerou o clã N'nsuзу, no plural Bôssuзу, que povoou Mindara. Usavam como totem o timba ou urso formigueiro – Djú;
- ❖ Finalmente, N'ŽOPOLÓ, a sexta mulher, gerou o clã N'nttat, no plural Bôttat que foi para Bissalanca. Esta geração escolheu como totem o macaco – Indi – pois eram hábeis a subir às palmeiras, para extraírem o vinho de palma, (CAMPOS, 2016, p. 11-12).

Apesar do clã *Bôssassun* ser o único detentor de poder de mando, a linhagem de Bôdjukumó é o segundo mais importante e o mais populoso. De acordo com as falas de Bibiano Cá (2015),

Como já sabemos que a etnia Papel tem sete linhagens, Bôdjukumó é um dos tais e está dividido em sete subgrupos: Bôdjukumó Sanghá ou K'ndinghil; Bôdjukumó Orentú; Bôdjukumó Ókoró ou M'nkau; Bôdjukumó Sigan (Selé ou M'nzap);

Bôdjukumó M'palamó ou M'punapá; Bôdjukumó Oiuky e por último, Bôdjukumó Ankay ou M'nzak.

Todos estes sete subgrupos são provenientes da mulher de M'nkau, chamada N'tomá. Cada nome representa um filho dessa mulher e cada filho representa até hoje cada linhagem.

Vale negritar que, apesar de não terem formado grande império igual a alguns reinos africanos, os pequenos reinos papéis já existiam há muito tempo antes da chegada dos portugueses no território. O Rei mencionado na historiografia até aqui encontrado, foi o Bacampolo⁷ Có em Bissau, que em abril de 1696 recebeu o batismo da religião católica, Américo Campos (2016), destaca a carta escrita por Bacampolo Có ao rei de Portugal, sobre o comércio nos portos de Bissau:

Em primeiro lugar soberano senhor pode-se dizer que Bissau é dos estrangeiros e não dos portugueses, porque holandeses, ingleses e franceses à porfia ocupam sempre o porto dele com seus negócios e muitas vezes entre eles há debates sobre quem há-de ser o primeiro, e os ingleses lançaram fora os franceses e depois os franceses tornaram e tomaram os navios ingleses, e como não tem forças para acudir pelo crédito dos senhores portugueses, fica tudo ao arbítrio deles. A fortaleza de Vossa Majestade que se fez nesta ilha está por terra e como lhe faltavam munições mais servias de embaraço que de defesa porque os estrangeiros se podiam valer dela para nos fazer mal, e os ingleses teriam já feito outra maior, se os franceses os não lançassem fora... (CAMPOS, 2016, p. 19).

Na sequência dessa simpatia do Rei Bacampolo Có com autoridades portuguesas, o Rei manda seu filho primogénito Bantoto Có em 25 de julho de 1694 para Lisboa, para receber educação cristã. Chega a Lisboa em finais de agosto e, em 30 de outubro, é batizado na Capela Real, rodeado da maior pompa e tendo como padrinho o próprio rei de Portugal. Um ano depois, Bantoto regressa à Bissau, em 15 de julho de 1695, acompanhado de doze missionários e portador de uma carta e presentes do rei de Portugal para o rei de Bissau, seu pai. Pouco tempo depois, em setembro, Bantoto viria a falecer, durante uma viagem a Geba, vítima de uma doença.

Entretanto, foram esses reis (de Bissau até Biombo) que travaram duras e longas lutas contra a presença portuguesa. Na primeira metade do século XX, depois das guerras desencadeadas por Portugal contra esses reinos, foram reformulados pela administração colonial. Do mesmo jeito na era, pós-independência, segundo descreve Maria Clara Saraiva (2003), “apesar de certa reação contra a autoridade tradicional dos régulos no período pós-

⁷ Pressupõe que o nome desse rei, interpretando o sentido do termo, pode ser BOKAUMPÓLÓ. Traduzindo literalmente de papel, significa “eles são os donos dele...”.

independência”, por ter alguns reis que auxiliarem ao poder colonial, “a partir da década de noventa assistiu-se a uma revitalização do poder tradicional e a recuperação das instituições dos regulados”. Estas narrações deixam claras que os reinos papeis funcionavam há muito tempo, sofrendo alterações de acordo com cada regime. Neste sentido, as análises agora vão concentrar na zona chamada Biombo.

Situada ao norte da Guiné-Bissau, atualmente a região de Biombo tem um total de 61.522⁸ pessoas e uma densidade populacional de cerca de 73 habitantes por quilómetro quadrado, o que faz da região a mais densamente ocupada das oito delimitadas no país, excluindo a capital Bissau. Entretanto, a zona compreendida de Quinhamel até Ondam é considerada por Maria Claudia Saraiva do lugar onde se encontram tabankas com “estruturas sociais, políticas e religiosas mais coesas”, (SARAIVA, 2003. p.179). Nesse espaço há 136 tabankas, com uma média 316 habitantes cada uma, organizadas por *Mêz* (moransas) onde residem famílias extensas, distribuídas por casas individuais, correspondendo a cada uma delas um núcleo familiar restrito, mas aparentado com todos os outros sob autoridade de *Nhinz-nek* (um velho, chefe de *moransa*). Estas comunidades domésticas constituem unidades de organização e produção agrícola a partir da ocupação do mesmo espaço físico e juntam-se em linhagens residenciais que por sua vez se agrupam em *djorsons*.

O Rei é na realidade, a personificação da autoridade tradicional e convive com as instituições criadas pelo Estado guineense. Deste modo, o Rei continua a deter uma posição proeminente no seio da sociedade Papel e sua autoridade é decisiva na resolução de problemas do quotidiano assim como na celebração de cerimónias religiosas importantes, (SARAIVA, 2003, p.180).

Depois da morte de Rei N´kanandé Ká em 1915, o reino fica aparentemente destruído e os que foram substituir o N´kanandé, foram indicados pelo poder colonial desobedecendo as regras tradicionais que regem e conduzem à chegada ao poder. Neste trabalho incumbe agora de trazer perfis de alguns reis que governaram Biombo até a data presente baseando na entrevista de Bibiano Cá em 2015. Dificuldade encontrado nessa pesquisa refere aos dados dos reis que substituíram N´nkanandé, apesar disso, se pode perceber que o reino nunca ficou vazio, apesar da historiografia não identificar esses reis que governaram até a chegada da independência do país em 1973.

⁸ Estes dados excluem os papeis habitantes e donos de Bissau que estão em um bom número significativo. Pela transformação de Bissau na capital, o espaço começa a ser ocupado por outros grupos étnicos do interior e das ilhas. Por tanto, dentro desse cenário, a cidade de Bissau passa a ser uma aglomeração dos diferentes povos.

2.2.1.1 João António Longa

João Longa (também conhecido por Óingny) foi posto no trono de Biombo no dia 26 de fevereiro de 1972, por Antônio Sebastião Ribeiro Spínola, Comandante e Chefe das Forças Armadas da província da Guiné-Portuguesa e tomou posse no dia 8 de julho do mesmo ano. Por ser uma interferência direta do poder colonial sobre o poder local, Longa não seguiu as normas estabelecidas pela tradição para o efeito e passou por cima para chegar ao trono. Por meio dessa condução ilegal, de ponto vista da tradição, João Longa se pus ao serviço do poder colonial, este facto demonstra a clara administração indireta, em que, os portugueses usam reis locais aos seus serviços próprios.

Apesar de Longa chegar ao trono fora do quadro normal estabelecido, ele foi o primeiro Rei de Biombo a passar o período de quatro (4) anos estabelecido pela tradição:

Todos os reis que antecederam Longa ninguém conseguiu permanecer mais de quatro anos no poder, o facto deve-se a seguinte: na tradição Papel, o clã que tem direito ao poder entre os sete (7) é o Bôssassun⁹. Entretanto, nos reinos de Bissau, Antula, Prábis, Safim, Quisset, Tôr e Biombo, é esse clã nobre que detém o poder de governar e aquilo é indiscutível até a data presente. No caso concreto de Biombo, o clã Bôssassun está também dividido em três grupos: Bôssasun Ktá, Bôssassun Kíónd e Bôssassun Piž e são esses três grupos que governam e substituem um ao outro. Neste contexto, o tempo de governar para os Bôssassun Piž e para os Bôssasun Ktá é indeterminado, quer dizer, o Rei governa até a morte e depois da morte, ele é substituído pela pessoa indicada do outro grupo a seguir. O período de 4 anos ficou estabelecido para Bôssassun Kíónd deveu-se as rivalidades que existia no meio desse grupo a quando da fundação do reino. Porém, João António Longa pertence Bôssassun Kíónd e por lei, devia deixar o poder ao completar 4 anos por dois motivos: abdicar do trono porque acabou o tempo limitado ou morrer antes desse período, (Bibiano Cá, 2015).

Mas, por ser um Rei local ao serviço do poder colonial e que beneficia do apoio dessa força estrangeira, Longa segue no trono.

Ainda sobre Bôssassun Kíónd, as narrações contam que no primeiro momento, por faltar dentro desse grupo algum entendimento sobre quem pode subir ao trono, esse grupo foi banido dessas oportunidades. Ficando a margem do reino, Bôssasun Kíónd tiveram que desencadear guerras internas e campanhas de negociações com alguns chefes que detinham poderes e que atuam diretamente no reino, para que possam ter acesso ao poder, apesar de haver resistência por dois outros grupos, com o tempo, Bôssassun Kíónd passam a ser admitidos na rotatividade

⁹ Alguns têm usado o termo Djagra para designar esse clã, mas este termo não é de origem Papel e nem é usado na língua papel, mas que tem o mesmo sentido com o termo Bôssassun.

de governação, mas com uma condição: eles só podem permanecer no poder por um período de 4 anos, inegociável e irrevogável.

Interessante ressaltar que os dois grupos: Bôssassun Kíond e Bôssassun Piž são provenientes de uma única mulher, por isso, ambos não se podem casar entre eles. Portanto, apesar de João Longa beneficiar direta e indiretamente dos aparatos do poder colonial, ele era até um certo ponto, moderado e:

Ponderava certas questões do reino. As vezes tomava uma decisão, mas se houver qualquer contestação ou reclamação, de certa forma, ele reconsiderava. Contudo isto, os anos de seu reinado foram abalados por uma crise interna em que envolviam figuras importantes do reino, exemplo de os que estavam à espera para lhe suceder, filhos de antigos reis e toda a sociedade quase posicionou contra seu mandato e isto levou à João António Longa ser afastado de cargo em 15 de novembro de 1980, (idem).

Para sua substituição, subiu ao trono M'nssemundja Ká, indicado do grupo de Bôssassun Piž. Depois da morte deste último, subiu ao trono o indicado do grupo de Bôssassun Ktá M'bunda Kilin-nandé Ká e depois da morte deste, João António Longa enquanto vivo e por ser a vez do seu grupo, ele voltou a reassumir o trono em fevereiro de 1999, até a data de sua morte em 27 de junho de 2009.

2.2.1.2 *M'nssemundja Ká*

M'nssemundja Ká nasceu em Ossou, tabanka que fica entre Dorse e Blom na casa denominada M'nlak. Era filho de Onhouá Ié, (Bôdjukumó de Orrentu) e filho de Aíki Kó (Bôssassun Piž, filha de Bôssó). Depois de perder o pai, M'nssemundja foi herdado na altura por Ossalpa Ié, (Bôdjukumó de Orrentu), natural de Ondam, tabanka de Berut, também Bôssassun Piž. Então, M'nssemundja quando atingiu uma certa maturidade de homem e chegou sua vez, ele deixou a casa onde nasceu foi herdar em na tabanka de K'nsan, numa casa grande chamada de Uliguil. No mesmo dia que ele estava a preparar para assumir a liderança dessa casa, faleceu o pai adoptivo: quem herdou a casa dele. Impedido pela tradição de voltar atrás durante esse processo¹⁰ de rituais tradicionais para assumir a casa, ele só voltou a casa para participar da cerimónia fúnebre do pai depois desse processo sagrado. Este Rei:

Ficou famoso pelo seu trabalho de combate à fome na aldeia onde ele governava. Quando M'nssemundja oficializou sua entrada à casa, ele encontrou as bolanhas todas danificadas pela força de água salgada e deixou centenas de famílias em crise alimentar. Com sua dedicação, ele esforçou-se muito e conseguiu fechar entre quais:

¹⁰ Esse processo é chamado em Papel de P'djék Mêz, o que pode significar literalmente, subir a liderança de casa. Para quem vai assumir o reino, esse processo tradicional se chama P'djék Plin, assumir a liderança do reino. Plin significa reino.

bolanha de Djingha ao lado de Laká (ao redor de Sidja), bolanha que está depois de Blom (Seuar) e bolanha que está em Ondam (chamado Seutili). Ao deixar esta casa, M´nssémundja Ká deixou bolanhas bem edificadas para o cultivo de arroz aos habitantes da casa onde ele foi herdar. Porém, é tradição que, para chegar ao reino principal, a pessoa a seguir precisa passar por algumas aldeias ou casas, servindo de preparativos para assumir o reino todo. Neste viés, M´nssémundja saiu de Uliguil e foi herdar uma nova casa chamada de M´nzené. Este processo funciona tipo uma escadaria, a pessoa precisa seguir a trajetória de início ao fim, neste caso, o fim seria chegar o reino de Biombo. Também levou um tempo nesta segunda casa, (Bibiano Cá, 2015).

Quando faleceu em 1977, Bedjó Kansi Ká, (o pai de professor e antigo deputado da Nação Martinho N´fulna Ié), M´nssémundja Ká deixou a casa de M´nzené para assumir a casa de Bedjó. Atualmente, esta casa é chamada de Méz-Bedjó (casa de Bedjó). Quando ele se preparava para assumir esta casa, encontrou 4 pessoas que tinham esta casa também como destino. Sem nenhum desentendimento, foram governar eles 5, incluindo Lof Kó (Otidja), muito conhecido e último na lista que morreu.

Apesar de Méz-Bedjó ser uma casa grande, com muitas bolanhas e algumas regalias sociais e políticas, M´nssémundja estava ali com olhos postos no treino de Biombo. Entretanto, quando o reinado de João António Longa entra em crise, provocada pela quantidade de tempo no poder e pela sua falta de comunicação com autoridade pós-independência, ele foi obrigado a deixar o poder. Lembrando que o grupo em que Longa faz parte só poder permanecer no poder por 4 anos, não podendo ultrapassar esses anos. Mas, Longa, com apoio do poder colonial, ultrapassou o tempo limitado para seu mandato.

Com mandato caçado pelos filhos de Biombo, anciões e chefes de algumas casas importantes, João António Longa acabou por ser deposto.

Foi nessa oportunidade que M´nssémundja Ká apresentou sua candidatura e sendo o único, o nome dele foi legitimado para comandar o reino. Logo no dia 15 de novembro de 1980, ele subiu ao trono como Rei de Biombo. Durante os anos de seu mandato ele é visto como um grande líder; um homem trabalhador e corajoso. A estrutura física dele o fazia diferente de muitos homens papeis de sua época: era um homem alto e pode ter um pouco mais de 2 metros de altura. Dias depois de golpe militar de 14 de novembro de 1980, ele liderou um grupo dos anciões, baloubeiros e entre outros de Biombo que juntaram aos populares de Bissau e saíram pelas ruas para manifestar suas solidariedades com o Movimento de Reajustador, liderado pelo então General João Bernardo Vieira "Nino".

Em 12 de março de 1982, M´nssémundja Ká acabou por falecer, marcando assim, o fim do seu mandato.

2.2.1.3 *Klin-Nandé Ká “M’Bundá”*

Klin-nandé Ká, mais conhecido por M’bundá, era neto materno de Tikalé Kó (Bôdjukumó de Orrentu), filho de Bôssó, nasceu concretamente em Durê ou Dorse, no reino na casa herdada por N’djopó Té. De acordo com Bibiano Cá (2015), Tikalé Kó teve muitas mulheres, mas nesta história, importa falar de uma delas de nome Oiény Djú, a sua noiva, Bôssassun Ktá, filha de Bôssuзу. Ela nasceu em Blimlim Adjur, próximo ao entroncamento entre Ondam e Blimlim. Tikalé teve que deixar a casa de seu pai para herdar outra casa que fica em Knssan, concretamente em Ussungus, na berma de troço que liga que liga Blimlim e Blom próximo a baloba de Kfeê ou Ossukunfâ.

Foi nesta casa de Ussungus em Knssan, onde nasceu Apédan Ká, mãe de Klin-nandé Ká. Também Klin-nandé era neto paterno de N’dum Té, Bôdjukumó de Sangha ou K’ndinghil, filho de Bôsafinté que herdou em Ondam entre Kdjál e Donkánu junto a baloba de Ônguné. N’dum Té casou-se com Kumburu, Bôdjukumó de M’zak, balobeira ou sacerdotisa de M’sassun, mãe de Óieló Ká. Este Óieló casou-se com Apédan Ká e deixou a casa de seu pai e foi herdar a casa em Blimlim junto de baloba de Kofró. Foi nesta casa onde nasceu Klin-nandé Ká, vulgo M’bundá. Ainda criança, o pai foi herdar a casa de Otár em Ondam, foi ali onde Klin-nandé fez toda sua vida de criança até adulto, (Bibiano Cá, 2015).

M’bunda era um grande ferreiro e viveu um bom tempo nas terras de balantas. Dada sua convivência nessas terras, ele falava a língua balanta mais que a sua língua materna. Nesta longa permanência nas terras balantas, ele também incorporou as tradições desse povo e foi um dos primeiros homens a transportar algumas danças balantas para Biombo, exemplo de: Kussundé, Kanta Pó, Balak, etc. Na casa de seus pais em Otár, ele tinha bombolóm de estilo balanta e o usava para comunicar com outras aldeias distantes. Quando se preparava para ir ao *fanadu* muitas músicas compostas por ele estavam em língua balanta, o que lhe dava mais fama em relação a outros jovens de sua época. Também ele era ajudante de grande ferreiro Papel que fundou a primeira ferraria no bairro de Antula e se chama Kzaky em Papel, o que pode significar literalmente ferraria. Hoje em dia, o bairro é chamado de Taquir, mas esse nome veio dessa ferraria criada pelo mestre de Klin-nandé no início do século XX.

Enquanto jovem, alto e magrinho, Klin-nandé foi um dos melhores dançarinos de Biombo no seu tempo. Esta dança de mancebos foi um estilo cultural da etnia Papel bem praticada em Biombo e no reino de Tôr. Foi com essa dança que jovens de Biombo, sob a organização de M’bunda, venceram o festival organizado pela administração colonial no largo de Alto “Crim” em 1968, onde está construída agora Assembleia Nacional do Povo. Este lugar era um jardim e estava lá uma estátua de João Teixeira Pinto, em homenagem ao trabalho feito por ele na Guiné-Portuguesa. Este festival foi realizado pelo poder colonial para dar boas-vindas ao Chefe de Estado Maior de Marinha Portuguesa Almirante Américo Tomas, (Bibiano Cá, 2015).

Neste festival, tomaram parte muitas etnias de zonas controladas pela administração portuguesa e os jovens de Biombo sagraram-se campeão desta manifestação cultural.

No seu percurso “político”, Klin-nandé começou a fazer suas movimentações políticas a partir de setembro de 1968, quando foi herdar em Knssan, onde fechou bolanha de Laká (costa de Sidjá). Em março de 1982, quando faleceu então Rei de Biombo M´nssémundja Ká, M´bunda foi o único que apresentou sua pessoa para preencher a lacuna deixada pelos seus tios, entre os quais, Kiauany Ká, que desde jovem lutou pelo poder. Mas, em junho de 1966, quando este Kiauany Ká foi indicado para assumir o trono depois da morte do Rei N´djandé Ká, ele recusou liminarmente, com argumento de que “era demasiado velho e não iria levar o cadáver para o Reino, por isso, vai dar oportunidade aos mais novos. Para seu lugar, assumiu Bolama Djú, e este trabalhou muito na recuperação de bolanha de Upanda, que servia de celeiro para o cultivo de arroz para seu clã.

Dada a lacuna deixada por Kiauany Ká, Klin-nandé reivindicou o lugar de seu tio e se apresentou para subir ao trono. Apesar de ser um dos reis mais jovens que assumiram a liderança de Biombo, ele chegou ao trono no dia 10 de dezembro de 1982. Importa sublinhar que, quando M´bunda estava a cumprir a transitória para chegar ao reino central, um homem em Ossou foi ter com ele no caminho e lhe disse, “se eu tivesse toda riqueza que você tem, nunca entregaria minha vida para morrer em Dorse”. Chamada de atenção desse homem vem na sequência de muitos reis que morreram antes de completarem 4 anos de mandato, exceto João Longa. Na verdade, enquanto ferreiro que viajou muitos lugares, Klin-nandé tinha muita riqueza e naquela época, riquezas se contabilizam pela quantidade de animais de crias e ele tinha muitos gados; pela quantidade de filhos e ele tinha mais de 10 mulheres, além de um vasto bolanha de plantar arroz que ele edificou.

Ele também ficou conhecido pela sua capacidade de “filosofar” e compor músicas na sua época. Os ditos filosóficos dele podem ser encontrados nos nomes que ele dava aos seus filhos, porque, para ele, “dar um nome, é um acto de filosofar”. Por exemplo: *N´déyoghunfã* foi o primeiro a nascer dentro do reino, isto deu-lhe um tratamento especial em relação aos seus irmãos mais velhos e mais novos também. Na verdade, ele é o verdadeiro príncipe. Era proibido cortar cabelo dele fora de reino: nenhuma parte de seu corpo. As vezes ele viajava e ficava quase dois anos em Bissau ou noutro lugar, mas não cortava o cabelo, ao voltar ao reino, era preciso fazer cerimónia; sacrificar um cabrito e ele sentava em cima de pele de gado preparado para o efeito. Depois de cortar cabelo, esse cabelo era pegado e arquivado. Depois de nascer no reino, o Rei lhe deu o nome de *N´déyoghunfã*, que significa esperem amanhã. Em outras

palavras, essa filosofia diz o seguinte: *N'déyoghunfã n'dé bá mé Klin-nandé kaun Uium*: esperem amanhã para saberem que é Klin-nandé o dono de Biombo. Alguns explicam que o Rei dava resposta para alguns que diziam que ele ia morrer no reino antes dos quatro anos e isto pode se resumir no seguinte: esperem depois para emitirem juízos de valores.

Dentre seus feitos, ele trouxe de volta a sagrada cerimónia de *Ukau* ou *Kanssaré* no dia 9 de setembro de 1984:

Esse processo durou 6 dias e como condições: ninguém podia dormir dentro de casa e nem fazer refeições dentro, tudo tinha que ser nas ruas e ao ar livre. Segundo a tradição, fazendo toda atividade ao ar livre, aquilo pode evitar agressões verbais e físicas entre outras práticas condenadas durante aquele período. Em outras palavras, este período é tido como momento em que cada indivíduo precisa manter sua santidade pessoal e da comunidade, além dessas agressões, relação sexual era proibida também. Também a cerimónia só pode ser feita na época chuvosa. Este ato serve para renovar alianças e promessas para com outras divindades e para com Deus. De salientar que os papéis tomaram esse *Ukau* junto dos Manjacos de Pecixe, (junto de uma grande divindade cultuada por esses dois grupos étnicos) e o tronco étnico brames, que agrupava papéis, manjacos e mancanhas também tomou a divindade junto dos Felupes, tudo isso indica que provavelmente, esses grupos étnicos originaram do mesmo tronco étno-linguístico, (idem).

No ano a seguir, M' bunda Ká realizou no dia 2 de abril de 1985, a cerimónia de *fanadu* em que mais de mil mancebos foram submetidos a esse processo de passagem de vida juvenil para vida adulta, dando ao indivíduo o direito de participar ativamente nos assuntos de dia-a-dia da sociedade Papel.

Bibiano Cá (2015), também destacou a boa relação que Rei Klin-nandé manteve com a igreja católica guineense, principalmente, com as estruturas da região de Biombo. Segundo ele:

A visita do antigo Rei de Biombo, Klin-nandé Ká – M' bundá à Cúria Diocesana de Bissau em março de 1998, onde foi recebido pelo então Bispo de Bissau, Dom Setímio Artur Farrazzeta e Padre Jorge de La Barba mostra que este Rei teve excelente relação para com a Comunidade Cristã, sobretudo, a comunidade Católica. Prova disso, realizou em abril de 1997, a cerimónia de toca choro do antigo Padre Gentil Baou da Comunidade de Blom em Biombo, que faleceu no dia 26 de junho de 1996. Importa sublinhar que, de posto de vista da religião cristã, esta cerimónia pode não ter efeito ou sentido, mas, em termos de humanismo e social, teve uma grande relevância no seio da sociedade Papel, onde o padre viveu desde sua juventude até a data de sua morte. Também ao Rei, a cerimónia serviu para render uma justa homenagem à um amigo pelos serviços prestados aos populares de Biombo.

Importa referir também que foi nesta comunidade católica de Blom em Biombo que atual Bispo Auxiliar Dom José Lampra Cá realizou seus estudos iniciais. Esta Comunidade hoje é chamada Paróquia São Benedito Africano.

Klin-nandé Ká foi um amigo de então Presidente da República João Bernardo Vieira “Nino”, várias vezes, Nino tem visitado o reino de Biombo e além de seus enviados. Durante

as primeiras eleições democráticas de 1994, M' bunda trabalhou bastante e sacrificou um pouco mais 7 gados para eleição de Nino Vieira. Nesse ano de eleições, Vieira visitou o reino mais de 4 vezes.

Ao deparar com problemas de saúde, ele foi internar no hospital de Canchungo recebendo tratamento médico. No dia 7 de fevereiro de 1999, Klin-nandé Ká acabou por falecer. Esta morte se deu devido a uma quantidade considerável de mortos e feridos que davam entradas no hospital na sequência de guerra político-militar que começou no dia 7 de junho de 1998 e terminou em 11 de maio de 1999. Tradicionalmente, um N' nssassun, principalmente um Rei não pode pisar sangue de uma pessoa morta e nem olhar aos cadáveres. Nesta circunstância, ele conviveu com essa situação no hospital e acabou por falecer e seus restos mortais foram transladados no mesmo dia para reino de Biombo onde, depois de seguir todas as cerimónias demandadas pela tradição, seguiu-se o funeral. Marcando assim, o fim de percurso deste homem, o pai de quem escreveu esta monografia.

Depois dessa morte, o João António Longa voltou ao trono, por ser a vez de Bôssassun Kiónd e ele estava vivo. Depois de sua morte, o reino Biombo conheceu na modernidade, suas primeiras disputas envolvendo duas figuras da mesma linhagem, neste caso, Casma Kó e João Vieira Indi, mais conhecimento por N' djomberu, pertencem Bôssassun Piž.

2.2.1.4 João Vieira Indi “N' djomberu”

Para preencher a vaga deixada por João Longa, os dois lançaram mãos à disputa. Não é interesse desse trabalho emitir juízes de valor sobre quem tem direito de governar, mas sim, é nosso interesse simplesmente trazer algumas análises cronológicas para situar os períodos que marcam personalidade de cada Rei. Também queremos lamentar falta de biografia de Casma Kó.

João Vieira Indi era Bôssassun Piž, filho de Bôttat. Nasceu no dia 28 de janeiro de 1932, no ilhéu de Corbete – Catió, sector de Catió, região de Tombali, Sul do país. Filho de N' nhemundé Ká, Bôttat, antigo herdeiro da casa de Bóž, ao lado de *iran* em Ondam e também filho de Ontensa Ká, Bôssassun Piž, filha de Bôdjukumó M' nžak e nasceu na casa de Otár em Ondam. Por nascer no Sul do país, lugar onde a luta armada pela libertação da Guiné-Bissau, ele decidiu abraçar esse projeto político e se ingressou a fileira do PAIGC. Dada a sua força física e coragem, ele foi posto de chefe de um grupo de militares que acamparam na aldeia de Catungo onde ele residiu e lutou. Depois de se destacar no meio de seus colegas, ele foi

transferido e lutou lado ao lado com Comandantes Agostinho Cá, Nino Vieira e entre outros militares.

Depois da independência, N'djomberu decidiu continuar viver com sua família na mesma aldeia no Sul e dedicou toda sua vida na agricultura. Como descreve Bibiano,

Ele foi um grande agricultor e produzia toneladas e toneladas de arroz. Entre anos de 1979/80, momento em que a Guiné-Bissau mergulhou numa crise económica grave alimentada pelos parceiros externos e pelos maus anos agrícolas. Nestes anos, N'djomberu socorreu muitos guineenses sobretudo, Papeis na sua maioria, que atravessavam rios de Biombo até Tombali de canoas de remo à procura de arroz, porque em Bissau e nas regiões arredores, era difícil para conseguir trigo, mandioca, devido ao período conhecido de “Mba-toma”, em que o Estado controlava todo o comércio. Para conseguir um kg de arroz, as pessoas precisam passar horas na bicha um dia antes. Este momento foi duro para aqueles que têm campo de lavoura. Também ele foi um grande criador de gados bovinos.

Quando chegou a vez de João Vieira Indi de se preparar para o poder central em Biombo, ele decidiu deixar sua aldeia em Catió e foi para Biombo. Depois de falecimento de Afuz, Djomberu foi herdar M'nlak em 1987. Muitos de seus colegas que também foram herdar, morreram e ele ficou sozinho na casa com olhos postos no poder central.

Depois da morte de João António Longa, João Vieira Indi foi herdar o trono principal do reino de Biombo. Sendo ele Bôssassun Piž e Casma Có, também Bôssassun Piž, os dois foram herdar. Foi algo novo depois da independência do país, duas figuras disputarem o mesmo trono. Para essa reflexão, muitas questões podem ser colocadas, mas este não é o momento. Num outro trabalho, dedicaremos um tempo para compreender motivos dessa disputa. Porém, N'djomberu ficou no trono juntamente com Casma Có, numa disputa de quem vai ser Rei principal e no dia 20 de julho de 2009, ele acabou por falecer por uma morte súbita.

2.2.2 Economia

Uma abordagem geral sobre os povos que hoje constituem a população nacional da Guiné-Bissau antes da invasão dos portugueses se baseia na obra de Lourenço Ocuni Cá¹¹ que fundamenta que o modo de vida desses povos era fundado basicamente na agricultura de subsistência, mas também no pastoril, na pesca e na caça. O sistema agrícola era baseado na “rotação dos solos” e até hoje o sistema é o mesmo. Nesse sentido, a terra era explorada apenas uma vez por ano. “O trabalho humano, apesar de ser voltado quase todo para as atividades

¹¹ Disponível em: http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10576/ssoar-etd-2000-1-ca-educacao_durante_a_colonizacao.pdf?sequence=. Acesso em 26/07/2016

agrícolas, também envolvia atividades artesanais, como a confecção de catana, flecha, lança, potes”, e etc. (CÁ, 2000, p. 2).

De uma forma específica como é o objetivo do tema, a economia do povo Papel se baseava em quatro grandes atividades: pesca, agricultura, extração de óleo de palma, vinho de palma e a tecelagem, como relata Clenssa Có, um tecelão tradicional de setenta anos, numa entrevista em 2007:

Quando chegaram os portugueses no século XV, nós já tínhamos o domínio da pesca, agricultura, extração de vinho e óleo de palma e a tecelagem. Eu me lembro, até os anos cinquenta do século XX, minha avó plantava algodão e trabalhava algodão em linhas para tecelagem. Toda noite, ela ficava em frente do fogo que iluminava a varanda da casa, na medida em que ela contava história às crianças, ela aproveitava o tempo para trabalhar o algodão. Contudo o trabalho demorava tanto, com esse trabalho é que se faz os panos. Nossos reis se enfeitavam de panos de grande tamanho. Com isso, precisa dizer que os europeus não nos viram nus sem roupas, pode não ser trajes iguais a deles, mas conseguíamos colocar um “banda¹²” atrás e na frente para cobrir nudez.

Nós extraíamos óleo de palma e vinho, esse ofício nos permite emigrar para as terras dos Fulas e Mandingas por um trabalho de mais de dois ou três anos. A via era o caminho de mar, você chega numa determinada tabanca sem perceber a língua Fula ou Mandinga, eles só vêm sua corda e seu moringue logo sabem que você extrai palma, com o tempo você se começa a perceber as línguas deles. É por isso que muitos papeis falam a língua balanta. Pelo tempo que eles levavam no meio de uma comunidade dá para perceber alguma coisa, (CÓ, 20,10, 2007).

Este relato comovente deixa claro que o nível de vida que este povo vivia naquela época pode não ser respeitado ou entendido pelos portugueses, mas é uma realidade que até os dias de hoje está viva. Contudo, já não se faz linha por meio de algodão, mas a tecelagem continua. Hoje em dia, os papeis ganham mais conhecimento na tecelagem pelo que se pode desenhar uma cara ou nome de uma pessoa nas bandas só com as linhas, relegando aos papeis, a exclusividade dessa técnica. Do mesmo modo, os trabalhos de extração de vinho e óleo de palma continuam. Muitas pessoas ainda emigram para fazer esse trabalho em outros lugares longínquo.

2.2.3 Processo religioso

A maioria do povo papel segue a religião tradicional, tendo uma minoria que professa a fé cristã. Portanto, para os papeis a religião determina os principais conceitos e normas que

¹² Conjunto de bandas que se faz um pano, um banda pode ter uns dois metros de comprimentos e quinze centímetros de largura, dependendo do tamanho do pente-oficial.

regem as sociedades. Nesta religião dos papeis existe um *Uẏi*¹³ (Deus) Supremo e de inúmeros espíritos¹⁴ invisíveis, onnipotentes, onnipresentes e omniscientes, denominados de *Ból* (*N'ngnhssai* ou *Ossai* no singular), que podem adquirir várias formas para se manifestar e comunicar com seres humanos. Igual a outras sociedades africanas, a religião dos papeis está intrinsecamente ligada a todos os outros aspectos da cultura, considerada como um “fenômeno baseado na interação humana dada a relevância que adquirem ações, gestos e performances que se sobrepõem a dogmas e teologias”, (SARAIVA, 2003, p. 180-181).

Clara Saraiva descreve como é a religião no quotidiano dos papeis:

O lado prático e quotidiano da religião é o veículo da constante e perpétua relação que os vivos mantêm com o mundo dos mortos. Os altares dos antepassados – denominados em crioulo, *testos* (Kiem em papel) e *firkidjas di alma*, *cifres* (*Ptim em papel*) e *Ukassa* – estão presentes no interior e exterior das casas e os vários tipos de santuários – *balobas* (Ból em papel), *kansarés* (Ukau em papel) e *kunssondó* são os locais primordiais onde se estabelece a relação com além e onde oficiam os especialistas e dignitários religiosos, *baloberos* (N'mpené no singular, Bopené no plural em papel) e *djambakoses*. Consubstancializada através da reencarnação e das várias formas de comunicação com o além, a relação com os antepassados é perpetuada em cada gesto do quotidiano papel. Antes de se começar a comer derrama-se arroz e bebidas – normalmente aguardente de cana ou vinho de palma – pelos antepassados. Do mesmo modo, nenhuma cerimónia se decide sem se consultar a sua opinião e nunca um rito se inicia sem que eles sejam primeiramente invocados, (SARAIVA, 2003, p.181).

Cada religião no mundo tem um patrono, tem pessoas das quais, os fiéis acreditam que elas podem fazer algo. Algumas religiões pela ignorância consideram o *Ossai* de demónio, enquanto nas suas igrejas e nas casas também estão rodeadas de figuras santas, esses santos são considerados de santos porque os praticantes as consideram e evocam-nas. É mesma coisa que existe na religião Papel. *M'nkau* é um Santo e tido como patrono da religião.

Portanto, os papeis têm um passado de seus ancestrais que já não existem fisicamente, mas existem em Espírito e em estreita ligação com os humanos, como se pode ver neste texto:

Irans¹⁵ (*Ossai*), *dufuntus* e *pekadur* (indivíduo) vivem e interagem no espaço terreno, comandando os primeiros a vida dos humanos. Irans e *dufuntus* são pais, mães dos que acreditam neles e lhes pedem ajuda e proteção. As sete linhagens dos papéis

¹³ Usei este termo tomando em consideração a sua utilidade pelos missionários evangélicos da Igreja Evangélica de Biombo para designar o termo Deus, usado no Novo Testamento em língua papel. Para chamar corretamente a palavra *Uẏi* tem que ser um papel, dada à facilidade de dobrar a língua.

¹⁴ Exemplo de *M'nkau*, tido como patrono dos papeis, ele é fundamental na religião. Ele é adorado até os dias de hoje, é reservada uma vez por ano, uma cerimónia sagrada para ele.

¹⁵ Importa sublinhar que todos os irans eram pessoas físicas que já viviam há muitos séculos atrás. Depois da morte, essas pessoas são consideradas de Santas e são Espíritos sagrados, protetor das famílias e de suas linhagens, mas que pode ser implacável nas punições aos que não cumprem com a promessa feita a ele. Esses irans podem ser representados por estacas de madeira, pedras e árvores que assumem natureza sacra porque se tornam depositários das almas de antepassados.

teriam tido sua origem em irans e dufuntus trazidos de Quínara (uma região ao sul do país). Ntomá Naína, segundo Augusto Ká, é um grande Iran do clã dos Badjukumon que, ao voltar da caça no chão dos Nalus, na região de Quínara, junto com Mkau, levou consigo para Bissau o Iran Okuri, filho de uma poderosa divindade daquela região. O pai só permitiu que o filho saísse de Quínara rumo a Bissau, porque foi a pedido do seu tio. Sendo sobrinho, estaria em condições de herdar os bens do tio, assim como o próprio trono.

Chegados a Bissau, Mkau, Ntomá e o seu hóspede Okuri encontraram Oligá (o Iran assentado em Chão de Papel que para lá tinha sido levado pelo clã Bassó), para ocupar o espaço que Ntomá pensara atribuir a Okuri. Ntomá (uma entidade do sexo feminino), Iran de Alto Crim, pediu então à sua irmã, Mafa Ntungue, para ir buscar Okuri e levá-lo lá para cima, para junto dela. Okuri refutou, dizendo que se fosse lá para cima, nenhum Djukumon iria sobreviver e que o melhor seria pedir a Oligá que lhe concedesse um lugar junto ao mar, de onde ele tinha sido retirado, e assim sendo, lá deveria ser seu lugar. Ntomá, não só negociou o lugar onde ficaria Okuri, como também conseguiu que Oligá desse uma bolanha [arrozal] para seu hóspede, visto que não se pode dar morada a alguém sem que se lhe dê um lugar onde lavar e alimentar-se. Okuri ficou com a morada junto ao tarrafe [mangal], sendo a ela dada a bolanha, o arrozal que fica junto à central elétrica de Bissau. Essa bolanha é também dos membros do clã Badjukumon de Crim. Ntomá Naína, sob os auspícios de Mkau, tomou o tronco de uma árvore e assinalou a morada de Okuri. Era preciso saber, se esse tinha aceitado o lugar. Para isso, Ntomá imolou um galo, oferecendo o sangue ao seu hóspede. Estando as vísceras brancas, isso significaria que Okuri teria aceitado o lugar. Ntomá imolou uma vaca como oferenda a Okuri. Mandou chamar todos os membros do clã Djukumon e explicou a todos que fora caçar e ceifar em Quínara e que trouxera um filho e que esse tinha uma cabaça, “sorte” enorme. Ntomá ainda disse que Okuri não haveria de escolher nem brancos, nem pretos; acolheria todos os aflitos que a ele recorressem. E todos os que pisassem o chão do porto de Bissau (a porta de entrada para a cidade) deveriam pagar tributo a Okuri, pois serão filhos seus. Ntomá já era conhecido como um dos irans que protege os seus filhos em quaisquer circunstâncias. Depois do acolhimento de Okuri, Ntomá Naína e Mafa Ntungue formaram o trio de irans e dufuntus defensores acérrimos dos seus filhos e filhas. Augusto Ká (2008) informou que as sete djorson [linhagem] dos papéis vieram das irmãs desses dufuntus e irans, (SEMEDO, 2010.p.118-119).

É importante entender como *Ossai* é fundamental na religião pela força e proteção que dá e Ele é presente em toda a vida dos seus seguidores, como descreve Augusto J. Santos Lima:

Idealmente, um presente, carrancudo, onnipotente, onisciente e intangível; materialmente, é “um depósito de interesses”. [...] Lá está ele presente no casamento, no nascimento e na morte. Não iria muito mal se ficasse por aí. Mas vai mais longe, muito mais longe. Na sementeira, na colheita, na pesca; na higiene; na saúde, na doença; no crime; e na justiça; na guerra e na paz – esse “figurão” intervém sempre pela boca dos seus “balobeiros”. (LIMA, 1947, p. 175-176 apud SEMEDO, 2010, p.117).

Por isso que logo no início, era considerado indesejado o encontro com os portugueses, porque essa presença dos europeus no território Papel acabou por minar tudo que esta sociedade tem alcançado ao longo dos tempos remotos. Não é uma questão de desmerecer o padrão português implantado, mas teria sido justo se esse “padrão civilizacional europeia” andasse de mãos dadas com a realidade civilizacional dos papéis, e não uma mera chicoteada nas costas para obedecer às regras impostas.

2.2.4 Processo de ensino e aprendizagem

A sociedade Papel, igual às muitas outras sociedades africanas não tinha uma instituição de ensino formal que se encarregava de desenvolver uma política de ensino para os mais novos. A família é a primeira instituição encarregada de ensinar, segue a tabanca toda que se envolve na educação do indivíduo. Ao passar dos tempos, esse indivíduo começa a passar por diferentes etapas, que permitirão sua maturidade social e conseqüentemente, sua inserção em diferentes níveis sociais da comunidade.

Concernente ao ofício, o processo de ensino e aprendizagem se baseava na transmissão direta da realidade prático-social e de acordo com a profissão. Como descreve Ocuni Cá:

Com relação à educação, não havia pessoas que ensinassem na sociedade africana tradicional, um ensino formalizado como na sociedade ocidental, nem lugar privilegiado para a transmissão do conhecimento. A forma de educar baseava-se no exemplo do comportamento e do trabalho de cada aprendiz. Cada adulto era, de certa forma, um professor. A educação não se separava em campo e especialização de atividades humanas. Ninguém se educava apenas por um determinado período, aprendia-se com a vida e com os conhecimentos ao longo do tempo. Esta educação espontânea e diária possibilitava, assim, uma aprendizagem direta da realidade social. Não obstante, o saber adquirido não era cumulativo e aberto ao mundo. Com a exceção dos períodos de crise (ameaças de degradação das relações com o meio ambiente), para sobreviver, a sociedade tinha de se reestruturar, aprendendo apenas aquilo que era necessário à vida e à reprodução do equilíbrio da sociedade.

Como podemos perceber, antes da dominação colonial, na sociedade africana tradicional, não havia instituição escolar tal como existe hoje. Porém, a educação consistia em aquisição de certos conhecimentos e normas de comportamento como em qualquer sociedade. Pela sua participação na vida do grupo familiar e da comunidade integrando-se nos trabalhos de campos, escutando histórias dos velhos e assistindo às cerimônias conjuntas as crianças e os jovens adquiriam paulatinamente, ao longo dos anos, os conhecimentos necessários à sua integração na comunidade. Aprendiam as habilidades de produção e como sobreviver, adotando as regras de comportamento e os valores imprescindíveis à vida.

A ausência das instituições escolares na sociedade africana tradicional não significava a inexistência de ensino-aprendizagem, pois se tratava de uma cultura oral, que veio a ser sobreposta pela cultura escrita europeia, (CÁ, 2000, p.4-5).

Fazendo um paralelismo com as falas de José Tinquí Cá numa entrevista sobre o tema em 2002, numa rádio privada da capital Bissau, descreveu o seguinte:

Ensino e aprendizagem andavam de mãos dadas e funcionavam de seguinte maneira: você entrega seu filho como ajudante de um mestre, esse menino fica com o mestre durante uns três, quatro ou cinco anos, aprendendo tudo sobre o ofício. O mestre transmite na prática todo o conhecimento sobre ofício e o ajudante tem por receber e executar tudo do mestre. Ao passar dos anos, o mestre ao reconhecer a habilidade do ajudante, ele cria tudo que for preciso para que o ajudante se torne independente. Vamos para um exemplo mais prático: no caso de tecelagem, você entrega seu filho para aprender tecer panos, esse menino fica com o mestre por um tempo que for preciso. Ao separar do mestre, o chefe vai construir novo pente-oficial para ele e lhe deixar para exercer suas atividades livremente. Esse menino logo se torna num mestre e adota um outro menino como ajudante no mesmo processo, (CÁ, 03,02,2002).

Resumindo, esse capítulo deixa-nos entender que nas sociedades papéis existia um nível muito avançado de organização sócio-política e económica. Essas habilidades dos papéis foram assinaladas pelo tenente Bernardino Álvares de Andrade em 1775, durante uma visita efetuada em Bissau, na qual, dizia: “é, pois, esta ilha muito fértil de arroz, milho, gado vacum, capados, de toda a qualidade de caça, assim terrestre como aérea por toda a marinha e rios de peixes”; os nacionais são homens formosos e bem proporcionados, “famosos lavradores, bons marinheiros e de natureza guerreiros; as mulheres igualmente os acompanham em todas as ações, não usam vestidos, somente traçam sobre os ombros um pano”, (CAMPOS, 2016, p. 36). Apesar dessas declarações estarem carregadas de muitas controvérsias, mas tornam plausíveis porque são considerações de um estrangeiro que estava observado o terreno e constam no relatório enviado naquela época à administração central em Portugal.

2.3 CONDICIONALISMOS DA EXPANSÃO PORTUGUESA

O presente tema pretende demonstrar como a expansão marítima se deu na Península Ibérica de modo geral e de forma específica, o trabalho vai nos permitir entender os fatos que motivaram Portugal a escolher o caminho pelo mar para resolução de suas crises da época. Tomando em consideração a grande crise que assolava a Europa na época.

Portanto, no início do século XIV, a Europa foi afetada por um período de grandes dificuldades. Esta situação resultou em fatores como:

- ❖ Guerras, com destaque para a Guerra dos Cem Anos (1337-1453);
- ❖ Pestes, com realce para a Peste Negra;
- ❖ Fomes, motivadas por maus anos agrícolas.

Em resultado desta série de problemas, muitas regiões europeias foram abaladas por uma grave crise económica e vários conflitos sociais. No século seguinte, surgiram novas dificuldades – os Muçulmanos do Norte de África e os Turcos na Ásia Menor controlavam o acesso dos produtos à Europa. Com efeito, a “pirataria moura” atacava os barcos cristãos de comércio no Mediterrâneo Ocidental, sujeitando-os ao pagamento de impostos.

As faltas de cereais, de matérias-primas, de metais preciosos, de mão-de-obra e a oposição muçulmana no Mediterrâneo obrigaram Portugal à procurar soluções para seus problemas. Para isso, dispunha de fortes motivações e de favoráveis condições técnicas:

- ❖ Curiosidade de conhecer novas terras e gentes;

- ❖ Conhecimentos técnicos de navegação e instrumentos de orientação marítima (bússola, quadrante e astrolábio) que lhes permitiam descobrir novas terras e mares;

- ❖ Os interesses de toda a sociedade da época expansão (o clero na evangelização dos povos, a nobreza na posse de novas terras e a burguesia desejosa de novos e grandes negócios).

Assim, nos inícios do século XV, Portugal foi o primeiro país a lançar-se a expansão marítima, (BARREIRA; MOREIRA, 1999).

Portanto, a prioridade portuguesa na expansão europeia deveu-se fundamentalmente, às seguintes condições;

- ❖ Situação geográfica – a Península Ibérica, situada no extremo sudoeste da Europa, ocupava uma excelente posição face aos continentes a descobrir. Nela, Portugal possui um extenso litoral que lhe proporcionou um grande contato com o mar;

- ❖ Meios técnicos – Portugal, como outras regiões da Península, tinha grande experiência marítima. Com efeito, desde os primeiros tempos da monarquia, homens de negócios portugueses deslocam-se com frequência ao estrangeiro. Por outro lado, os monarcas (em particular D. Dinis de Portugal e D. Fernando da Espanha) protegeram sempre a marinha. Estas circunstâncias proporcionaram conhecimentos náuticos e técnicos indispensáveis à expansão marítima. Para além destas condições, Portugal tinha ainda uma grande vantagem – contrariamente à Espanha e à maioria dos países europeus – gozava de unidade política e de fronteiras bem definidas. O rei tinha prestígio e todos os grupos sociais estavam interessados na expansão, (BARREIRA; MOREIRA, 1999).

Barreira e Moreira, (1999) ilustraram bem como esse empreendimento teve apoio e vai de acordo o interesse de todos os grupos sociais. Se pode ver como cada classe se interessava de expansão de acordo com suas necessidades.

- ❖ O clero podia espalhar a fé cristã e converter os povos das regiões além-mar ao Cristianismo;

- ❖ A nobreza tinha oportunidade de combater os mouros no Norte de África, de adquirir novos cargos e tomar posse de terras;

- ❖ A burguesia podia negociar com novos mercados e novas fontes de matérias-primas;

- ❖ As camadas populares (camponeses, pescadores e artesãos) tinham a possibilidade de melhorar as suas condições de vida.

A coroa portuguesa incentivou a expansão marítima, pois, assim, poderia criar novas fontes de riqueza e reforçar o poder do rei. Assim, face a esta série de interesses, a expansão portuguesa tomou dois rumos – o da conquista de terras no Norte de África e o da descoberta de novas terras e rotas comerciais.

Entretanto, depois de esgotar todo o tempo de preparação por uma nova aventura, Portugal decidiu colocar suas naus ao mar com destino ao Norte de África. Pela primeira vez, em 1415, uma expedição portuguesa partiu de Lisboa em direção a Ceuta¹⁶, cidade do Norte de África. Nela participaram entre outros, o rei D. João I e seus filhos. Apanhados de surpresa, os mouros foram facilmente vencidos.

Esta expedição a Ceuta interessava à Coroa e à sociedade portuguesa por diversos motivos:

- ❖ Era uma cidade rica em especiarias, ouro e cereais e um importante porto de pesca;
- ❖ Controlava os barcos que passavam no estreito de Gibraltar;
- ❖ Servia de base aos mouros que atacavam as costas portuguesas e os barcos cristãos que passavam no referido estreito.
- ❖ Barreira e Moreira (1999) afirmam que a conquista de Ceuta veio, contudo, a revelar-se um fracasso, pois, os mouros desviaram as rotas comerciais, isolaram a cidade, e passaram a guerreá-la continuamente. Mais tarde, em 1437, no reinado de D. Duarte, os portugueses tentaram a conquista de outra praça do Norte de África– Tanger - mas foram mal sucedidos. Assim, os barcos de Portugal procuravam, no mar, descobrir novas terras e novas rotas. Por tanto, foi por meio desta aventura que levou os navegadores portugueses à encalharem nas costas da Guiné, (BARREIRA; MOREIRA, 1999).

2.4 PRIMEIROS CONTATOS COM O TERRITÓRIO DA ATUAL GUINÉ-BISSAU

Este presente esboço reuniu dados bibliográficos sobre os primeiros contatos dos portugueses com o território da atual Guiné-Bissau no século XV. Como diz Vasco Cabral, os portugueses não encontraram esse território vazio, mas enfrentaram muitas dificuldades travadas pelos povos autóctones para se instalarem no solo da Guiné.

¹⁶ Atualmente Ceuta constitui um enclave espanhol no território de Marrocos, com o qual faz fronteiras a oeste e sudoeste, e é rodeado a norte, leste e sul pelo Mediterrâneo.
Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ceuta>. Acesso em 23/09/2015.

A história da região que hoje corresponde geopoliticamente à Guiné-Bissau quase se confunde com os reinos mandingas. Os Mandingas, etnia muçulmana, vindos do Alto Níger, constituíram o Império de Mali que sobreviveu de 1230 até 1600, e estendiam-se por uma imensa área na parte ocidental interior africana. Um dos últimos imperadores, *Kankou Moussa*, de 1312 até 1337, famoso por seu poder e riqueza expandiu o seu poder e dominou muitos reinos. O reino de Kaabú que se tornou independente em 1537 à 1867, cuja capital era *Kansala*, estava estritamente ligado ao Império de Mali, tendo como personagem principal na fundação do reino o Tiramakan Traore, um dos guerreiros de *Kankou Moussa*, (AUGEL, 2007, p.51). Segundo escreve o Carlos Lopes:

O território dominado pelos Mandingas era nessa altura muito vasto que demorava um ano a ser percorrido a pé. As dificuldades de controlar um tão vasto espaço fizeram-se sentir e os vassalos (farins) do Imperador começaram a encarregar-se de tarefas centralizadoras e com o passar dos tempos, esses farins passaram a proclamarem-se de Reis (Mansas). Da parte do território N'kabu (Gabu, nome atual) que hoje faz parte da atual Guiné-Bissau estava sob controle de um Mansa, que, apesar da distância territorial com o poder central, continuava sob ordens do Imperador Kankou Mussa. Esse povo Mandinga era um dos povos invasores vindos do interior da África que empurraram outros povos para a costa e islamizaram alguns. Esta mesma tática foi utilizada pelos fulas que posteriormente vieram a dominar os mandingas de N'kabu, (LOPES, 1986, p.8).

Com a independência do reino dos poderes do Kankou Moussa o Rei de Kaabú começou a responder por si. Durante os encontros com navegadores, esse rei fazia trocas comerciais com os portugueses. Segundo Silva e Santos (2014), que recuperaram o relatório de Gomes Eanes Azurara do século XV, a chegada dos portugueses no território foi motivada por cinco razões:

- A primeira razão tinha a ver com a vontade de conhecer as terras que iam para além das Canárias e do Cabo Bojador;
- A segunda razão prendia-se a razões comerciais, no afã de trocar produtos;
- A terceira razão tinha a ver com a necessidade de apurar se o poderio dos Mouros naquela terra de África era muito maior do que constava;
- A quarta razão era a de averiguar se haveria rei cristão naquelas paragens, mesmo que houvesse necessidade de fazer viagens ao interior do território;
- A quinta razão era a de expandir a fé cristã,

Alimentados por essas cinco razões os portugueses lançaram-se a expansão marítima que foi conquistando posições: após a conquista de Ceuta, em 1415, as viagens de reconhecimento prosseguiram para o Atlântico Sul, tendo os navegadores chegados às ilhas de Porto Santo e Madeira e foram progressivamente referenciando a costa ocidental de África. Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador em 1434, dois anos mais tarde Afonso Baldaia atingiu a Ponta Galé. Nuno Tristão chegou ao Cabo Branco, na atual Mauritània, em 1441 e em 1443 atingiu Arguim, onde mandou construir uma fortaleza e onde foi criada a primeira feitoria portuguesa.

No ano seguinte chegou ao que é hoje o Senegal e Guiné-Bissau em 1446. Enquanto Dinis Dias descobria o Cabo Verde e chegava à ilha de Goreia, (SILVA; SANTOS, 2014).

Além dessas motivações enumeradas por Silva e Santos, Carlos Lopes (1988), escreve que uma série de acontecimentos catapultou a Europa permitiu que fossem criadas as condições para a aventura de Portugal no século XV. A atração pelo oceano era compreensível num país plantado a beira-mar, onde quase todas as cidades importantes eram portos comerciais florescentes. A situação geográfica dos lusos tinha-lhes ainda permitido escapar à razia da Guerra de Cem anos. Além disso:

A reconquista dos territórios antes da Espanha disponibilizou os nobres para novas aventuras militares ao que a burguesia das cidades estava ansiosa para associar objetivos económicos. A revolução de 1383 que levou ao poder a dinastia de Avis, favorecia, mais do que em qualquer outro país europeu, a política das cidades e fazia de Portugal um país novo e disponível.

O Infante D. Henrique preocupou-se primordialmente em cercar pelo mar o domínio dos Almorávidas que pensava estender ao sul do Sahara. Foi estabelecida como prioridade das prioridades a descoberta de novos caminhos marítimos para aquisição de novas especiarias, (LOPES, 1986. p. 6).

Segundo Carlos Lopes, em 1446, “Nuno Tristão a quem se imputa o reconhecimento do Cabo Branco e de Arguim lança-se pelos rios da Guiné e, segundo o cronista Gomes Eanes Zurara, é morto com a maior parte da tripulação de 24 homens”, a 60 léguas do Cabo Verde no Senegal. “Dez anos mais tarde, Diogo Gomes acompanhado de Cadamosto explorava o Rio Geba. Na sua segunda viagem por aquelas paragens, Cadamosto explorou as ilhas dos Bijagós, começando assim a lançar as bases para o alargamento do comércio português nesta área até então desconhecida pelos europeus”. Estes primeiros contatos eram de carácter esporádico e apenas um século mais tarde é que os portugueses se sentem em condições de tornar estas relações de mais sistemáticas. Com efeito, foi em 1533 que se criou a diocese de Cabo Verde e Guiné, a primeira em África, com sede em Ribeira Grande, ilha de Santiago, (LOPES, 1986, p.6).

Vasco Cabral afirma que apesar das “idílicas intenções proclamadas pela Santa Igreja Católica, os contatos que se estabeleceram nestes primeiros séculos não deixaram de comportar vicissitudes, contradições e pontos de estrangulamentos”. Uma das razões que levaram estes estados de coisas é certamente o fato de, desde as primeiras horas dos contatos com os povos do território que hoje é a Guiné-Bissau, se ter verificado uma comunhão de interesses religiosos e geopolíticos por parte dos navegadores portugueses. “Tratava-se, pois, de atingir dois fins com os mesmos homens, ao mesmo tempo comerciantes e cristãos. Segundo os sonhos do

Infante D. Henriques era preciso levar África além do Cabo Bojador, a lei de Cristo e os produtos portugueses e de lá trazer o cobiçado ouro e escravos”, (CABRAL, 1988, p.40).

Para Augel, nessa época das navegações portuguesas, o Império dos Mandingas começava a desintegrar-se, e, no século XVI, deu origem a diversos Estados mais ou menos autónomos, quando a autoridade máxima do imperador foi repartida com alguns vassallos que se proclamaram *mansas*, isto é, reis. Dentre eles, um dos mais importantes era o Mansa de Kaabú¹⁷ extensa região que ocupava áreas muito além dos limites da atual Guiné-Bissau, (AUGEL, 2007).

Segundo Augel (2007), com a degradação do reino de Mali, o reino de Kaabú se estendia no litoral da África Ocidental, “eixo da atração econômica e comercial, de onde partiam os portugueses, que cedo notaram ser vantajoso negociar diretamente com a família real de Kaabú, como forma de consolidar os seus interesses comerciais na região”. Os portugueses tentavam dominar as autoridades locais, tornando o seu poderio político cada vez mais forte e fragilizando os reis locais com a implantação de sua política de criação de feitorias, começando pela feitoria de Cacheu, construída em 1588.

Importa referir que a Costa Ocidental africana apresentava atrativo tanto para a Coroa como para os mercadores, pois da Guiné saíam não só bens de comércio como também pessoas escravizadas que ao tempo eram consideradas verdadeiras mercadorias e transacionados, como mostram Silva e Santos:

O comércio da Guiné ganhou tal significado que foi criada, em 1445, a Casa da Guiné, com sede em Lagos, que tinha como objetivo principal o movimento das mercadorias da costa africana. Só em 1480 é que a sede desta Casa da Guiné foi transferida para Lisboa, tendo adotado outras designações à medida que todos estes descobrimentos avançavam pela costa africana até se chegar à Índia: Casa da Guiné e Mina, Casa da Guiné e Índia ou tão só Casa da Índia. Como um anexo a esta casa existia a Casa dos Escravos, onde era administrado o negócio e recebidas as rendas correspondentes. Gomes Eanes de Azurara, também na Crónica da Conquista da Guiné, descreve cenas da chegada dos escravos a Lagos (terão chegado, vindos da Guiné, mais de 900, até ao ano de 1448). Tendo o documento deste cronista findado exatamente em 1448, há apenas informações acerca do comércio de escravos no tempo de D. João II, dando conta que desde 1446 até 1493 entraram na Coroa vindos da Guiné, mais de 3500 escravos (SILVA; SANTOS, 2014. P.25).

¹⁷ É equívoco quando certas obras falam que a atual Guiné-Bissau era parte de reino de Kaabu, isto, leva a crer que o território todo fazia parte do reino. A verdade é que o reino de Kaabu compreendia uma parte da zona leste da Guiné-Bissau (não as duas regiões da província leste) junto com a Casamance, a Gâmbia e região de Labé na Guiné-Conacri, dominadas pelos Mandingas vindos do interior do Alto Níger e expandiram-se através de invasões, submetendo pouco a pouco outros grupos, deslocando-os para a costa e impondo sua supremacia. O poder desse povo islâmico conheceu o seu apogeu nos séculos XIII e XIV, (AUGEL, 2007. p.53).

Dos fins do século XVI em diante, o crescente florescimento do comércio escravagista contribuiu decisivamente para a desintegração dos reinos do Oeste africano, com isso facilitando a ação expansionista dos portugueses. Esses introduziram novos produtos europeus, tornando o comércio mais lucrativo, e conseguiram, com isso, incrementar desavenças e rivalidades étnicas, (AUGEL, 2007; p.54).

Continuando a sua política de dividir os africanos para melhor aproveitar para alargar sua ambição de dominar, a Coroa portuguesa procurou providenciar a presença dos seus representantes na região. Neste sentido, André Feio foi nomeado primeiro corregedor de Cabo Verde e da Guiné, em 1536. Nesse tempo assistiu-se ao desenvolvimento comercial na região com a criação de feitorias ao longo dos rios S. Domingos, Cacheu e Grande de Buba. A cobiça por parte dos demais países europeus, sobretudo em relação ao lucrativo tráfico de africanos, não se fez esperar. Em 1567-68, o almirante inglês Sir John Hawkins atacou Bissau e Cacheu apreendendo um número considerável de escravos negros cativos. Para se proteger dos ataques dos povos locais e dos rivais europeus, foi construída a primeira fortaleza em Cacheu edificada em 1588, pelo cabo-verdiano Manuel Lopes Cardoso, depois de ter obtido a devida autorização do régulo local. É por esse motivo que se considera Cacheu a primeira capital portuguesa em terras da Guiné. Mais tarde, em 1664, foi criada a capitania de Cacheu e em maio de 1656 foi fundada a Companhia de Cacheu e Rios, destinada ao tráfico de escravos (SILVA; SANTOS, 2014).

A história da presença portuguesa pode ser dividida em três grandes períodos, segundo escreveu Ribeiro (1989) *apud* Ibrahima Diallo:

1 – do século XV à 1850, período durante o qual os portugueses podem ser considerados como “emigrantes” estrangeiros que tinham como principal atividade o negócio, para o qual pagavam aos reinos locais tributos e outras taxas tais como, por exemplo, a taxa de residência;

2 – o segundo período, de 1850 à 1915, é caracterizado pela coabitação de dois espaços de jurisdição, o que não obsta à observância de tributos aos poderes dos territórios de acolhimento:

✓ A praça (centro comercial) e o presídio (zona residencial) do lado europeu (português e, mais tarde, holandês, inglês, alemão e italiano), geralmente junto dos rios;

✓ A cité africana.

Apogeu desta submissão europeia aos reinos locais conduz, com o concurso da famosa cláusula única do Tratado de Berlim sobre a ocupação efetiva da parcela recebida, as campanhas ditas de pacificação empreendidas pelos portugueses.

3 – o terceiro e último período, que aliás, corresponde de fato à dominação colonial, começa por volta de 1920, imediatamente depois da “campanha de pacificação”, e prolonga-se até à proclamação da independência (RIBEIRO, 1989 *apud* DIALLO, 2004. p.87-88).

Importa finalizar este tema com as falas de Silva e Santos (2014) que foram unânimes em afirmar que desde a primeira chegada até 1936 “a presença de Portugal no território era muito débil, a soberania portuguesa na prática não ultrapassava as paredes dos fortins ou dos presídios, quando uns e outros existiam”. Os ataques dos diferentes povos nativos eram constantes. Tinha de se estabelecer acordos com os reis locais para se garantir uma paz, que a todos os títulos, era precária. Isto mostra que Portugal para cumprir com uma das cláusulas da Conferência Berlim, que era a “ocupação efetiva”, tivera que enfrentar muitas lutas até 1936, depois da guerra empreendida contra os Bijagós. Depois dessa batalha, Portugal pode se vangloriar de potência colonial da Guiné. Portanto, Augel (2007) confirma a supremacia Papel antes da batalha final que durante um longo período (a partir do Sec. XV até sobre tudo a metade do Sec. XX), “foram os portugueses que pagavam tributos e outras taxas aos monarcas” papéis.

2.5 REVOLTAS E RESISTÊNCIAS ANTES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM

Este tema vai trazer à tona as batalhas enfrentadas por Portugal antes da Conferência de Berlim, mostrando com isso, a maturidade do povo Papel que desde os tempos remotos soubera defender e resistir contra a presença invasora europeia. Portanto, o trabalho considera de revoltas: as ações espontâneas desencadeadas pelos papéis contra as pretensões de Portugal; do mesmo modo, as resistências são tratadas aqui como: as determinações dos papéis em continuar a luta para conter todas as quaisquer formas utilizadas por Portugal para impor suas ordens e o pagamento dos impostos.

Recuando um pouco no tempo, desde o primeiro encontro no século XV, os navegadores portugueses receberam como resposta dos povos nativos à sua política invasora, a morte do navegador Nuno Tristão e seus 22 marinheiros nos Rios da Guiné. Contudo, a literatura não especifica exatamente o povo que dominou a tripulação portuguesa, mas isso ficou escrito na história de conquistas do povo guineense, visto que antes da Convenção Luso-francesa de 1886, aquela parte pertencia o território da atual Guiné-Bissau.

De modo geral, a narração feita pelo cronista Gomes Eanes de Azurara, mostra a primeira defesa dos povos nativos dos territórios da atual região de Casamance (Senegal) contra a penetração portuguesa no solo firme:

E passando por o Cabo Verde, foi mais avante 60 léguas, onde achou um rio, em que lhe pareceu que deveria haver algumas povoações; pelo qual mandou lançar fora dois pequenos batéis que levava, nos quais entraram 22 homens, scilicet, em um dez, e no outro doze. E começando assim de seguir pelo rio avante, a maré crescia, com a qual foram assim entrando, seguindo contra umas casas que viam à mão direita. E acertou-

se que antes que saíssem em terra, saíram da outra parte 12 barcos, nos quais seriam até 70 ou 80 Guinéus, todos negros, e com arcos na mão. E porque água crescia, passou-se a além um barco de Guinéus, e pôs os que levava em terra, donde começaram de assetar aos que iam nos batéis. E os outros que ficavam nos barcos trigavam-se quanto podiam por chegar aos nossos, e tanto que se viam acerca, despediam aquele malaventurado armazém, todo cheio de peçonha, sobre corpos dos nossos naturais. E assim os foram seguindo até chegarem à caravela, que estava fora do rio, no mar largo; porém todos assentados daquela peçonha, de guisa que ante que entrassem ficaram quatro mortos nos batéis. E assim feridos como iam ataram seus pequenos batéis ao bordo de seu navio, começando de aparelhar para fazerem viagem, vendo o perigoso caso em que estavam; mas não puderam alevantar as âncoras pola multidão das setas de que eram combatidos, pelo qual lhe foi forçado de cortarem as amaras, que lhe não ficou alguma. E assim começaram a fazer vela, deixando porém os batéis porque os não puderam guindar. E assim que dos 22 que saíram fora não escaparam mais que dois, scilicet, um André Dias, e outro Álvaro da Costa, ambos escudeiros do Infante, a naturais da cidade de Évora; e dezanove morreram, porque aquela peçonha era assim artificialmente composta, que com pequena ferida, somente que aventasse sangue, trazia os homens ao seu derradeiro fim. Ali foi morto aquele nobre cavaleiro Nuno Tristão, mui desejoso desta vida, porque não houvera lugar de comprar sua morte como valente homem; (AZURARA, 1989, p.221-224).

Dez anos depois da morte de Nuno Tristão, Diogo Gomes e Cadamosto começaram a explorar o Rio Geba. Na segunda viagem por aquelas paragens, Cadamosto explorou as ilhas dos Bijagós, começando assim a lançar as bases para o alargamento do comércio português nesta área até então desconhecida pelos europeus. Estes primeiros contatos “eram de carácter esporádico e apenas um século mais tarde é que os portugueses se sentem em condições de tornar estas relações de mais sistemáticas”.

Segundo René Pélissier (2001), desde o século XVI que haviam comerciantes portugueses instalados na ilha de Bissau. Durante esse período até 1850 os portugueses podem ser considerados como “emigrantes estrangeiros” que tinham como principal atividade o negócio, para o qual pagavam aos reinos locais tributos e outras taxas tais como, por exemplo, a taxa de residência, (DIALLO, 2004. p.87-88).

Concernente ao objetivo deste tema, importa sublinhar de maneira específica as primeiras revoltas e resistências dos papéis empreendidas a partir do século XVII. A 1 de março de 1696, José Pinheiro, foi nomeado capitão-mor e transferido de Cacheu para Bissau. Em novembro do mesmo ano, ele ordenou seu ajudante com quatro e alguns auxiliares africanos para apreender alguns grumetes fugitivos que refugiaram nas povoações de papéis. Em reação, Incinha Té ordenou sua força que atacou e matou um oficial, dois soldados e prenderam o resto de soldados e auxiliares. Depois desta reação da monarca de Bissau,

O bispo vitoriano português interveio para assegurar a libertação dos prisioneiros, também foi mal tratado por Incinha Té e os seus homens que, aparentemente, o acusaram de ser traficante de escravos, dizendo-lhe que ele era culpado por levar seus parentes à Lisboa para lhe vender a sua terra, (MENDY, 1994, p. 123-124).

Interessante a reação do Rei de Bissau contra a escravidão, mas não é esse o objetivo desta análise. Ainda nessa abordagem de Peter Karibe Mendy (1994), o conflito continua quando capitão-mor tenta fazer cumprir a interdição do comércio entre o Rei com os estrangeiros. Em reação, Incinha posicionou contra, cercou o forte, cortou o abastecimento de água potável e mantimentos e defende sua legalidade própria em negociar em pé de igualdade com os ingleses. Além disso, José Pinheiro era odiado pelos papéis pelo desprezo que tinha pelas suas práticas religiosas, especialmente as suas divindades e santuários. Sufocado com a presença de capitão-mor, o Rei de Bissau notificou o governador central e Cabo-Verdade, dizendo: “Não quero mais o Pinheiro na minha terra [...] se quer ser meu irmão e meu parente, mande logo-logo tirar Joseph Pinheiro”.

Portugal por sua preocupado com comércio que Incinha fazia com os ingleses e rances em Bissau, mandou Santos Vidigal Castanho, capitão-mor de Cacheu. Assim que chegou em Bissau, imediatamente entrou em negociação com autoridade local, chegando um acordo sem o uso da força entre as ambas as partes. Apesar do entendimento alcançado, o Rei de Bissau mente-se na sua decisão, que culminou com a partido de José Pinheiro e liberdade de comércio nos portos de Bissau com os estrangeiros. Antes de partir, José Pinheiro volta a alvejar um navio mercante holandês que ancorara no porto,

Incinha Té, enfurecido, imediatamente cercou o forte e enviou um emissário a prevenir o capitão-mor de que “se continuasse na sua teimosia derrubaria as muralhas, cortando as cabeças aos moradores”. Os ocupantes do forte, tomando a ameaça à letra, persuadiram Pinheiro a não tentar resistir ao cerco. A paz foi estabelecida de novo com a condição de Pinheiro ser demovido e de os portugueses não interferirem com o comércio, (MENDY, 1994, p. 125).

Com a chegada de Rodrigo de Oliveira da Fonseca, na carta enviada ao Rei Pedro II, data de 25 de maio de 1698, Incinha Té expressa sua satisfação com o sucessor de Pinheiro, considerado por ele, de “uma pessoa que estimo muito”. Quanto ao capitão-mor anterior, o Rei de Bissau escreveu, “se fosse a escrever todas as coisas que Pinheiro lhe tinha feito, [...] não averá papel no mundo que eu possa escrever suas cousas ruinz que ele me tem feito”, (Mendy, 1994). Em resposta, o Rei de Portugal mostrou sua indignação com atuação de seus administradores nos territórios papéis.

Com base nessa análise, pode-se argumentar que as relações estabelecidas entre os dois reinos eram de amizade e de cooperação. Isto leva-nos a reprovar argumentos que tendem a considerar as soberanias africanas de inferiores e submissas aos desejos de países europeus. De um lado, vestígios mostram a existência de canais de comunicação e trocas de cartas entre os

dois lados. Alguém pode perguntar: reis de Bissau falavam português? O importante nessa questão é compreender que os chamados grumetes: dentre eles muitos sabiam escrever e ler, eram netos ou filhos de papéis. Esses as vezes jogam papéis de intérpretes para ambos os lados.

Entretanto, sem especificar quem era capitão-mor no início de século XVIII, em Bissau, Silva e Santos mostram que paz estabelecido nos anteriores não foi duradora, quando,

Em finais do século XVII, registam-se revoltas dos Mandingas em Farim e dos Papéis, comandados por Incinha Té, na ilha de Bissau. A capitania de Bissau é extinta e a fortaleza mandada demolir (1707). Os franceses aproveitaram a oportunidade que lhes era assim oferecida, pretendendo estabelecer-se em Bissau e aí construir uma fortificação (1718). Todavia, Incinha Té e os Papéis nunca o consentiram. Em meados do século XVIII, vários navios portugueses aportam a Bissau e pela terceira vez tentam construir a fortaleza. Os confrontos com os Papéis que se opunham a tal desígnio foram violentos, mas aqueles terão então sofrido meio milhar de mortos, até que finalmente o rei dos Papéis assina a paz com os portugueses e é dado o consentimento formal para a construção da fortaleza. Foi, assim, reconstituída a capitania de Bissau com uma guarnição militar cabo-verdiana, (SILVA; SANTOS, 2014, p.27).

Toda as narrações feitas em cima, mostram o tanto quanto Portugal teve que enfrentar o forte Rei de Bissau para poder instalar, levando quase (40) anos para conseguir acordo de paz que viabiliza a construção da atual fortaleza que serviria de esconderijo aos portugueses. Aliás, a praça de Bissau ganhou interesse em finais do século XVII, quando foi construída a fortaleza. Contudo, como já foi referida antes, a presença portuguesa foi sempre periclitante até aos tempos da chamada “campanhas de pacificação”. A importância de Bissau não só é cobiçada por Portugal, mas também as potências tradicionalmente, rivais de Portugal estavam interessadas nas trocas comerciais, porque, “Bissau era em todos os aspectos, o mais importante de todos os estabelecimentos na região”, (PÉLISSIER, 2001, p.75-78).

Apesar de Portugal ter conseguido firmar acordo de paz com o Rei de Bissau que permitiu a construção da fortaleza, as revoltas e resistências ainda continuam. Alimentadas por qualquer reação das autoridades portuguesas que iam contra os interesses de reis de Bissau, haviam sempre reações violentas. Como explicam as narrações de Péliissier, referindo a reação do Rei¹⁸ de Bissau contra a autoridade portuguesa instalada no interior da fortaleza:

Não obstante a chegada, em Abril de 1844, a Bissau, do governador-geral, Francisco de Paula Bastos e vários altos funcionários de Cabo Verde, a situação ainda não evoluiu. A guarnição é de 76 homens. A 11 de setembro de 1844, o régulo de Intim/Bissau provoca um incidente trivial. Dziezaski ordena sua prisão: na confusão, um papel é morto pelos soldados. Em represália, os papéis matam diferentes pessoas

¹⁸ O Rei de Intim entra na casa de patrão-mor e exige um copo de aguardente, segundo o costume. Chegando recentemente, o patrão-mor ignorando que é uso – ou mais prudente – nada recusar aos papéis, expulsa o Rei e vai queixar-se ao governador.

no interior da muralha, degolam um marinheiro europeu doente, ferem o seu enfermeiro, põem a saque várias casas comerciais – tudo isso há alguns metros da fortaleza, - depois atacam a casa de João Marques de Barros, que se defende com ajuda de soldados e de 97 homens (escravos na sua maioria) que arma. Para o libertar, a fortaleza dispara metralha contra a aldeia grumete¹⁹. Os papéis retiram então da feitoria, montando emboscadas fora dos muros. Com falta de soldados, de pólvoras e de munições, uma semana depois, o governador cede as pressões dos negociantes que lhe pedem para solicitar o socorro da Gâmbia e de Goreia, (PÉLISSIER, 2001, p.91).

As constantes lutas que os portugueses enfrentavam em Bissau acabaram por fragilizar todo o sistema português ali implantado. Este facto deveu-se as constantes ajudas que os portugueses pediam aos seus rivais europeus: franceses e ingleses para conter a situação, por sinal, estas duas últimas potências tiveram interesses em fazer comércio nos portos de Bissau.

França foi o primeiro país ao responder o pedido de Portugal numa missão liderada por capitão Baudin, como explica Péliissier:

Detendo o essencial do comércio legítimo, os franceses são mais rápidos. Os primeiros socorros a chegar (4 de outubro de 1844) são, efetivamente, os marinheiros do capitão de corveta Baudin, comandante da estação das costas da África Ocidental. Ao cabo de onze-doze dias em frente de Bissau, os franceses se retiram (16 de outubro de 1844), deixando o forte quase totalmente liberto e em estado de bater a planície a canhão, (PÉLISSIER, 2001, p.92-93).

O segundo país a ajudar Portugal nesses conflitos foi a Inglaterra, que marcou presença sem lutar tanto igual aos franceses. Péliissier destaca também a presença da força norte-americana nos portos de Bissau numa ação comandada por T.W. Freelon. Passado um mês, em frente de três potências europeias, os papéis de Intim e de Antula recomeçam a guerra que durou até 19 de dezembro de 1844, culminando com assinatura de um acordo de paz por intermédio de um enviado do régulo de Rio Grande de Buba. Durante esse período de 1844, os reinados de Bandim e Intim contavam com um número de 20.000 habitantes, uma força suficiente para enfrentar forças estrangeiras.

Importa-se ressaltar que os acordos de paz que o regime português assinava com os reis papéis foram de alguma forma, um cessar fogo sem que os papéis percebessem a estratégia. O estratégico acordo de paz permite as autoridades portuguesas reorganizarem e solicitar reforços de forças militares da administração central sediada em Cabo-Verde, na chegada desses, Portugal reacende de novo suas batalhas. Os papéis às vezes foram pegos de surpresa sem nenhuma prévia preparação.

Entretanto, a ilha de Bissau não só foi um palco de muitas lutas sangrentas, por ser um povoado de um povo “agressivo e lutador”, pois, foi também um importante centro comercial

¹⁹ Será desenvolvido no segundo capítulo assunto sobre estes grumetes, africanos aculturados à cultura portuguesa.

de todos os tempos. A fundação da capitania de Bissau em 1692 impulsionou o comércio português, francês e inglês com outros povos no território. René Pélissier estima que cerca de 50 000\$000 réis anuais resultam do comércio no porto de Bissau em 1844. Produtos principais da época eram: arroz, cera, couros, óleo de palma, tartarugas e panos. Naquela altura, cerca de 80 navios ingleses, franceses, e portugueses trancavam no porto por ano, (PÉLISSIER, 2001, p.78).

Vale sublinhar nesta parte final deste tema, um importante acontecimento que marcou o território da Guiné nos finais do século XIX. Segundo a historiografia, desde a chegada do Nuno Tristão aos Rios da Guiné em 1446, o território era governado pela autoridade portuguesa instalada em Cabo-Verde. Algumas obras destacam os nomes Costa da Guiné, Rios da Guiné de Cabo Verde, Senegâmbia ou Guiné de Cabo-Verde por se tratar na época de uma mera província cabo-verdiana. Só a partir de 1879, com a missão de imprimir uma dinâmica na gestão colonial e intensificar sua presença no território, que Portugal separa a Guiné-Bissau administrativamente de Cabo-Verde. O “território ganhou autonomia e passou a dispor de um governador próprio”. Para se afincar na ilha outorgada de Portugal, foi instalada a primeira capital da colónia em Bolama no decorrer do mesmo ano, (SILVA; SANTOS, 2014, p. 29), sob duas razões: primeira, porque o porto de Bolama estava melhor situado para exportar mancarra produzida na região de Quínara; segunda, porque a povoação de Bolama, ao contrário de Bissau, não estava rodeada de uma população “hostil” à presença portuguesa, pois, foi durante séculos, uma ilha praticamente desabitada.

A respeito ao funcionamento da nova autoridade autônoma na Guiné, “o tenente-coronel Agostinho Coelho foi nomeado em maio de 1879, primeiro governador da Guiné autônoma com duas missões importantes: primeiro, ele tinha que manter fortemente o funcionamento da administração colonial instalada na capital de Bolama”; segundo, tinha que manter também uma presença forte nas praças de Bissau, Bolama, Buba e Cacheu, como jeito de eliminar de vez as insurreições dos povos dessas localidades. Pélissier mostra como Coelho distribuiu sua força militar maioritariamente cabo-verdiana: “Bissau recebe 80 soldados, Cacheu 60, Geba 30, a Colónia do Rio Grande de Buba 60 e do resto fica com ele em Bolama”, (PÉLISSIER, 2004, p. 183-184).

A partir “de 17 de dezembro de 1881, toma posse em funções o novo governador Pedro Ignácio de Gouveia” (PÉLISSIER, 2004, p. 201), com a missão de levar avante as hostilidades iniciadas pelo seu antecessor. No caso concreto do governo de Gouveia, a ideologia de liquidar as forças locais era bem defendida. Um ano depois, foi difundido no seu mais amplo sentido o

projeto político colonial intitulado “campanhas de guerra de pacificação” no território com o objetivo de controlar os povos, sujeitando-os ao pagamento dos impostos.

Por tanto, esta nova campanha militar de pilhar e dominar os povos da Guiné, iniciada em 1882, atingiu os papeis de Biombo dois anos depois. Em 1884, as aldeias de Biombo foram saqueadas e bombardeadas sem nenhum preparo prévio para este ataque, como descreve Pélissier:

A 5 de Maio de 1884, o secretário-geral José Joaquim de Almeida é encarregado de conduzir à razão os papeis de Biombo²⁰, a oeste a ilha de Bissau, e os Manjacos da ilhota de Caió. No Biombo que, pela sua ponta homónima, ocupa uma posição vantajosa para a intercepção das goletas, pelas suas pirogas de guerra, as coisas não correm bem. A 7 de Maio, o régulo de Silho²¹ (local desaparecido ou não encontrado, na proximidade de Biombo), ao recusar vir parlamentar a bordo de um vapor português, vê sua aldeia metralhada e bombardeada. Como persiste em desconfiar das suas intenções e os trata de alto, o bombardeamento dos portugueses é retomado a 10 de Maio, e o secretário-geral ordena o desembarque de 30 marinheiros e de quatro oficiais, de que assume comando. A aldeia é parcialmente destruída, (PÉLISSIER, 2001, p. 218-219).

Este forte assalto às aldeias de Biombo deixou a força portuguesa mais confiante em continuar sua pilhagem, somando nesse assalto apenas três feridos. Esta batalha é considerada a primeira vencida por Portugal em Biombo, nos finais do século XIX.

²⁰ Corresponde atual região de Biombo, a 40 km da capital Bissau.

²¹ Provavelmente que é atual zona que se chama Sidjá. É o único local nessa margem da região com esse nome.

3 CAPÍTULO II

3.1 REVOLTAS E RESISTÊNCIAS APÓS A CONFERÊNCIA DE BERLIM

Como foi acima referido, foi realizada no solo alemão, concretamente na cidade de Berlim entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 – a Conferência de Berlim – que servia de mecanismo arbitral nas disputas acerca da ocupação efetiva do continente africano pelos europeus. “Este encontro contou com a participação de vários emissários das potências europeias e americana, interessadas na partilha do continente, entre as quais Portugal, sem que, no entanto, houvesse presença das lideranças africanas”. Mas as deliberações desta conferência não beneficiaram as pequenas potências como Portugal que já tinha percorrido vários territórios africanos, especialmente os do Golfo da Guiné. Por tanto, a fraqueza de Portugal perante suas principais rivais – Inglaterra e França - faz dele um derrotado na Conferência, perdendo muito e ficou com os territórios que hoje são: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e os arquipélagos de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, (UZOIGWE, 2010, p.33).

Portanto, foi uma ideia de Portugal, promover uma conferência internacional com mediações de algumas potências, como por exemplo, dos Estados Unidos de América que já tinham redimido o conflito entre Portugal e a Inglaterra sobre a pertença da ilha de Bolama²², em 1870, pelo Presidente Ulisses Grant, no qual, Portugal saiu vencedor. Portanto, Portugal queria com isso sem sucesso, resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países rivais na região do Congo. “O projeto veio a ser concretizado por Bismarck, que, depois de ter consultado outras potências, foi encorajado a concretizá-lo”. Inicialmente, a conferência não tinha por objetivo a partilha do continente, mas, veio a terminar com a distribuição dos territórios e povos e “aprovação das resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes e ainda por estabelecer as regras a serem observadas no futuro em matéria de ocupação de territórios nas costas africanas”, (UZOIGWE, 2010, p.33).

Entre tantas resoluções saídas dessa reunião de Berlim, Uzoigwe faz um resumo de dois artigos que legitimaram as potências presentes na conferência para iniciarem o projeto de vasculhar e de pilhar o continente africano:

Por força do artigo 34 do Ato de Berlim, documento assinado pelos participantes da conferência, toda nação europeia que, daí em diante, tomasse posse de um território

²² Depois da Guiné ter separada administrativamente de Cabo Verde em 1879, passa a ter um governo próprio e a primeira capital foi instalada em Bolama. Atualmente, Bolama compreende a região sul do país, com mais de 40 ilhas.

nas costas africanas ou assumisse aí um “protetorado”, deveria informa-lo aos membros signatários do Ato, para que suas pretensões fossem ratificadas. Era a chamada doutrina das esferas de influência, à qual está ligado o absurdo conceito de hinterland. A doutrina foi interpretada da seguinte forma: a posse de uma parte do litoral acarretava a do hinterland sem limite territorial. O artigo 35 estipulava que o ocupante de qualquer território costeiro devia estar igualmente em condições de provar que exercia “autoridade” suficiente “para fazer respeitar os direitos adquiridos e, conforme o caso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições estabelecidas”. Era a doutrina dita de ocupação efetiva, que transformaria a conquista da África na aventura criminosa que se verá (UZOIGWE, 2010, p.34-35).

Com a missão de fazer cumprir o que foi estabelecido no artigo 35 do Tratado de Berlim, que estipula a doutrina da ocupação efetiva, Portugal carregou-se de legitimidades para levar o avanço às fracassadas “campanhas de pacificação” iniciadas desde 1882, que “visam ocupar efetivamente todo o território guineense; mediante a submissão das populações locais e a cobrança do imposto de palhota”, (SILVA; SANTOS, 2014, p.31).

Entretanto, para fazer valer suas pretensões na África Austral e para se opuser contra as ameaças da Inglaterra em 1886, Portugal negociou com a França na sequência da Conferência de Berlim “uma convenção nos termos da qual Paris cedia a região de Cacine, na altura integrada na Guiné francesa por troca com o presídio e praça de Ziguinchor, mediante a promessa solene de um apoio francês às pretensões portuguesas na África Austral” (“Mapa cor-de-rosa”), questão para Lisboa de primordial importância. Por meio dessa convenção a região de Casamansa passa definitivamente a partir de 1908 para as mãos dos franceses, (SILVA; SANTOS, 2014, p. 31).

É na base dessa conferência que marca o ponto de partida para análise do problema da investigação, porque além de Portugal se autoproclamar o dono dos territórios da Guiné, o país acabou por ganhar uma legitimidade de dominar e explorar esses territórios por meio das decisões jurídicas da reunião de Berlim. Assim, se pode dizer em alta voz que os territórios da Guiné se tornam propriedades exclusivas de Portugal de ponto de vista colonial, por ter “assinado em Paris, a 12 de Maio de 1886, a convenção de delimitação da Guiné, à qual as duas partes chegam acordo após negociações laboriosas”, (PÉLISSIER, 2001, p. 231). É essa dita convenção que fixa as fronteiras atuais da Guiné-Bissau.

Portanto, o capítulo aborda a partir de agora as revoltas e resistências do povo Papel de Bissau, Antula e Biombo que se levantou contra as pretensões portuguesas de dominá-los e sujeita-los ao pagamento dos impostos. Como já foi descrito, este trabalho consideram de revoltas, as ações espontâneas desencadeadas pelos papéis contra as pretensões de Portugal; do mesmo modo, as resistências são tratadas aqui como as determinações dos papéis em continuar a luta para conter todas as formas utilizadas por Portugal para impor suas ordens e o pagamento

dos impostos. Com base nisso, a pergunta que se coloca é: o que mudou por parte de Portugal concernente ao processo de ocupação efetiva?

Entretanto, partindo de uma abordagem geral para compreender as reações das lideranças africanas, se pode resumir que, quase em todo Continente Africano foram desencadeadas revoltas e resistências contra a ideologia europeia da ocupação efetiva. Para entender essa tamanha coragem dos povos africanos, muitos historiadores foram indagar sobre essas lutas. Terence Ranger foi um desses, quando aborda sobre *“iniciativas e resistências em face da partilha e da conquista”*, descreveu o seguinte:

Se o processo da conquista e da ocupação pelos europeus era claramente irreversível, também era altamente resistível. Irreversível por causa da revolução tecnológica – pela primeira vez, os brancos tinham uma vantagem decisiva nas armas, e, também pela primeira vez, as ferrovias, a telegrafia e o navio a vapor permitiam -lhes oferecer resposta ao problema das comunicações no interior da África e entre a África e a Europa. Resistível devido à força das populações africanas e porque na ocasião a Europa não empregou na batalha recursos muito abundantes nem em homens nem em tecnologia, (RANGER, 2010, p, 51).

Ranger mostra o quanto as lideranças africanas estavam preparadas para responder aos países imperialistas, destacando dentro do texto, reações e determinações de muitos líderes africanos de não submeter aos europeus. Para tal, importa terminar esta abordagem geral com os três pontos resumidos por Ranger:

Em primeiro lugar, afirmou -se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à “pacificação” europeia. Em segundo lugar, sugeriu -se que, longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras. Por fim, em terceiro, argumentou -se que os movimentos de resistência não eram insignificantes; pelo contrário, tiveram consequências importantes em seu tempo, e têm, ainda hoje, notável ressonância, (RANGER, 2010, p,52).

Esta abordagem historiográfica permite entender o envolvimento de quase todas as sociedades nas lutas contra a ocupação europeia. Ao longo do seu trabalho, ele defende “que os povos politicamente não centralizados eram tão capazes como os politicamente centralizados de travar combate com determinação contra o avanço dos brancos”.

Partindo desse pressuposto, este capítulo vai tratar de lutas travadas pelos reis papeis contra a pretensão portuguesa, que ao longo de muitos anos de lutas na Guiné, Portugal parecia fraco e sem forças suficientes para derrotar as forças papeis. Para conter essas revoltas e resistências dos papeis, Portugal precisava urgentemente de novas políticas para fazer fincar a ideologia da “ocupação efetiva”. Para tal, era imprescindível requisitar uma pessoa de tamanha coragem e de habilidades suficientes para enfrentar esses povos locais. Depois de tantas lutas

enfrentadas em Angola, João Teixeira Pinto foi apontado por Portugal como o ideal para fazer fincar a dignidade portuguesa na colónia da Guiné. Respondendo ao pedido da Direção Geral das Colónias com ofício nº 3114 enviado ao Ministro da Guerra, segundo o despacho de 13 agosto/1912 nº 2508²³, Teixeira Pinto embarcou em Lisboa em 23 de setembro de 1912, com destino à Guiné.

João Teixeira Pinto chegou à Guiné como chefe de Estado-Maior, munido de estratégias de guerra bem diferentes dos seus antecessores, como descreve o Pélissier, para desencadear uma guerra contra esses povos, Teixeira Pinto precisava enveredar por estes critérios:

- ❖ Estudar bem os povos da Guiné quanto aos seus comportamentos socioculturais, habilidades e armamentos;
- ❖ Procurar se informar minuciosamente sobre o território e conhecer as pessoas de quem eram inimigos;
- ❖ Apostar mais na ideia da inclusão dos auxiliares com pesos no contexto social, provenientes das fileiras do inimigo, como Abdul Indjai²⁴ e Mamadu Cissé, e entre outros, a fim de conhecer de forma imaculada o perfil do inimigo a abater e do próprio teatro da guerra. O uso de outros povos como auxiliares nas fileiras das tropas coloniais, proporcionaria um alívio orçamental para as metrópoles;
- ❖ Dividir o inimigo, deixando todos os povos fragilizados para melhor poder pelejar pela conquista do território e tornar fácil ação no teatro da guerra;
- ❖ Depois de apurado tudo quanto era necessário, é desencadear uma ação de liquidação integral das chefias militares desses povos, consideradas pelas autoridades ultramarinas como fortes obstáculos à submissão das ordens impostas pela administração portuguesa, (PÉLISSIER, 2001, v. II, p. 142 – 149).

Reunida todas as técnicas necessárias, Teixeira Pinto declarou guerra contra os povos da Guiné com apoio de Abdul Indjai, um senhor de guerra wolof e seus discípulos. No início do mês de maio de 1915, Teixeira Pinto ordenou os papéis à entregarem suas armas e à pagar os impostos. Em resposta à carta enviada, a monarca Papel em Bissau refutou a ideia e se posicionou pronta para enfrentar qualquer consequência, com argumentos de que “o chão lhes pertencente e eternamente será do povo Papel. Furioso com a resposta, Teixeira Pinto declara no dia 13 do mesmo mês, “o estado de sítio em Bissau, bem como a constituição de uma coluna de operações contra os papéis de Bissau e grumetes”, (PÉLISSIER, 2001, v. II, p. 170).

Contudo vai ser destacada ao longo deste trabalho os fatores que estiveram na origem de revoltas dos papéis e resistências. Vale ressaltar que a recusada proposta de Teixeira Pinto de os papéis entregarem armas e começarem a pagar os impostos, estiveram na origem das hostilidades desencadeadas em Bissau:

²³ Histórico Militar: PT/Div/3/7/Cxº 1343- João Teixeira Pinto, apud NANGURÁ.

²⁴ Será desenvolvido com mais detalhes mais a diante, tudo sobre a figura de Abdul Indjai.

As hostilidades começam a 29 e 30 de Maio de 1915, no rio Imperial, onde grumetes e papeis observam da ilha de Bissau o vaivém das embarcações e disparam contra eles. Os marinheiros respondem com a metralhadora, e Teixeira Pinto de Nhacra, manda bombardear Antula. As coisas um tanto sérias só começam a 31 de Maio, bombardeando a artilharia de Bissau (canhões de 105) grupos de guerreiros que passam enfrente da praça. No Imperial, igual e alegremente se troca tiroteio. No dia seguinte, uma bateria de 70 homens sai de Bissau, larga metralhas sobre os insulares, que ameaçam mais ou menos um cargueiro francês na margem balanta de Nhacra. Teixeira Pinto acelera a transferência de seus homens para Bissau (1-2 de Junho), emprestando o comércio as suas lanchas, (PÉLISSIER, 2001, v. II, p. 171-172).

Em permanentes resistências, os papeis e grumetes avançaram em direção às forças portuguesas e seus auxiliares, começando por atacar os irregulares que se afastaram da praça e desceram das alturas de Intim aos milhares. Segundo afirma Pélissier (2001): “os oficiais portugueses estão na cidade. É uma fraqueza de Teixeira Pinto: o seu serviço de batedores e de sentinelas é muitas vezes medíocre ou inexistente”.

Determinado em continuar com os ataques na perspectiva de implementar as decisões de desarmar os papeis e sujeitando-os ao pagamento dos impostos, Teixeira Pinto continuou com seu plano de hostilidade:

A 5 de Junho, depois de uma violenta preparação de artilharia (duas peças de 105 e quatro de 70) contra Bandim e Intim, pelas 10.30h, mais de 1500 homens sobem para Bandim (as secções de Mamadu Cissé), vindo em apoio os fulas, os soldados cuanhamas e a metralhadora, e cobrindo Abdul Indjai em Antula. Os papeis e grumetes, sempre admiravelmente abrigados, abrem um fogo contínuo, mas nada podem fazer perante a impetuosidade destes estranhos escaladores de colinas (Intim e Bandim), (PÉLISSIER, 2001, v. II, p. 173).

Continuando sua operação, Teixeira Pinto foi ferido na batalha de Jaal²⁵ em Safim e era “evacuado para a enfermaria, instalado a bordo de uma lancha-canhoneira”. A seguir o tenente Henrique de Sousa Guerra assumiu o comando em direção à Quisset e Prábis. Depois de muitas batalhas, a coluna portuguesa seguiu para Quinhamel e Biombo.

Dentro do regulado de Biombo, os portugueses conheceram a famosa frase que simbolizava a determinação do Rei N'kanandé Ká até à morte: “Enquanto eu fosse vivo e houvesse um papel em Biombo havia de fazer guerra ao governo (português) e que, se morresse, e lá no outro mundo encontrasse brancos lhes havia de fazer guerra”. Segundo afirma Pélissier:

A 20 de Julho de 1915, o Rei N'kanandé Ká simula uma rendição, mas prepara uma armadilha à coluna. Com bandeira branca fuzila-a à queima-roupa. É aí que os papeis irredutíveis e os grumetes, decidiram fazer frente. Batido no mesmo dia, Cassande (N'kanandé Ká) é feito prisioneiro e, nada mais tendo a perder, tem a franqueza daqueles que sabem que não tardarão em morrer. Declara que nunca se submeterá,

²⁵ Será desenvolvimento com mais pormenores a batalha que levou o ferimento do Teixeira Pinto em Jaal no subcapítulo a seguir que fala sobre derrotas portuguesas.

porque odeia os brancos. Reconhece ter enviado 500 homens a cada combate importante e afirma que, mesmo morto, se bateria ainda contra os brancos, se voltasse a encontra-los além, (PÉLISSIER, 2001, v. II, p. 175-176).

Segundo descreve Peter Mendy (2012), esta decisão de N'kanandé Ká de “nunca se render, porque odiava brancos e que se viesse a morrer e no outro mundo encontrasse brancos, declararia guerra contra eles” deixou Teixeira Pinto desdenhoso. Depois de ter ouvido essa afirmação desafiadora, Teixeira Pinto de “imediate o condenou à morte”. Tendo como pena, o Rei foi “amarrado, mutilado, teve os olhos arrancados e foi enterrado vivo”, enquanto uma das suas esposas em “estado de gravidez avançado, levou um tiro no umbigo”. Esta batalha de Biombo e a morte cruel do Rei marcou o fim das revoltas e resistências desse povo que estendeu desde Bissau, Antula, Safim, Prábis, Bigimita, Quinhamel e até Biombo. Para sinalizar o fim desse desastroso acontecimento por parte da força portuguesa, o capitão manda construir quatro postos militares, nomeadamente: em Bor, Safim, Bijimita e Biombo.

3.2 LUTAS E DERROTAS POR PARTE DA METRÓPOLE PORTUGUESA.

Ao longo deste trabalho, a historiografia nos mostra quanto os papéis foram tão fortes e determinantes na luta contra a ocupação e o pagamento dos impostos de palhota. Sem meios materiais e financeiros suficientes e sem apoio constante de outros grupos étnicos, os papéis tiveram que resistir contra as pretensões portuguesas de 1882, seguido as decisões da Conferência de Berlim em 1885 com uma nova forma de guerras, até chegar o ano de 1915 com o enterro vivo do Rei N'kanandé Ká com seus seguidores.

Em todas essas batalhas, mortos e feridos sempre foram balanços entre as partes em conflitos. Apesar de não for tratada com profundidade a questão, a força portuguesa sempre registou baixas. Por esta razão, o presente tema reúne escritos sobre lutas e derrotas sofridas por Portugal antes da Conferência de Berlim e depois da conferência. Querendo com isso, mostrar que os conflitos engendrados por Portugal não foi um simples passeio de impor aos papéis à pagarem os impostos, mas sim, mostrar o tanto quanto Portugal registaram perdas humanas e materiais para se poder vangloriar de colonizador quase na segunda metade do século XX.

Apesar de enormes dificuldades encontradas para reunir bibliografias sobre o tema, as obras de René Péliissier serão abordadas aqui em paralelas com as entrevistas realizadas sobre o tema. Portanto, ao longo deste trabalho ficou explicito o quanto os portugueses tiveram que

negociar e renegociar até três vezes para “conseguir um acordo a fim de construir a fortaleza de Bissau na quarta negociação”, Pélissier (2001). Segundo José Tinqué Cá:

Desde os primeiros dias que eles (portugueses) chegaram em Bissau, nós desconfiamos muito deles, mas continuamos dando lhes todo o apoio necessário como hospedes. Quando o Rei Bocampolo Cá entendeu que eles eram comerciantes, ele estipulou um valor que os portugueses tiveram que pagar, logo eles começaram a pagar os impostos. Não só os portugueses, mas os franceses, americanos e ingleses que comercializavam no porto de Bissau.

Quando os portugueses queriam construir a fortaleza de amura (até hoje esta fortaleza está lá), o Rei Bacampoló Có recusou ceder o espaço. Ele recusou porque este hospede um dia vai querer ser dono da terra. Portugueses tentaram primeira vez em 1687, a fortaleza foi derrubada pelas tropas do Rei, segunda vez em 1696, a mesma coisa e na terceira vez, com a morte de Bocampoló Có e o seu sobrinho Incinha Té assumiu o poder ninguém ousava iniciar os trabalhos. Depois da morte de Incinha Té, subiu ao trono Palan Có que em 1753 decidiu ceder o espaço com uma condição: ele mandou um de seus filhos para trazer um pequeno boi, ele mandou matar esse e esfolou tudo. Pegou o couro (pele) e deu para o administrador e lhe disse: “faça de tudo para que a fortaleza cabe neste tamanho, caso contrário, perderá de uma vez”. O administrador pegou numa faca e começou a cortar o couro de forma fina, cortando tudo de volta, quando mandou estender aquele couro em forma de linha, se deu no tamanho da atual fortaleza. O Rei mandou para construir a fortaleza daquele tamanho. A obra veio a ser iniciada em 1766 e terminada em 1773, (CÁ, 26, 06, 2007).

Dado aos momentos em que os portugueses estavam apertados pelos mais tímidos inimigos, a muralha de Bissau servia como um Estado para os portugueses. Em outras palavras, a muralha seria como as cidades da Grécia antiga, pois, os portugueses tudo faziam dentro da fortaleza, mas quem saía fora, era degolado pelos papeis. Este facto pode ser confrontado com as descrições de Rene Pélissier, em que no “interior eternamente em reparação, a residência do governador e casernas, uma igreja e poço seco”. Nada de cisterna, nada de fonte no interior e aí estava uma das suas fraquezas incompreensíveis:

A 11 de Setembro de 1844, o regulo de Intim provoca um incidente trivial. Dziezaski ordena a sua prisão: na confusão, um Papel é morto pelos soldados. Em represália, papeis matam diferentes pessoas no interior da muralha, degolam um marinheiro europeu doente, ferem o seu enfermeiro, põem a saque várias casas comerciais – tudo isso há alguns metros da fortaleza – depois atacam a casa de João Marques de Barros, que se defende com ajuda de soldados e de 97 homens (escravos na sua maioria), que arma. Para o libertar, a fortaleza dispara metralha contra aldeia grumete. Os papeis retiram então da feitoria, montando emboscadas fora dos murros. Com falta de soldados, de pólvora e de munições, uma semana depois, o governador cede as pressões dos negociantes, (PÉLISSIER, 2001, p. 91).

Em 14 de fevereiro de 1891, os portugueses convocaram representantes dos diversos reinos papéis para uma reunião na fortaleza, com a finalidade de ajustar a paz entre Intim e Antula e de propor a todos os reinos a submissão às autoridades estrangeiras. Para essa reunião compareceram apenas os chefes de Antula, que se comprometeram a prestar obediência à

administração portuguesa. Os papéis de Intim, Bandim, Bor e Kupul, além de não comparecerem à reunião, passaram ainda a hostilizar mais claramente os portugueses. Como descreve Américo Campos (20016), em 22 de fevereiro, as forças papéis, incluindo já os de Antula, “atacam a fortaleza de surpresa e mataram os soldados que guarneciam os baluartes da fortaleza”. Os militares portugueses auxiliados pelos civis e escudados pelas muralhas e canhões da fortaleza, conseguiram defender-se desta ofensiva, até à chegada de reforços. Em jeito de resposta, portugueses declararam a guerra:

Em 23 de fevereiro, os portugueses declaram a ilha de Bissau em estado de guerra. Proibiram a venda de armas e de pólvora, incumbiram às lanchas-canhoneiras Flecha e Zagaia de patrulharem as águas da ilha e começaram a organizar uma coluna contra os papéis. Dia seguinte, o comandante da praça de Bissau deixa a fortaleza, acompanhado de 5 oficiais e 120 soldados, com o objetivo de fazer um reconhecimento do chão papel. A maioria dos soldados portugueses não conhecia o terreno e iam com muito medo dos afamados guerreiros papéis. Esses receios eram fundados, pois a coluna acabou por cair numa armadilha e foi desbaratada. Os soldados da coluna que conseguiram escapar com vida só têm uma preocupação: correr, correr muito, para chegar depressa às paragens mais acolhedoras da fortaleza. Alguns não atinaram com a direção certa e foram atolar-se no lodo do tarrafe, acossados pelos papéis, (CAMPOS, 2016, p. 55).

Além dessa supremacia demonstrada pelos papéis sobre as forças portuguesas, a mais sangrenta derrota que Portugal sofreu na frente de Bissau aconteceu no dia 9 de março de 1891:

Consideramos mais provável que tivesse havido, pelo menos, 250-300 soldados fora da praça. À imagem das nossas conjecturas, as baixas são igualmente flutuantes. Vão de 22 feridos e 41 mortos (entre os quais três oficiais e o comandante Carmo (de) Azevedo), a 62 soldados mortos, entre os quais uma quarentena de europeus mortos, um oficial e 25 soldados feridos. Mais os desaparecidos. Esse infável dispensador de louvores, que é o governador Gonçalves dos Santos cuidará bem de anunciar o número exato ao B.O.G.P.G.O. O que é claro é que em dois dias (9 de Março e 19 de Abril), o exercito português perdeu um mínimo de 76 soldados e sargentos, mais quatro oficiais, ou seja, 80 militares, ou mais provavelmente, 110 soldados e sargentos, mais quatro oficiais, (PÉLISSIER, 2001, p. 272-273).

Em maio de 1891, numa outra operação levado a cabo pelos papéis em jeito de impedir as pretensões do Ministro António Eanes de enviar um oficial com o projeto de prolongar a muralha da fortaleza São José em Bissau até aos portos de Pindjiguiti, os papéis abrem fogo e ditaram as seguintes vitórias:

Quanto aos desaparecidos, brancos e negros, que caíram nas mãos de gentes de Cuméré, não voltaram mais à fortaleza. Nos anos e meses que irão seguir-se, os papéis passearão por Bissau tendo, à volta do pescoço, colares onde as missangas e os cauris teriam sido substituídos pelos dentes dos soldados caídos em Março e Abril de 1891. É uma vitória dos papéis, incontestavelmente, porém, também eles, tiveram que registar perdas sensíveis, porque a história colonial está cheia destes combates e destes

cercos em que os portugueses se batem como javalis feridos, até a morte. Não é, pois a sua coragem que está em causa, em 1891; é a sua desorganização fatalista, (PÉLISSIER, 2001, p. 274).

Enquanto os portugueses ficavam escondidos no interior da fortaleza, os papéis ficaram vigiando na parte exterior a quem saía do interior para ser atacado. Nesta ordem, os papéis mataram um cabo-verdiano, que tinha cometido à imprudência de sair da praça. Pouco tempo depois, os papéis “juntavam-se em grande número no alto de Intim, festejando a ação com danças guerreiras e preparando-se para uma nova guerra”. Em jeito de resposta, foi declarada de novo na ilha de Bissau, uma guerra contra os papéis no primeiro de dezembro:

Os portugueses declaram a ilha de Bissau em estado de guerra e começaram a bombardear indiscriminadamente «as diferentes partes da ilha tanto com as peças de artilharia como com as espingardas Snyder». Como os papéis não respondessem ao fogo, o inimigo pensou que os tinha vencido. Por isso, constituiu uma surpresa o ataque que as forças guineenses organizaram contra a praça, na manhã do dia 7 de dezembro de 1893. Os papéis tinham mobilizado os grumetes e os balantas de Nhacra e Cuntanga e, durante a noite, conseguiram aproximar-se das muralhas, protegidos pelo tarrafe. Os papéis tinham um plano: atacar em força o forte de Pindjiguiti e o baluarte da Onça, de modo a atrair os militares portugueses para aqueles locais «e desta forma assaltarem a fortaleza pelo lado da Puana, defendido apenas por uma paliçada imperfeita». No entanto, o comandante da praça tinha dado ordens a todos os oficiais para não abandonarem os seus postos e, deste modo, os portugueses conseguiram escapar de uma derrota que lhes iria custar muito caro, (CAMPOS, 2016, p.56).

Mesmo nas últimas batalhas comandadas por João Teixeira Pinto e seus auxiliares, a força portuguesa sempre registou perdas, como diz Duló Có, velho morador de bairro de Antula, numa entrevista ao programa da Rádio Difusão Nacional da Guiné-Bissau em maio de 2012:

N’tula, agora é Antula, era uma área que estendia de Santa Luzia até Takir, tudo era N’tula. Os homens de N’tula eram muito ferozes, toda hora as sentinelas estavam de vigias, portugueses nunca conseguiram chegar até Takir, eles sempre foram atacados em Santa Luzia: o nome não era Santa Luzia, este nome é português. Era Caliquir, mas em papel de Bissau é “Klikir”, kilikir significa pote de colocar água. Lá era um centro de nossas balobas, nossas filhas iam lá catar água para encher esses potes porque nossos ancestrais bebiam delas e faziam serviços sacerdotais.

Logo ao chegarem os portugueses, eles eram atacados em Caliquir e perdiam forças para chegar no interior de N’tula. Dois acontecimentos motivaram nossas derrotas em 1913 e 1915:

Primeiro, foi realizada uma festa na fortaleza de amura, o governador mandou convidar todos os nossos velhos e eles foram. Estrategicamente, os nossos guerreiros não foram. Durante a festa, foi assinado um acordo de paz. Quando esses velhos regressarem em casa, falaram bem da festa, mostrando que os portugueses prometeram uma paz efetiva e não vão acontecer mais guerras. No segundo encontro, alguns dos guerreiros foram com os mais velhos, e tudo correu bem. Na terceira festa, a maioria dos guerreiros foi: eles beberam muito, ao voltarem, foram atacados a caminho que liga atual Santa Luzia à N’tula e derrotados por Portugal. Passando uma semana, os papéis atacaram praças e pilharam as lojas e levaram muitas coisas em jeito de vingança.

Segundo acontecimento, foi uma nossa sobrinha que casou-se com um capataz mandinga, esses mandingas estavam ao lado dos portugueses. Passaram muito tempo a estudar as possibilidades de chegarem ao interior das tabancas. Esse capataz começou a forçar a esposa dele para desvendar o segredo da nossa valentia, ela recusou por muitas vezes, e finalmente acabou explicando tudo para esse capataz e ele contou para capitão Teixeira Pinto.

Foi a 5 de Junho 1915 sob as ordens do Teixeira Pinto, Abdul Indjai dirigiu a coluna que seguiu para N'tula, com ajuda dessa nossa sobrinha que informou que antes de iniciarem os ataques tiveram que andar durante três noites, fazendo cerimónias nas nossas balobas (foi essa mulher encarregada de falar com nossos ancestrais) quando terminaram, atacaram N'tula em 5 até 8 de Junho de 1915, mataram muitos guerreiros nossos e matamos quase cem fulas e mandingas auxiliares, (CÓ, 02, 05, 2012).

Portanto, o mais temido guerreiro de Portugal, João Teixeira Pinto teve seus dias contados na batalha orquestrada contra os papeis de Jaal. De acordo com as descrições das batalhas por Silva e Santos (2014), “a campanha prossegue, marcha-se para Safim, Teixeira Pinto comanda as operações, ferido, deitado numa maca”. Esta afirmação pode enriquecer as entrevistas de António Gomes Có filho e guia turístico de Jaal em novembro de 2012:

Todos nós sabemos que Jaal é um território sagrado. Nós conseguimos parar as colunas portuguesas contra nossos povos. Eles começaram a pilhar as tabancas de N'tula e atravessaram o pequeno rio que nos separa de Djogoró. Foi numa batalha orquestrada no mês de Junho de 1915. Não lembro o dia, mas lembro do mês e o ano. Lá em baixo na bolanha, está lá até hoje uma fonte de lagoa, Teixeira Pinto e seus soldados chegaram aí primeiro e deram de beber aos cavalos. Quando sentiram barulho de marchas e cavalarias, o chefe da tabanca começou a evacuar crianças e as mulheres para o caminho de Bissalanca. Logo os guerreiros de Jaal armaram emboscadas nas plantações de bananeiras. Por ser uma parte mais alta e a parte de fonte é bem baixa, dá uma visão completa de todos os soldados e seus cavalos.

Quem conseguiu atirar no Teixeira Pinto é N'djilondé Cá. N'djilondé era uma pessoa forte fisicamente e não era conhecido como um grande guerreiro. Ele estava juntamente com as pessoas que estavam nas emboscadas. Depois que Teixeira Pinto terminou de dar água aos animais, eles começaram a subir para atacar. N'djilondé, logo na parte de cima viu todo o corpo completo da coluna, ele viu Teixeira Pinto no terceiro cavalo, logo disparou tiros, esses tiros feriram o João Teixeira Pinto na cabeça e nos ombros, logo ele caiu e colocaram-no numa maca. Ele foi evacuado imediatamente para Bissau e depois seguiu para Lisboa e nunca mais voltou.

Naquela hora que Teixeira Pinto caiu, os soldados dele formaram um círculo e alguns avançaram em direção às aldeias. Eles começaram a pilhar, matar e a queimar todas as casas. Foi um dia mais turbulento nas guerras que os papeis de Jaal já enfrentaram. Muitos dos guerreiros fugiram para as matas de Bissalanca e foram povoar a secção de Ilondé, este nome veio de N'djilondé, quem feriu o Teixeira Pinto, (CÓ, 04, 11, 2012).

Entretanto, existem muitas controvérsias sobre a morte ou não de João Teixeira Pinto em Bissau. Alguns falam que ele morreu em Portugal, alguns defendem a morte dele na Guiné-Bissau. Péliissier (2001) defende que ele foi ferido a “12 de Junho de 1915 nas batalhas de Jaal e é evacuado para a enfermaria, instalada a bordo de uma lancha-canhoneira”. Dentro dessa controversa, vale colocar uma questão: porque Portugal construiu um monumento em Jaal em homenagem ao João Teixeira Pinto? Apesar de ser uma questão para refletir, importa sublinhar

que ele foi ferido em Jaal e que essa ferida o conduziu a morte. Morrer na Guiné ou em Portugal é um fato importante concernente às derrotas portuguesas, mas, o mais importante aqui é como ele caiu ferido nas batalhas de Jaal e o legado dele como guerreiro terminou ali.

Como se podem associar as descrições de António Gomes Có com as falas de Pélissier (2001), logo que João Teixeira Pinto ficou ferido, ele foi “colocado provisoriamente fora dos combates”. O tenente Henrique Alberto de Sousa Guerra assumiu o comando das colunas que seguiram com destino à Safim e Prábis. A partir daí, “a campanha torna-se uma ladainha de combates em espirais de caracol, de que se citarão as mais importantes”, a saber: Safim (14, 17 de Junho), Cuntumo ou Cuntum e Bôr (20, 22 de Junho), “onde a coluna organiza uma base entrincheirada que será violentamente atacada a 28-29 de Junho” de 1915, (PÉLISSIER, 2001, p. 174).

Entretanto, essas lutas empreendidas por Portugal demonstram claramente a importância de porto de Bissau para fins comerciais. Com base nisso, Portugal queria instalar em Bissau sua primeira capital desde a separação administrativa da Guiné de Cabo Verde. Não podia o fazer, porque os donos de chão ainda têm domínio total de seus territórios.

Em suma, a historiografia até aqui descrita, mostra o quanto a conquista de Bissau era determinante para instalação efetiva das autoridades portuguesas nos territórios da Guiné, porque as outras pequenas praças enfrentavam poucas ataques. As lutas de Bissau eram as mais sangrentas: as lutas em que Portugal investia mais a sua força de segurança. Alguns até dizem que “o domínio total da Guiné dependia de Bissau”. Findo esses momentos de conflitos, Portugal passou a ter um domínio quase total dos territórios que estendiam de Bissau até Biombo, mas isto não impede alguns ataques que contestam a presenças de autoridade estrangeira instalada.

3.3 ALIANÇAS PORTUGUESAS COM ALGUNS POVOS LOCAIS

Os grupos étnicos componentes do povo guineense sempre tiveram momentos de lutas e de desavenças. Um exemplo concreto foram os mandingas que chegaram ao território da Guiné por meio das lutas e, do mesmo modo, foram derrotados e islamizados pelos fulas nos finais do século XIII. Na parte litoral, os povos dessa área tiveram o mesmo percurso também, Balantas contra Manjacos, Papeis contra Mancanhas e vice-versa. Todas essas lutas criaram um vazio no meio desses grupos, que só foi costurado com o chamado de todos por uma causa única: a luta pela independência nacional.

Portanto, muitos fatores podem ser evocados como mecanismos utilizados por Portugal para poder enfrentar as lutas contra os povos locais dos territórios da Guiné. Além do conhecido método de “dividir os povos para melhor reinar”, Portugal desde cedo, nas campanhas iniciadas pelo tenente-coronel Pedro Moreira da Fonseca em 1891 já tinha utilizado alguns povos como auxiliares, (PÉLISSIER, 2001). Esta ideia foi recuperada pelo João Teixeira Pinto, visto que enfrentar os povos locais com uma força estrangeira, só iria resultar em fracasso. Por esta razão, o presente subcapítulo vai esboçar-se sobre os povos utilizados como auxiliares nas lutas pela ocupação da Guiné, querendo com isso responder o seguinte: sem auxiliares africanos/guineenses, Portugal conseguiria ocupar efetivamente?

3.3.1 Grumetes

Para uma ampla percepção deste tema, é necessário começar por falar dos lançados, posto que a mistura dos lançados com os povos do território da Guiné resultou na formação de um novo grupo denominado “grumete”, que ao longo dos séculos passados viveu na Guiné. Para tal, os chamados de lançados eram ex - escravos, portugueses reinóis, cabo-verdianos de nascimento e europeus de diferentes nações, judeus, brancos, mulatos e negros aporuguesados. Para ampliar ainda mais as características dos lançados, Alberto da Costa e Silva traça três considerações importantes:

Primeiro, chamou-lhe “idólatras, perjuros que desobedecem ao Céu, assassinos, debochados, ladrões da reputação, do crédito e do nome dos inocentes e de seus bens, traidores” e “gente sem qualquer lei, sem respeito por nada que não de seus apetites, sementes do inferno”; segundo, formavam uma antologia nada recomendável de aventureiros sem princípios, mercadores de escravos, exilados políticos e fugitivos da justiça e terceiro, falsos cristãos. (SILVA, 2011, p. 244-245).

Estes termos que caracterizam os lançados deixam entender que eram pessoas isoladas dos privilégios da metrópole e que por sinal, mergulharam nas tentativas de mudar de vida ou tentar a sorte no enalço da riqueza através do comércio. Chegando ao território da Guiné, os lançados foram frequentemente aceites nas sociedades locais, alguns foram dados filhas de reis e de chefes locais para casamento. Dentro dessas sociedades, Costa e Silva (2011) descreve que um lançado “estava seguro, mas era, de certo modo, em muitos casos, um prisioneiro”. Podia sair a mercadejar, mas se esperava que voltasse. Entretanto, “se resolvesse partir para outro destino, todos os seus bens ficavam com o soberano” e o mesmo se passava quando o lançado morria.

Para sua integração dentro das sociedades guineenses, o lançado assinava um acordo formal com o chefe local e sua inserção funcionava desta maneira:

Este era acomodado numa cubata, quase sempre na parte da aldeia onde viviam os adventícios, recebia uma mulher por companheira e ficava livre para contratar auxiliares ou adquirir escravos para seu serviço. Em geral, adaptava-se depressa à nova situação. Passava a banhar-se diariamente ou mais de uma vez por dia. Aligeirava as roupas, a fim de melhor enfrentar a umidade e o calor, ou vestia-se à africana. Aprendia a proteger-se dos mosquitos, usando-se de óleo. E aderiu às comidas locais, ainda que, de vez em quando, a saudade da terra natal, caso fosse um português e não um cabo-verdiano, (SILVA, 2011, p. 250).

Na medida em que o comércio dominava as costas da Guiné, os lançados foram os primeiros a assumir o papel de ajudantes dos europeus nos portos e de servir de interlocutores e interpretes. Com o tempo, alguns envolveram e se tornaram grandes traficantes de pessoas escravizadas. Assim, grumetes ou cristãos, foram os filhos dos lançados com mulheres africanas e no meio dessas sociedades guineenses, os filhos eram considerados de sobrinhos. A priori, esses filhos ajudavam nas atividades econômicas e desempenhavam as funções de remeiros dos lançados:

Aos remeiros chamavam grumete, porque, remando, remando principiavam carreira de embarcados. De iniciantes, porém, a maioria não tinha nada. Na realidade, alguns eram excelentes barqueiros, acostumados a todo tipo de rios ou a navegar com habilidade e segurança pela costa. O nome pegou e passou a aplicar-se aos homens e às mulheres que serviam aos lançados e moravam ao lado deles, e, vestiam-se à europeia, construíram casas com o reboco pintado de branco e falavam o português ou, mais geralmente, os crioulos que se iam desenvolvendo ao longo da Costa e nas ilhas de Cabo Verde.

Os grumetes começaram como remeiros, carregadores, guias e criados, mas pronto se fizeram compradores e vendedores em nome dos patrões, intérpretes, mensageiros, pilotos e costureiros de barcos, (SILVA, 2011. P. 252).

Sendo nativos da terra, muitos deles já aprendiam como escavar uma canoa, mas somaram seus conhecimentos aos dos lançados, para fabricar batéis, e navios a vela a moda europeia. Com a forte presença das *tangomãs* (esposas dos lançados) no comércio que se fazia ao longo do litoral e pelas águas das rias e dos rios, o seu êxito dependia necessariamente das boas embarcações. Por mais longe que fosse o local, quem remavam para as *tangomãs* foram os grumetes.

Este florescimento do comércio descontrolado na região motivou Portugal a “nomear André Feio primeiro carregador de Cabo Verde e da Guiné, em 1536”. Nesse período, foram criadas três feitorias em “São Domingos, Cacheu e em Rio Grande de Buba. Em seguida, se construiu a primeira fortaleza em Cacheu edificada em 1588”, pelo cabo-verdiano Manuel

Lopes Cardoso, obtida a devida autorização do Rei local. É por esse motivo que se considera que Cacheu foi a primeira capital portuguesa em terras firmes da Guiné. Mais tarde, em 1664, foi criada a capitania de Cacheu e em maio de 1656 foi fundada a Companhia de Cacheu e Rios, destinada ao tráfico de escravos, (SILVA; SANTOS, 2014, p. 26). Dada a longa tradição de ligação dos grumetes com os portugueses, muitos dos grumetes foram indicados para diferentes funções na administração das capitanias.

A partir do século XVII, a população grumete já cresceu o bastante e suas presenças eram bem fortes nas capitanias, como descreveu da Costa e Silva:

No final do ano seiscentos, já eram mais que a maioria. Filhos, netos e bisnetos de lançados, muitos deles não se diferenciavam fisicamente da gente da terra. Tinham-se por portugueses, apesar de negros e chamavam-se de cristãos (kriston, em crioulo ou crioulo), embora o cristianismo deles se reduzisse muitas vezes ao crucifixo pendurado ao pescoço e a um eventual batismo. Mas todos ou quase todos, orgulhosos de sua diferença e da identidade que seus pais e avós tinham construído, imitavam a maneira de vestir europeia e falavam entre si um crioulo do português, (SILVA, 2011, p. 269).

No caso concreto de Bissau, a forte presença dos grumetes começou a ser sentida a partir de 1692 com a fundação da primeira capitania, com objetivo de controlar o fluxo de comércio que se desenvolvia na zona. Para imprimir maior controle das receitas, Portugal criou sua primeira alfândega em Bissau em 1694, foi daí que os grumetes e os cabo-verdianos foram encarregados dos negócios nos portos de Bissau.

Assim, ao longo deste trabalho foram descritas muitas batalhas que os papeis tiveram que enfrentar tendo seus sobrinhos grumetes como auxiliares, pois, é importante decifrar bem como foram divididos os grumetes que ficam com autoridade portuguesa e os que foram viver nas aldeias dos papeis nos arredores da fortaleza. Sendo assim, os que estão do lado da força portuguesa, são considerados de soldados pardos, como escreveu em maio de 1793, o novo capitão-mor de Bissau, José António Pinto:

O pequeno número de que se compunha a sua guarnição são negros, pardos e alguns brancos, tanto uns como outros são mandados degredados por tremendos crimes (...) vendo que são ali degredados por toda a vida, continuam em dar exercício aos seus diabólicos costumes, roubando armazéns de noite, para o que saltam as muralhas da fortaleza, repartindo os roubos com a sentinelas da povoação exterior, ferimentos, quase todos os dias, tanto pelos soldados brancos como pelos negros, são presos, castigados sobre uma peça, outras vezes pranchadas, carregados de ferros, mesmo assim, logo que são soltos, enquanto não furtam, passam a vender aos gentios as armas, terçados e mais munições de guerra (...) No dia 8 de novembro de 1793, receberam fardas e meias fardas, a maior parte já no último dia de 1794, em que lhes passei revista, não tinham vestígios de fardamento, os soldados negros, já descalços, dizendo que a sua natureza se opunha a andarem calçados, que muita pressão lhes servia de incómodo; os brancos alegando que os sapatos lhes eram

curtos e que os molestava, a poucos passos, já se não descobriam indícios de tal fardamento, formava-se a parada de objetos nus descalços, sem chapéu, ou aquele que o levava era de palha, (CAMPOS, 2016, p. 37).

Importa sublinhar que, quando a escrita refere a recorrência aos usos de costumes considerados por portugueses de diabólicos, não só isso refere aos auxiliares mandingas, biafadas ou fulas, mas, se trata exatamente dos grumetes, que na descida da fortaleza até os portos, existia um *poilão* onde faziam rituais de sacrifício dos animais. Por serem sobrinhos dos papeis, Américo Campos (2016), afirma que “quando cometiam alguns crimes mais graves no interior da fortaleza, esses grumetes refugiavam-se nas aldeias de Bandim ou no Intim, sabendo que os portugueses não tinham coragem para ir buscá-los”.

3.3.2 Abdul Indjai e seus auxiliares

Antes da inserção do guerreiro Abdul Indjai nas fileiras de auxiliares, foram povos mandingas, fulas e biafadas que desempenharam um importante papel nas lutas contra os papeis. Muitos deles conheciam caminhos que conduziam as colunas até nas aldeias dos papeis, além disso, eles dominaram as táticas tradicionais, como por exemplo, a utilização das lanchas e outros instrumentos rudimentares e o domínio dos modernos armamentos europeus.

Deste modo, os fulas foram os primeiros a serem atacados pelas forças portuguesas e os primeiros a submeterem-se. Depois, passaram muitas vezes a ser usados como auxiliares dos invasores, nas campanhas de pilhagens que estes foram organizando contra todas as etnias da Guiné. Noutra batalha chefiada pelo tenente-coronel Pereira Moreira da Fonseca em 22 de março de 1891, a coluna era formada por cinco oficiais, quatorze soldados cabo-verdianos suplementares e 92 auxiliares biafadas, em abril do mesmo ano, a composição era a seguinte:

Duas canhoneiras e uma corveta desembarcaram contingentes de marinheiros europeus, que guarnecem a fortaleza. Mas os espiões dos papeis têm Cuméré informado do que se passa na cidade. O comando das tropas passou para o capitão Joaquim António do Carmo de Azevedo. Além dos marinheiros, dispõe mais de 400 soldados, reforçados por auxiliares. O conselho dos oficiais decide, a 17 de abril, atacar Bandim depois Intim, sem que a coluna se afaste mais de três quilômetros, a fim de estar coberta de artilharia dos navios e da fortaleza. O governador está no seu posto em Bissau. Cedo, pela manhã de 19 de abril, a coluna divida de quatro pelotões, põem se em marcha de Pindjiguiti, com dois canhões Krupp de 70 mm. Doze oficiais estão alistados. Os Biafadas e os Mandingas, vindo de Geba, são franco-atiradores, (PÉLISSIER, 2001, p. 271).

A tal divergência inter-étnica já citada na Guiné e a disposição rápida de outros grupos em submeter à força portuguesa, foram profundas dentro das realidades guineenses. Depois de

uma vitória nas batalhas de *Crim* em 1891, os papéis agruparam em Intim manifestando suas vitórias, de repente um grupo de fulas saiu da formação, para uma surtida e “foram recebidos pelos papéis com toques de flauta e apitos, em sinal de desprezo”. Com afirmação de que, estes auxiliares, vendidos ao inimigo, não mereceram honra e respeito.

Portanto, na era de João Teixeira Pinto as batalhas conheceram um novo formato mais forte e determinante. Teixeira Pinto tinha definido com precisão suas lutas e estratégias. Para fazer fincar seus planos, Pinto percorreu grande parte do território da Guiné fazendo levantamentos sobre as forças e fraquezas dos povos locais, entre esses levantamentos, Teixeira Pinto tentou saber das profundas divergências crônicas que assolavam esses povos. Para tal, ele encontrou o Abdul Indjai, que tanto desejava vingar dos povos rivais e ampliar seu reino de Cuor no Oio até Quinará.

Sobre tal, é raro encontrar na historiografia uma unanimidade em afirmar que as conquistas portuguesas dependiam do Abdul Indjai e alguns povos aliados, mas, basta olhar toda a história dessas lutas iniciadas sem sucessos por Portugal, para chegar à conclusão que o Abdul Indjai e aliados foram máquinas usadas durante o sangrento processo de implementação das políticas portuguesas no território. De fato, Portugal só consegue manter sua autonomia sobre todos os povos, porque teve um guerreiro ladeado de mais de 700 auxiliares e outros povos aliados, nomeadamente: mandingas, fulas e biafadas.

Poucas obras em português dedicam um tempo para tratar com profundidade o percurso de Abdul Indjai, porém, Albino Nangurã (2014) na sua tese de doutorado, descreve o seguinte:

O multifacetado cidadão Abdul Indjay, conhecido por “amigo Abdul Indjay”, entre os Portugueses, pela sua fidelidade ao Chefe de Estado-Maior João Teixeira Pinto. Tinha matriz Senegalesa de etnia wolóf, nascido e crescido no village (Aldeia) de “Salum” província de Kaolack.

O também forasteiro dos territórios dos indígenas da chamada Guiné Portuguesa, Abdul Indjay, era pela natureza possuidor de uma veia lutadora, capaz de ultrapassar as partidas que a vida lhe possa pregar. Uma faceta que o tornava diferente, sobretudo da sua classe social.

Com estas qualidades, viveu circunstâncias de vitórias e de amarguras na sua vida, que nos seus primórdios tempos, sobrevivia através das receitas resultantes do comércio informal ainda no seu topónimo Kaolack no Senegal, sua terra natal, tendo como produtos de eleições: couros dos animais que muitas vezes eram oferecidos pelos caçadores tradicionais, pela sua empatia que criava facilmente no seio deste, tecidos tradicionais de origens vegetais de uso obrigatório nas cerimónias tradicionais entre populações indígenas sem exceção. Ainda a par desta profissão, por incrível que possa parecer, o polivalente indígena Abdul Indjay dedicava-se à venda de escravos. Foi nesta difícil batalha pela vida que teve que experimentar todas vicissitudes do carácter humano, e que conseguiu escapar de uma panóplia de planos para o caçar, ainda em Kaolack, face à insatisfação de pagamento de um empréstimo informalmente contraído por um dos seus colegas com quem praticava intercâmbio dos produtos adquiridos. Conseguindo uma fugaz partida para a região sul do Senegal, concretamente Ziguinchor, evitando um possível espancamento brutal em forma de

repreensão pelo seu credor, o que além de o fazer perder a sua autenticidade pública poderia levá-lo a uma condenação à morte pela ordenação do regulado. A prática desta natureza era considerada no meio dos indígenas inadmissível devido à desonra que causa a uma determinada comunidade face a outra.

Já em Casamansa, a região fronteiriça com a então Guiné - Portuguesa, acompanhado da esposa que também era da sua etnia wolóf, sem conhecimento prévio do território, conseguiu rapidamente ganhar a simpatia dos Franceses, tornando-se estivador no porto, um trabalho que era conciliado com as atividades pesqueiras, tudo isto para garantir a sua auto-suficiência alimentar e também a da sua mulher, (NANGURÃ, 2014, P. 22-23).

Foi nesta difícil situação de vida no Senegal, concretamente na região de *Casamansa* que o guerreiro Abdul Indjai vivia toda sua difícil vida. Entretanto, em 1894, Abdul Indjai escolheu estrategicamente o território da Guiné para viver, fugindo da vida dura que levava em *Ziguinchor*:

A sua chegada ao território guineense (já farto da dura vida que levava em Casamansa), foi algo estratégico, pois além do seu fatigante emprego da estiva, “aproveitava para atravessar a fronteira e vender o peixe seco, junto da população Manjacos de Cacheu e de Cabuiana”. Assim descobriu que a vida que levava lá do outro lado não se comparava com aquela que a população local vive. Entretanto começou a construir fortes amizades entre os populares, vendia o seu produto ao preço de saldo, cativando todos com contos tradicionais.

Expulsos por Manjacos, Abdul parte para uma nova aventura para “chão de Fulas” em Gabu, repleto de ódio e rancor dos Manjacos pelo que lhe sucedeu, jurando vingança. Em Gabu, angariou rapidamente amigos fulas, pastores de gados, “passando algum tempo na região de Bafatá, passou a ser conhecido como comerciante de gados provenientes de Gabu, e conciliava isso com a liderança de grupos de “Gangues” que saqueavam vacas em Farim ao seu mando. A sua passagem por Farim região de Oio, marcava o apogeu das suas aventuras que o levou a realizar périplo ao litoral Guineense, porque viria a assumir o regulado da povoação de Cuór, o cargo mais alto da Tabanca, (NANGURÃ, 2014 P. 22-23).

Este breve historial do percurso de Abdul Indjai até a sua chegada como régulo de Cuor, permite entender com mais facilidade, como Indjai cedeu rapidamente para se juntar aos portugueses. Portanto, esse encontro com João Teixeira Pinto se deu quando este último iniciou sua missão de reconhecimento dos terrenos e dos povos, bem como o levantamento sobre as rivalidades tidas entre os povos da Guiné. Nesse percurso, Teixeira Pinto efetua sua primeira visita a posto de Bafatá em novembro de 1912. A visita se tratava de dois pontos: primeiro, solicitar apoio do administrador de Bafatá, Vasco de Sousa Calvet de Magalhães, que lhe prometeu o seu concurso em auxiliares fulas; segundo, assinar um pacto com Abdul Indjai, régulo de Cuor com seus homens (PÉLISSIER, 2001). De acordo com algumas fontes, Abdul Indjai pretendia com o apoio dos portugueses, alargar o seu reino de Cuor – na região de Oio ao norte da Guiné, até Quinará, sul do país. Com base nisso, Abdul Indjai embarca a 27 de Março de 1913, com suas tropas, com destino a Bissau, ao chamado do João Teixeira Pinto, (PÉLISSIER, 2001, p. 145-156).

Chegando a Bissau, Abdul Indjai e seus soldados e mais 500 auxiliares fulas recrutados pelo administrador Calvet de Magalhães, partiram para o cumprimento dos planos de Teixeira Pinto. Em muitas lutas descritas ao longo deste trabalho, Abdul Indjai participou quase em todas as lutas, mesmo contra os povoados de alguns reinos de Oio.

Depois de longas e intensas batalhas que terminaram em 1915, Indjai viveu os seus quatro anos numa guerra silenciosa com o governo português estabelecido no território. Ainda nesse período pós-guerra, René Pélissier (2001, p. 181-182), faz uma menção de como Abdul Indjai era visto pelos grumetes: “é um intrigante que iludiu as autoridades; é um bandido que vive apenas de crimes e de rapinas; é um estrangeiro que retira a riqueza do país, para exportar para a Guiné francesa; foi ele quem arruinou o comércio no sertão”.

No meio dessa guerra fria com autoridade portuguesa e rejeitado pelos grumetes e povos sobreviventes de todos os massacres, Abdul Indjai tinha seus dias de mordomia contados:

O ano de 1919 não é daqueles que marcam uma data na história da resistência da Guiné. Salvo se se considerar que os vencidos de 1913-1915 vão ter uma desforra indireta sobre seu pior inimigo. Soninquês, Balantas, Manjacos, Papeis, grumetes e antigos membros da defunta Liga Guineense têm efetivamente, todo o motivo para considerar 1919 como um ano fasto, porque o seu carrasco, Abdul Indjai, vai ser, por sua vez, derrubado do seu regulado do Oio. De facto, apenas as autoridades coloniais sairão vitoriosas deste embate com um aliado que se tornou tanto incómodo de mais, arrogante e exigente. (...) Porém, os seus oponentes fazem valer que, pelas suas razias contra os habitantes de Oio, Abdul Indjai é um elemento pernicioso, que é bom meter na ordem ou eliminar.

Quando a ele, tem agravos fundamentos em relação aos portugueses. Censura-lhes, essencialmente não lhe terem pago o justo preço de seus serviços durante mais de vinte anos. (...) Ora, as autoridades consideram que, com o saque apreendido, ele está amplamente pago. Outro elemento, mais pessoal, o administrador de Farim desde 1911, Caetano José Barbosa, que regista as queixas dos espoliados e saqueados de Oio, não traz o Teixeira Pinto e o senegalês no coração. Quando ao primeiro, já nada pode fazer, mas tudo fará para denigrir Abdul Indjai aos olhos dos sucessivos governadores. Censura-lhe infligir multas, obrigar os seus administradores a trabalhar gratuitamente nos seus campos, extorquir-lhes diferentes bens sob ameaça e, mais grave, não pagar imposto, (PÉLISSIER, 2001, p. 190-192).

A partir desse ano de 1919, Abdul Indjai passa a ser visto como um perturbador pelas autoridades portuguesas e se tornou inútil para a administração, visto que suas atitudes e ambições se tinham tornado incompatíveis com os interesses de Portugal. Neste cenário sombrio, Abdul viu a cada dia, muita movimentação da força portuguesa no interior de *Mansabá* e *Farim*, fazendo um cerco ao regulado de Cuor. O mês de agosto de 1919, marcou a queda do importante aliado de Portugal. Na batalha de *Mansabá*. Pélissier (2001) descreve o seguinte cenário:

Abdul Indjai queima os seus navios ao fazer convergir em dois grupos, pelas 8 h, a 1 de Agosto de 1919, três centenas dos seus homens sobre o fortim, continuando ele na

sua tabanca com os outros, para observar as operações. Não tem de esperar muito, pois, os portugueses disparam o canhão contra a primeira concentração. Um tiroteio cerrado se troca de um e outro lado durante duas horas. O alferes Alonso Figueira é mortalmente ferido, mas o seu adjunto, o alferes Pedro Vilas Boas, resiste bem. Pelas 10 h 30, os jauras tinham já mais de 70 mortos diante de um dos dois bastiões, e o canhão chegou para desencorajar os assaltantes emboscados nas palhotas e nos campos, entre o segundo bastião e a tabanca de Abdul Indjai.

Em Mansabá, durante a noite de 1 para 2 de Agosto, a artilharia do posto disparou mais de cem tiro contra a tabanca de Abdul Indjai. Isto não bastou para o assustar, pois retoma os ataques contra o posto e a coluna do capitão Lima Júnior, que no entanto, entra indemne no fortim, na manhã de 2 de Agosto. Pela tarde de 2 de Agosto, os auxiliares incendiaram mais de 250 palhotas, para libertar o campo de tiro. De numerosas aldeias afluem homens que pedem armas aos portugueses, para se vingarem. Chegam de Mansoa, no mesmo dia, um canhão de 250 soldados e auxiliares que transpõem a barragem dos jauras. Abdul Indjai já nada pode contra os portugueses e os seus aliados. Existem agora duzentos e três soldados e oficiais reunidos em Mansabá, mais os auxiliares. A 3 de Agosto, (Indjai) manda içar a bandeira branca sobre o que resta da sua antiga residência, e rende-se incondicionalmente depondo as armas com cerca de 90 dos seus homens, (PÉLISSIER, 2001, p. 196-197).

Depois dessa rendição, Abdul Indjai contabilizou muitas perdas, entre as quais, nove chefes morreram e sete foram aprisionados, as palhotas dos sobreviventes das batalhas e a mesquita de Abdul Indjai foram incendiadas diante de seus olhos. Abdul Indjai é acorrentado e levado para posto de Farim e posteriormente preso em Bolama. Segundo Pélissier (2001), a 13 de Outubro de 1919, Abdul Indjai foi deportado para Cabo Verde com sua mulher e dois ou três filhos, prelúdio de uma residência livre na Madeira, Portugal, (PÉLISSIER, 2001, p, 200).

Além desses povos que os portugueses utilizavam como auxiliares, um fato curioso nesta história dos papeis, tem que a ver com as guerras entre os papeis, muito embora em pouca escala. Pélissier (2001) recupera as lutas de 28 de Junho de 1890, onde eclodiram as hostilidades entre os papeis de *Antula* e de *Intim*. Os primeiros são apoiados pelos Balantas de Cuntanga e de Nhacra; os segundos pelos grumetes que ficaram fora das muralhas. Entre os papeis de Tôr e de Biombo, as hostilidades eram sempre frequentes, Campos (2016, p, 63) relata que, quando Teixeira Pinto e sua coluna iam para atacar em Biombo, o Rei de Tôr se abdicou de lutar e entregou suas armas aos portugueses, mostrando sua lealdade ao poder português. Este fato tem facilitado muito as lutas de Teixeira Pinto em Biombo.

3.4 FATORES DE REVOLTAS E RESISTÊNCIAS

É uma das questões que nortearam o interesse em fazer um trabalho baseado neste tema, como forma de entender o que está na origem de tantas revoltas e resistências. Algumas historiografias ousam afirmar que a conquista do território da Guiné dependia exclusivamente de Bissau, visto que os papeis eram os mais “ferozes” inimigos que Portugal estava a enfrentar naquela época. Neste caso, a inquietação é seguinte: com base em quê que os papeis estavam a

defender? Querendo com isso, mostrar que as resistências e revoltas em muitos de casos, sempre têm em quê ancorar ou em quê em acreditar e em defender. Neste sentido, os papéis decidiam lutar pelas suas terras/territórios; em defesa de sua integridade sócio-política, cultural e pela não submissão à uma força estrangeira, tida como inimiga e invasora.

3.4.1 Fator cultural

Seria equívoco pensar os fatos culturais sem privilegiar um tempo para fazer uma breve contextualização sobre do que se trata na verdade, quando se fala de uma cultura. Portanto, a cultura em si é um termo que carrega muitas definições; entre os antropólogos e outros teóricos, ainda não é unânime encontrar um discurso universal para atribuir ao termo. A este respeito, qualquer definição apropriada quer no campo antropológico, quer em outras áreas do conhecimento, justifica o lugar de quem pesquisa. Porém, cada definição possui sua linha de pensamento e seu lugar de enquadramento.

Entretanto, Marina de Andrade Marconi e Zelia Maria Neves Pressotto (2009), recuperam na obra *Antropologia: uma introdução*, a definição de Edward B. Tylor (1871): “Cultura”... é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, (In: Kahn, 1975:29, apud MARCONI; PRESSOTO, 2009, p. 22). No seu amplo sentido de termo, a cultura pode ser analisada de seguintes pressupostos:

A cultura, portanto, pode ser analisada, ao mesmo tempo, sob vários enfoques: ideias (conhecimento e filosofia); crenças (religião e superstição); valores (ideologia e moral); normas (costumes e leis); atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrões de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições (família e sistemas econômicos); técnicas (artes e habilidades); e artefatos (machado de pedra, telefone), (MARCONI; PRESSOTO, 2009, p. 24).

Esta abordagem mais ampla do conceito da cultura abre mais brechas para o enquadramento dessas revoltas e resistências como meros atos culturais. Partindo de pressuposto que o centrismo cultural oferece ao indivíduo, a oportunidade de poder enxergar as diferenças projetadas por outra cultura e a partir dessas diferenças saber distinguir seu lugar. Assim, os papéis através de sua cultura, conseguiam enxergar o outro lado antagônico português e decididos em defende-la.

Enquanto que para este grupo étnico fragmentado desde Bissau até Biombo não existir um denominar comum “para reduzir todos num grupo só”, a cultura era um elo forte que ligava todos. O pertencimento de uma origem étnica faz dos papéis de Bissau terem lugar de herdar

em Biombo e ao mesmo tempo, os papéis de Safim podem herdar alguns lugares importantes em Prábis e vice-versa. Este facto foi explicado pela Marta Có, em 2005:

Não existia um denominar comum para todos os papéis, como agora. Cada Papel se identificava como pertencente de um determinado lugar. Sete grandes localidades de concentração dos papéis são: Bissau, Safim, Prábis, Bigimita, Antula, Tôr e Biombo. Por exemplo, se perguntar para um Papel, ele responderia: “N’ djiô Inssau (sou de Bissau), N’ djiô N’ium (sou de Biombo), sucessivamente. Apesar dessa designação separada por cada reino, esse povo é unido pela língua, cultura, usos de costumes e em termos religiosos.

O mais importante de tudo é que você pode nascer em Bissau, mas o seu lugar de herdar está em Biombo, assim que chegar o dia, você sai de Bissau e vai herdar a sua moransa em Biombo. A partir desse processo, você passa a pertencer outro novo lugar com todos os direitos. Isto quer dizer que, cada Papel pode sair de um lado para outro a fim de cumprir com suas tradições sem nenhum problema, já que ele pertence a um dos sete clãs dos papéis e pertence o lugar que ele vai herdar. É curioso, você perguntar a um Papel de onde ele é na atualidade, ele nunca vai te responder “sou Papel” em língua Papel, porque o termo papel não existe na nossa língua, ele vai se identificar através do lugar, (CÓ, 20, 09,2005).

Com base nesse argumento, algumas obras mostram que o denominador “Papel”, foi uma denominação portuguesa, que no fundo simboliza resistência, aliás, o nome Papel provém da resistência de não pagar os impostos ao sistema colonial português, “os papéis sempre recusaram qualquer submissão, não se tendo considerado nunca súditos do regime invasor”, como explica Moema Augel (2007):

Corre a crença que o nome dessa etnia estaria ligado ao relacionamento difícil com o colonizador. Conta-se que os habitantes da ilha de Bissau, muito rebeldes, nunca quiseram pagar os impostos impingidos pelos colonizadores e, sempre que recebiam a notificação de pagamento, levavam o “papel” diretamente ao “Posto”, reclamando serem eles os donos do chão e que por isso não iriam pagar nada. Assim, sempre que os homens apareciam, os brancos exclamavam “aí vem os homens do papel”. E o nome ficou. (AUGEL, 2007, p.56).

Apesar da autora desconhecer a localização desse acontecimento no tempo, é confiável partir dessa narração e afirmar que isto pode ser nos meados entre finais de século XIX ao início do século XX, por serem momentos marcantes da política de invasão portuguesa. Este termo era dado aos papéis residentes em Bissau, com o dos tempos, o termo foi ampliado para todos os papéis da Guiné-Bissau.

Entretanto, na atualidade, a cultura está inserida nas teses que a defendem como motor impulsionador das lutas pelas independências de países africanos. No caso concreto da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral defendeu a cultura como o fundamento do movimento de libertação, e “só podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra a dominação estrangeira as sociedades ou grupos humanos que preservam a sua cultura”. Portanto, estas revoltas e resistências “à secular

postura colonial portuguesa na Guiné-Bissau foi, como reconheceu o mesmo Cabral, uma fonte de inspiração na luta armada de libertação”, (MENDY, 2011, p.19). Para Amílcar, a luta de libertação era antes de tudo um ato de cultura.

3.4.2 Fator posse da terra (Ozé)

Desde os tempos remotos até à atualidade, o território faz parte de elementos constituintes de um Estado. Nesta ordem de ideia, as fronteiras que hoje separam a região de Biombo e Bissau das restantes regiões do país, já foram definidas há muito tempo antes da divisão feita pelo poder colonial. Este fato pode ser confirmado pela ocupação desse povo nestas localidades fragmentadas em diferentes pequenos reinos. O exemplo de Bissau, que concentrava todas as raízes, que ao longo dos tempos, foram abrindo novos reinos que podem ser divididos em sete grandes concentrações: Reino de Bissau, Reino de Antula, Reino de Prábis, Reino de Safim, Reino de Bigimita, Reino de Tôr e Reino de Biombo.

No primeiro capítulo deste trabalho, ficou abordado que foi o *M'nkau*, o patrono do povo Papel que povoou Bissau, vindo de Quinará, sul do país, com suas seis esposas e uma irmã. Partindo destas narrativas até à atualidade, as terras ocupadas pelos papéis continuam sendo as mesmas. Antes da independência do país que permitiu a circulação de cidadãos de um lado para outro, a região de Biombo foi a única região que tinha uma única predominância étnica. Esta conservação da posse de suas terras obrigou os papéis a enfrentar muitos conflitos com outros grupos étnicos.

Neste caso, o fator chão (*Ozé* em papel) teve um papel preponderante em todas as revoltas e resistências aqui descritas. Como se pode confirmar na obra de Santos e Silva, “quando algum branco ia passear para fora da vila, logo a 100 metros, era frequente encontrar um Papel que lhe dizia para voltar para vila porque aquele chão não era do governo”. (SANTOS; SILVA, 2014, p. 60). Apesar dos reis terem poderes de ceder terrenos aos europeus, os súditos eram obrigados a respeitar a decisão, mas a movimentação dos portugueses fora das áreas compradas era sempre vigiada, como descreve Américo Campos (2016):

Em 1911 querendo um grupo de empregados do comércio arranjar um campo de futebol fora da praça, para entreter os ócios dos domingos, os régulos das povoações próximas de Intim e Bandim negaram a permissão a um tal intuito com a afirmação (...) de que o espaço para esse campo pertence ao seu terreno ou chão. O campo de futebol não se fez e os empregados do comércio tiveram de inventar outros divertimentos para as suas folgas dominicais, (CAMPOS, 2016, p. 71).

Este pequeno trecho confirma aquilo que a Marta Có fala na sua entrevista, que o *Ozé* é uma questão de pertença coletiva e de valor sagrado:

Questão de *Ozé* tem contribuído muito para revoltas e resistências. O chão para os papeis é uma propriedade comum e sagrada. Naquela época ninguém vendia o terreno, o terreno era dividido entre clãs. Pode chegar um hospede pedindo terreno é dado esse espaço para povoar, o exemplo de bairro de Pilum, que foi cedido aos biafadas e mandingas para povoarem.

Os papeis estão ligados a terra. Têm seus ancestrais enterrados nessas localidades, como podem abandonar o espaço em detrimento do outro? Se for com base na amizade, eles dão espaço, mas para usufruir e transformar os papeis em súditos, eles não vão aceitar. Por isso que, um Papel pode emigrar por uma terra longínqua, ao morrer, o corpo dele tem que ser transportado até sua localidade natal. Se isso não for feito, a alma dele volta à contra atacar os familiares, por se sentir excluído na terra estrangeira. E, esse corpo não pode ser enterrado em qualquer lugar, há sempre cemitérios por cada clã - kinh em papel, (CÓ, 20, 09,2005).

Importa sublinhar que para os papeis a importância do chão pode ser resumida em dois grandes pontos: primeiro, “no plano econômico porque é a base da sobrevivência; segundo, porque o chão é místico: místico porque está ligado a antepassado, fato que impede a deslocação no lugar, quanto a apropriação estrangeira do espaço”, (MARCONI; PRESSOTO, 2009, p, 134).

3.4.3 Organização política

Já foi abordada a questão da organização política dos papeis no primeiro capítulo, não obstante, ser abordada aqui de novo. Entretanto, a recorrência as definições antropológicas da organização política, encaixa exatamente nesta perspectiva nacionalista. Segundo Marconi e Pressoto (2009), “a organização política de um povo abrange o conjunto de instituições através das quais se mantém a ordem, o bem-estar e a integridade do grupo, sua defesa e proteção”.

No caso concreto dos papeis, o sistema político era formado por reinos, cabendo ao Rei, o poder absoluto de mando e desmando, pois ele é a autoridade máxima. Toda a esfera social do reino está dividida, cada uma com sua função. Como descreve Bibiano Cá:

O Rei é quem governa. É ao Rei, quem cabe à decisão final. Depois dele você tem seus ministros que são chamados de ondjanghu, depois seguem militares com o poder de manter a ordem, seguem os bôpené, que são responsáveis pela função religiosa e no fim, tem o povo. O Rei é o primeiro a cultivar a terra, e todos os súditos na idade de lavoura vão lavar primeiro ao Rei, e acontece mesma coisa durante a colheita, (CÁ, 20, 08, 2010).

Para classificar os grupos étnicos da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral utilizou o termo sociedades verticais para designar os grupos étnicos com o poder estatal centralizado. Apesar de não ser uma etnia que conseguiu consolidar e expandir seu território, os papeis encaixam

nessa classe de verticalidade, com uma longa tradição de organização política hierarquizada. Importante de tudo isso, vale ressaltar, que, entre os sete clãs, só um tem o direito de governar. Até a data presente, é raro alguns clãs lutarem pelo trono foro do quadro legal estabelecido até presente. Os que assumem tronos são as figuras pertencentes a clã *bôssassun*.

Ao longo deste trabalho, foram narrados muitos acontecimentos envolvendo os reis papeis, apesar de alguns escritores não citarem os nomes, mas fazem menções as localidades. Com base nisso, se pode afirmar que o sistema vertical (sociedades com poder estatal) em que funcionam as sociedades papeis pode estar na origem de muitas motivações à revoltas e resistências. Pois, vimos em muitas batalhas onde o Rei é encarregado de organizar seus súditos e de lutar contra a imposição colonizadora. Bem como foi desenvolvido, desde a chegada dos portugueses em Bissau no século XVII, os portugueses não só pagavam impostos ao Rei de Bissau até 1915, mas sim, se submetiam a todas as ordens do reino.

Entretanto, quando Augel dedica um tempo do seu precioso livro “o desafio do Escombros: Nação, Identidades e Pós-colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau”, ela dedica um capítulo para pensar a comunidade de cultura, de história e de destino. Nas suas abordagens, ela acaba de abrir janelas para legitimar que as sociedades papeis naquela época tão remota, tiveram uma noção clara sobre a Nação e da identidade nacional, quando ela afirma que “a identidade nacional, portanto, provoca arrebatadores sentimentos de pertença, afetos profundos”, (AUGEL, 2007, p. 38). Se forem analisadas com tanta rigorosidade, todas as revoltas e resistências até aqui abordadas, testemunham aquele sentido de afeto profundo de lutar até à morte pela liberdade, soberania, religião, cultura e, sobretudo, lutar pelo chão que lhes pertence.

Com base nisso, ainda se pode ampliar mais o pensamento sobre uma Nação na abordagem de Antony Smith, (1998,) recuperada por Augel: “a nação não existe para além de seus membros individuais e de seu legado comum de lembranças, mitos, valores e símbolos”. Ainda conforme a mesma autora, “a nação seria uma comunidade de cultura, de história e de destino”, (AUGEL, 2007, p.38). Com base nestas afirmações, se pode concluir que os dignos reis e chefes papeis reuniam condições de serem tratados como dignos dirigentes de pequenas nações divididas em reinos.

Portanto, apesar desses reinos papeis não terem um amplo desenvolvimento de poder estatal igual a certos exemplos vividos em outras partes de África, como no caso concreto do imperador de Etiópia Menelik II, que em 1893 respondia à Itália dizendo que a “Etiópia não precisa de ninguém: ela estende as mãos para Deus” (AKPAN 2010). O mesmo juramento de

lealdade à pátria foi feito pelo Rei de Biombo. Porém, quando N'kanandé Ká afirmava em 1915 que “enquanto eu fosse vivo e houvesse um Papel em Biombo havia de fazer guerra ao governo (português) e que, se morresse, e lá no outro mundo encontrasse brancos lhes havia de fazer guerra”, não só estava disposto em dar sua vida, mas sim, ele reconhecia que existe outra vida, além dessa vida humana e acreditava que um dia os portugueses serão expulsos dos territórios ocupados. Amílcar Cabral tinha razão quando defendia que “a luta armada foi inspirada nas resistências anteriores”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho vem juntando entre muitos já publicados sobre este tema. Este trabalho de conclusão de curso parte de um olhar diferente e de uma abordagem de dentro para fora. Nesta ordem, entre muitos que escreveram alguns não são guineenses, tendo uma minoria guineense, mas não são papeis, e se fossem papeis, não são príncipes. É difícil acreditar que o trabalho marca a primeira resposta ao chamado do rei de Biombo, quando dizia que “se houvesse um Papel em Biombo a luta continuaria”. As lutas que se vivem hoje não são mais as revoltas e resistências contra a pretensão portuguesa de submeter os papeis ao pagamentos dos impostos, mas sim, lutar dentro da academia para desvendar a verdadeira história do povo Papel. Este trabalho é uma inquietação do Príncipe de Biombo, vendo narrações pejorativas e pessimistas sobre a história dos papeis, eu decidi escrever ao mundo todo, um pouco da história do povo, ao qual eu pertença.

Portanto, este trabalho oferece uma ampla compreensão sobre a existência desse povo na Guiné antes da presença portuguesa, colocando de fora, algumas narrações que começam a história da Guiné-Bissau com a chegada dos portugueses. A história desse povo começa há muito tempo antes da chegada dos mandingas no território, fazendo crer que o reino de *Kaabú*, com sede em *Kanssala*, atual região de Gabú, nada a ver com esse povo. Inclusive, o povo Papel nunca sofreu influência direta com o Império do Mali e nem tão pouco com o reino de *Kaabu*. Por isso, é equívoco afirmar que Guiné-Bissau fazia parte do antigo reino de Kaabú, posto que, era simplesmente, uma parte menor que fazia parte, mas não o território no seu todo.

Em outra parte, este trabalho permite também uma ampla concepção sobre a história do povo Papel, chegando à conclusão que, apesar dos papeis não terem construídos grandes impérios ou reinos, igual a outros povos, têm deixado e até hoje existe, o legado de sua experiência em organização estatal. Mesmo na entrada em funcionamento do novo Estado nacional, em 1973, os poderes dos reis funcionaram em paralelo com o aparelho do governo central. Atualmente, os reis sempre são ouvidos em qualquer decisão que o Presidente da República quer tomar, legitimando esse poder por ser braço direito do povo guineense.

Além de respostas que o trabalho foi procurar nas bibliografias e nas entrevistas, muitas verdades foram ressuscitadas. Ficou explícito que a pretensão portuguesa de ocupação efetiva custou caro à metrópole portuguesa, e mais claro ainda, que os portugueses antes de 1915, foram simplesmente, comerciantes e aventureiros nas terras estrangeiras. Posto isto, porque antes da última batalha de 1915, a presença de Portugal não era de uma potência colonial, mas sim, de

uma autoridade estrangeira em processo de integração comercial nos territórios, passando maior parte de seu tempo ao pagamento dos impostos e submissão às leis e as ordens do Rei de Bissau.

A verdade chegou à tona que “polis” de Bissau era o único escudo protetor dos administradores e suas forças em Bissau, sabendo que colocar os pés fora da Amura da fortaleza, era entregar suas garantas aos papéis. Essa difícil situação portuguesa, não leva a crer que Portugal tinha uma autoridade efetiva, a não ser um simbolismo português, funcionado sob uma representação pela bandeira hasteada no interior da Amura.

Este trabalho permite compreender com mais exatidão, que os portugueses não interessavam só pela introdução dos impostos de palhota, mas sim, pretendia primeiro, destruir por completo as estruturas políticas montadas pelo poder tradicional aí instalado; segundo, destruir as normas culturais dos hábitos consuetudinários prevalecentes no meio do povo Papel e por último, implantar uma norma hegemônica, capaz de permitir um controle absoluto do território e assim para garantir uma plena soberania portuguesa.

Uma curiosidade que o trabalho traz em discussão, é o papel desempenhado por Abdul Indjai e seus auxiliares. A conclusão a que se chegou, é que, sem esses auxiliares, Portugal não teria tido hipótese de se afirmar como potência colonizadora. A utilidade desses auxiliares impulsionou amplamente a vitória de Portugal sobre os povos da Guiné, principalmente sobre o povo Papel, foco deste trabalho de conclusão do curso.

Por fim, este trabalho chama atenção à toda sociedade guineense no geral, e as autoridades governamentais em particular, sobre a responsabilidade de respeitar, valorizar e manter viva a memória dos homens e mulheres que antes do nacionalismo guineense, deram suas vidas em muitas batalhas contra o colonialismo português. Querendo com isso afirmar que, os heróis nacionais não são simplesmente os que lutaram pela independência do país, mas sim, heróis também são os que revoltaram e resistiram contra a ideologia da ocupação efetiva do século XIX. Para tal, urge debater e repensar o conceito do heroísmo.

4.1 CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS

1230 - fundação do Império do Mali.

1446 – chegada dos portugueses ao território da atual Guiné-Bissau.

1446 – o navegador português Nuno Tristão e mais 24 tripulantes foram atacados e mortos nos Rios da Guiné.

1536 - André Feio nomeado primeiro corregedor de Cabo Verde e da Guiné.

- 1536 – criada feitoria de Cacheu.
- 1537 - Reino de Kaabú se tornou independente do Império do Mali.
- 1600 – queda do Império do Mali.
- 1687 - primeira tentativa para construir a fortaleza de Bissau.
- 1688 – construção da primeira fortaleza em Cacheu.
- 1694 – Bantoto Có, filho do Rei Bacampolo Có de Bissau, parte para Lisboa para receber a educação cristã, e acabou sendo batizado, tendo como padrinho o próprio Rei de Portugal.
- 1694 – criada primeira alfândega em Bissau.
- 1696 – segunda tentativa sem sucessos para edificar uma fortaleza em Bissau.
- 1696 – Bacampolo Có, Rei de Bissau recebe batismo da religião católica.
- 1692 – fundada primeira capitania em Bissau.
- 1707 – Incinha Té, Rei de Bissau manda demolir a fortaleza São José em Bissau.
- 1753 – Palan Có o Rei de Bissau autoriza a construção da fortaleza São de José em Bissau.
- 1844 – o Rei de Bissau comanda revoltas contra administração portuguesa instalada na fortaleza de Bissau.
- 1867 – queda do reino de Kaabú, derrotado pelos Fulas.
- 1879 – Guiné separa administrativamente de Cabo-Verde.
- 1879 – Bolama promovida a primeira capital da Guiné.
- 1882 – início da primeira fase da chamada campanha de pacificação.
- 1884 – tabancas de Biombo atacadas pelos portugueses, sob comando de José Joaquim de Almeida.
- 1884 – início da Conferência de Berlim.
- 1885 – fim da Conferência de Berlim.
- 1886 – assinada a convenção luso-francesa, que delimita as fronteiras atuais da Guiné-Bissau e a passagem da região do Casamance para o Senegal.
- 1891 – Portugal sofre sua maior baixa na batalha de Bissau.
- 1894 – Abdul Indjai, comerciante wolof do Senegal, chega a Bissau.
- 1912 – João Teixeira Pinto chega a Bissau como chefe de Estado-Maior.
- 1912 – João Teixeira Pinto efetua sua primeira visita à Bafatá.
- 1913 – Abdul Indjai e seus auxiliarem chegam a Bissau ao chamado de João Teixeira Pinto.

1915 – João Teixeira Pinto declara o estado de sítio em Bissau.

1915- João Teixeira Pinto é ferido na batalha de Jaal.

1915 – morte do Rei de Biombo, Nínkanandé Ká.

1919 – Abdul Indjai capturado na batalha de Mansaba e levado para Bolama; em seguida é deportado para Cabo Verde junto com sua mulher e dois ou três filhos.

REFERÊNCIAS

- AKPAN, Monday B. *Libéria e Etiópia, 1880 -1914: a sobrevivência de dois Estados africanos*. In: Albert Adu Boahen (Org.). *História Geral de África: v.VII. África sob dominação colonial 1880-1935*, 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 11. P. 281-318.
- ANDREGUETTI, Marcelo. *Por que “Guiné” é o nome de tantos países (e bichos, e coisas)?* Super Interessante, s/n, Brasil, 2015. Disponível em: <http://super.abril.com.br/blogs/historia-sem-fim/por-que-guine-e-o-nome-de-tantos-paises-e-bichos-e-coisas/>. Acesso em 23/01/2016.
- AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escombros: Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.
- AZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Europa-América, Lda, Sintra, 1989.
- BARREIRA, Aníbal; MORREIRA, Mendes. *Páginas do tempo 8: 3º ciclo do Ensino Básico. 8º Ano*. ASA Editores II, S.A. Porto/Portugal, 1999.
- CÁ, Lourenço Ocuni. *A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)*. Campinas/SP, v.2, n.1, out. 2000. Disponível em: <http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/10576/ssoar-etd-2000-1-ca-a-educacao-durante-a-colonizacao.pdf?sequence=>. Acesso em 26/07/2016.
- CABRAL, Vasco. *Colonização e religião: da primeira evangelização à colonização dos povos da Guiné*. In: Revista Soronda, INEP (Org.), Guiné-Bissau, p. 39-40, v.5, jan.1988.
- CAMPOS, Américo. *História da cidade de Bissau até 1915*. 2 ed. S/Editor, Lisboa, 2016. Disponível em: https://lookaside.fbsbx.com/file/Hist%C3%B3ria%20da%20Cidade%20de%20Bissau%20%208at%C3%A9%201915%29%20-%20%20C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?token=AWzMj6h9wcM2pLSUA1R9Abde0p5ww-ZoIVLLEHEXjV3WijLhj3J6RDgkL9LGFzb7xFV0u9FzRFcU3Isb7b7WEX-MEOfRU9I2hAYBJP_chWeHm4PIw_H6ERk-7PPA8d3RDW8piltPDBzIXIvV2vEUMgb. Acesso em 22/10/2016.
- CARDOSO, Leonardo. *Sistema de herança entre os Papéis, Manjacos e Mancanhas*. In: Revista Soronda, Nova Serie, INEP (Org.), Guiné-Bissau, p.147-178, v.6, jul. 2003.
- DIALLO, Ibrahima. *Contribuição para o debate sobre identidade e cidadania na Guiné-Bissau*. In: Revista Soronda, Nova Serie, INEP (Org.), Guiné-Bissau, p.87-88, v.8, jul. 2004.
- Ethnologue: sobre a origem da língua Papel*. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/country/GW/languages>. Acesso em: 01/11/2016.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Verdade ou solidariedade? Ciência, conhecimento e aceitação da alteridade*. Eccos Rev. Cient. UNINOVE, São Paulo, p. 9-24, 1999.
- FURTANDO, Cláudio. *A investigação em ciências sociais par le bas: por uma construção autónoma, endógena e horizontal do conhecimento*. In: SILVA, Teresa Cruz et al (Orgs.).

Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teórica e políticas (textos do colóquio em homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, p, 157-169, 2012.

Instituto Nacional de Estatísticas. Recenseamento Geral da População e Habitação, Censo Populacional 2009, Guiné-Bissau, 2009. Disponível em: <http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/publicacao.htm>. Acesso em 24/03/2016.

KI-ZERBO, Joseph. (Org.) *História Geral da África: v. I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESSOTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 7. Ed. São Paulo, Atlas, 2009.

MENDY, Peter Karibe. *Amílcar Cabral e a Libertação da Guiné-Bissau: contextos, desafios e lições para uma liderança africana efetiva*. In: Carlos Lopes (Org.). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo, Unesp, 2012. Cap. 2. P. 15-33.

MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Kacu Materl/INEP, Bissau, 1994.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. 2013. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

NANGURÃ, Albino Undigae - *Estudo de caso: perspectiva histórica das campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Dissertação de mestrado. Disponível em [www:http://hdl.handle.net/10071/10179](http://hdl.handle.net/10071/10179). Acesso em 26 de Junho de 2016.

PÉLISSIER, René. *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841 – 1936*. Lisboa, Editorial Estampa, 2 ed. Vol. I. 2001.

PÉLISSIER, René. *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841 – 1936*. Lisboa, Editorial Estampa, 2 ed. Vol. II. 2001.

RANGER, Terence O. *Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista*. In: Albert Adu Boahen (Org.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935, 2.ed. rev.* – Brasília: UNESCO, 2010, Cap. 3, p, 51-72.

SARAIVA, Maria Claudia. *Rituais funerários entre os Papeis da Guiné-Bissau (Parte I)*, Revista Soronda, Nova Serie, INEP (Org), Guiné-Bissau, v. 6. Jul. 2003.

SEMEDO, Maria Odete Costa. **AS MANDJUANDADI - CANTIGAS DE MULHER NA GUINÉ-BISSAU: da tradição oral à literatura**. Tese de Pós-graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Alberto Costa e. *A Manilha e o libambo. A África e a Escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. *Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro*. Porto/Portugal: Fronteira de caos, 2014.

UZOIGWE, Godfrey N. *Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral*. In: Boahen, Albert Adu (Org.). *História Geral de África: v.VII. África sob dominação colonial 1880-1935*, 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2. P. 21-50.

VANSINA, Jan. *A tradição oral e sua metodologia*. In: Ki-zerbo, Joseph (Org.). *História Geral da África: v. I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; UNESCO, 1982. Cap.7. p.39-179.